

O SOLAR DO COLÉGIO, DE FAZENDA JESUÍTICA A ARQUIVO: UMA ANÁLISE  
DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES DE 1977 A 2001

LARISSA MANHÃES FERREIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

Campos dos Goytacazes – RJ

Setembro de 2014

O SOLAR DO COLEGIO, DE FAZENDA JESUÍTICA A ARQUIVO: UMA ANÁLISE  
DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES DE 1977 A 2001

LARISSA MANHÃES FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Políticas  
Sociais do Centro de Ciências do Homem da  
Universidade Federal do Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro – UENF como parte das  
exigências para obtenção do título de Mestre  
em Políticas Sociais.

Orientador: Professor Marcelo Carlos Gantos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

Campos dos Goytacazes – RJ

Setembro de 2014

O SOLAR DO COLÉGIO, DE FAZENDA JESUÍTICA A ARQUIVO: UMA ANÁLISE  
DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES DE 1977 A 2001

LARISSA MANHÃES FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Políticas  
Sociais do Centro de Ciências do Homem da  
Universidade Federal do Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro – UENF como parte das  
exigências para obtenção do título de Mestre  
em Políticas Sociais.

**Comissão Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos – UENF (Orientador)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Arlete Sendra – UENF**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr. Lilian Ságio Cesar – UENF**

---

**Pof. Dr. Nilson Alves de Moraes – UNIRIO**

Campos dos Goytacazes – RJ

Setembro de 2014

*Ao meu pai (in memoriam)  
A Minha mãe pelo incentivo de sempre  
E por me fazerem perceber que a  
educação é o único caminho.  
Ao meu marido Luiz Mágnio pelo  
Companheirismo e carinho*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre em primeiro lugar a minha família, em especial a minha mãe e ao meu pai que infelizmente não presenciou em terra mais essa conquista, mas que de algum lugar olha e intercede por mim, mas principalmente por todo o incentivo que sempre me deram para estudar e correr atrás dos meus sonhos! Minhas grandes inspirações!

Ao meu marido, sempre tão compreensivo e incentivador, que sempre entendeu a importância que o mestrado teve em minha vida e que em algumas situações tive que abrir mão de sua companhia para dar conta de tantos compromissos profissionais e acadêmicos, um grande amor!

As minhas amigas irmãs de Arquivo Dilciany, Gabriela, Claudinha, Maria Luiza e Sheila pela compreensão e incentivo e por tornarem minha pesquisa documental tão prazerosa com a companhia de vocês e um pedacinho da sala também.

Agradeço muitíssimo a outros dois amigos que me fizeram acreditar que eu era capaz Rafaela Machado e Carlos Freitas. Rafaela com sua doçura sempre me cativando e não me deixando desistir jamais. Freitas um grande amigo conselheiro e o chefe que abriu mão de horas de trabalho de sua funcionária para cumprir as aulas do mestrado e fazer a coleta documental. Muito Obrigada!

Agradeço a professora Heloísa de Cássia pela cessão de alguns documentos importantes para a execução da pesquisa.

Agradeço a todos os professores do corpo docente do programa de Políticas Sociais pelos grandes ensinamentos em especial a professora Lilian Ságio, com que as aulas extrapolavam as paredes das salas e muitas vezes terminavam com um cafezinho. Sua experiência e aconselhamento foram inspiradores.

Aos colegas de turma pelos ótimos momentos que passamos juntos tanto de aprendizado quanto de trocas de experiências e conhecimentos.

Agradeço em especial ao meu orientador Marcelo Carlos Gantos pela enorme generosidade ao me aceitar como sua orientanda e pelos grandes ensinamentos nestes dois anos de convivência. Sua Experiência e sabedoria foram imprescindíveis para que este trabalho fosse concluído, a você meu muito obrigada por tudo!

Obrigada também a CAPES que financiou esta pesquisa e que fez com que ela se tornasse realidade.

Por fim obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que o projeto se tornasse uma dissertação.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABL – Academia Brasileira de Letras  
ACL – Academia Campista de Letras  
APLA – Academia Pedralva de Letras e Artes  
APM – Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes  
ICL – Instituto Campista de Literatura  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
FCJOL – Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima  
FENORTE – Fundação Estadual do Norte Fluminense  
PC – Políticas Culturais  
SESC – Serviço Social do Comércio  
SESI – Serviço Social da Indústria  
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Fotografia tirada pela Fenorte antes do Início da restauração (FENORTE, 1990)  
Figura 2: Imagem do Interior da Capela (FENORTE, 1990)  
Figura 3: Matéria do Jornal “A Folha do Comércio” de 10/05/1941 capa, (BR. RJAPMC.JC.FC.04.35)

## **LISTA DE MAPAS**

Figura 1: Mapa de localização do município de Campos dos Goytacazes (IBGE, 2008)  
Figura 2: Mapa Político do Município de Campos dos Goytacazes (CAMPOS, 2014)

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Tabela utilizada para sistematizar as matérias pesquisadas. Autora Larissa Manhães  
Tabela 2: Principais acontecimentos na área cultural no Brasil  
Tabela 3: Leis Municipais de Cultura em Campos dos Goytacazes (MORETO, 2010)

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Matérias e Publicações relacionadas a cultura 1980-1989  
Gráfico 2: Matérias e Publicações relacionadas a cultura 1990-2000  
Gráfico 3: Apoio a Iniciativas Culturais  
Gráfico 4: Matérias do ano de 1980

Gráfico 5: Matérias do ano de 1985

Gráfico 6: Matérias do ano de 1988

Gráfico 7: Matérias do ano de 1995

Gráfico 8: Matérias do ano de 2000



## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	<b>10</b>
<b>Abstract</b>	<b>11</b>
<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>1-O Solar do Colégio: Um pouco de sua História</b>	<b>17</b>
1.1 - A Cidade de Campos dos Goytacazes	18
1.2 - O Solar: uma âncora temporal	21
1.3 - A Colonização e o Ciclo Jesuítico	23
1.4 - A Família Barroso	26
1.5 - O Solar: um Patrimônio	32
<b>2- Metodologia Histórica</b>	<b>35</b>
2.1 – O Método	36
2.2 – Marcos Conceituais	37
2.3 – Hipótese	38
2.4 – Fontes e Coleta de Dados	39
2.4.1 – Fontes Primárias: Jornais	39
2.4.2 – Documentos Complementares	42
2.4.3 – Análise dos Jornais	43
2.5 – Entrevistas Semi-estruturadas	44
<b>3- Políticas Culturais: um Conceito</b>	<b>46</b>
3.1 – Políticas Culturais: uma perspectiva histórica	46
3.2 – O Conceito de Políticas Culturais e formas de avaliação	55
3.3 – Política Cultural e Cidadania	58
<b>4- Campos dos Goytacazes e as Políticas Culturais</b>	<b>60</b>
4.1 – Organização das Matérias sobre Política Cultural	63
4.2– Uma Breve análise da Política Cultural na cidade de Campos dos Goytacazes	66
<b>5- Políticas Culturais: Apontamentos sobre o Solar do Colégio</b>	<b>74</b>
5.2 – A desapropriação do Solar do Colégio	77
5.3 – A recuperação estrutural e o projeto da Escola Brasileira de Cinema	81
5.4 – A instalação do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes	82
<b>6- Considerações Finais</b>	<b>86</b>
<b>7- Documentos Consultados</b>	<b>91</b>
<b>8- Bibliografia</b>	<b>93</b>
<b>9- Apêndices</b>	<b>99</b>
<b>10- Anexos</b>	<b>102</b>

## Resumo

Larissa Manhães Ferreira

Marcelo Carlos Gantos

A Política Cultural é um campo de destaque dentro da área de Políticas Sociais, desde que passou a ser considerado um espaço de interesse social, e mais do que isso um direito do cidadão. Essa dissertação apresenta um panorama da cultura na cidade de Campos dos Goytacazes entre os anos de 1980 a 2001, utilizando como estudo de caso o Solar do Colégio, antiga fazenda jesuítica que hoje abriga o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Utilizou-se como fonte principal de pesquisa o Jornal "O Monitor Campista", o mais antigo jornal da cidade de Campos, conhecido por ser também o veículo de publicação dos atos oficiais da Câmara Municipal e do Executivo municipal. Coletou-se todas as matérias relacionadas ao tema cultura no referido recorte temporal, com objetivo de reconstituir a cultura da cidade articulada com os momentos políticos vividos no país e seus reflexos em Campos dos Goytacazes. Verificou-se um processo de alternância do poder político local e principalmente a descontinuidade dos projetos culturais decorrentes da incipiente capacidade de acumular experiências políticas e culturais de longo prazo e também como maneira de legitimação do poder dos governantes que se sucedem no poder público municipal.

Palavras-chave: Política Cultural, Política Social, Campos dos Goytacazes, Projetos Culturais.

## Abstract

Larissa Manhães Ferreira

Orientador: Marcelo Carlos Gantos

The Cultural Politics is a field of emphasis inside the area of Social Politics, since it has been considered an area of social interest, and more than that a citizen's right. This work presents an overview of the culture in Campos dos Goytacazes between the years 1980-2001, using as an example, the School Solar, a former Jesuit farm that now houses the Municipal Public Records of Campos dos Goytacazes. It was used as a main source the Monitor Campista Newspaper, the oldest journal in Campos, also known to be the main publication form for official acts of the Municipal Chamber and the Executive Power. All the information presented in this paper was collected in order to reconstruct the culture of the city articulated with political moments lived in the country and their reflections in Campos dos Goytacazes. There was an alternation process of local political power and mainly the discontinuity of cultural projects originated from the incipient ability to collect long-term political and cultural experiences and also as a way of legitimizing the power of rulers which succeed in the municipal government.

Keywords: Cultural Politics, Social Politics, Campos dos Goytacazes, Cultural Projects.

## INTRODUÇÃO

O tema Política Cultural é agenda recente nas discussões e pesquisas acadêmicas como um campo institucionalizado. Apesar de, no Brasil, as Políticas Culturais serem debatidas e implantadas desde a década de 20 do século passado, somente no ano de 1985 a cultura obteve um ministério específico dentro da organização governamental e foi posteriormente institucionalizada em 1988 com a promulgação da constituição, que estabeleceu a cultura como um direito, fazendo parte das premissas do cidadão, e sendo garantido por uma lei específica.

As questões relativas à cultura e às suas áreas ganharam força através de estudos acadêmicos, principalmente pela amplitude que o tema oferece, permitindo análises de temáticas variadas dentro de um só campo<sup>1</sup> de conhecimento. Desta forma esta dissertação é uma tentativa de analisar, em nível local, as políticas culturais empregadas em um contexto específico que é o do município de Campos dos Goytacazes entre os anos de 1980 e 2001. Tendo como centro das análises o Solar do Colégio, um singular monumento histórico da cidade, e as tentativas de implantação de Políticas Culturais para aquele patrimônio.

O Solar do Colégio é a mais antiga e maior construção histórica em alvenaria da cidade de Campos dos Goytacazes e da região Norte Fluminense. Foi construído pelos padres da Companhia de Jesus, no século XVII, tornando-se residência de um rico comerciante de escravos, o português Joaquim Vicente dos Reis nos finais daquele século. Não por acaso, foi, no século XIX, uma das maiores fazendas escravistas do Brasil contando à época com mais de 1500 escravos, entre nativos e negros importados da África, além dos já nascidos em terras brasileiras. Possuiu em seu interior o primeiro hospital da região, destinado a prestar atendimento de saúde a esse grande quantitativo de escravos - bem de grande valor para o proprietário cuja perda configurava um prejuízo significativo. Foi construído com tijolos queimados e telhas fabricados na própria fazenda. Cada um desses tijolos continham as marcas de produção deixadas pelos cativos que lá trabalhavam, marcas que, feitas com as mãos são um registro da severa escravidão ocorrida naquele local.

---

<sup>1</sup> “(...) é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.” (BOURDIEU, 2004, p. 20,)

Após ser uma casa de fazenda, que por mais de 160 anos, pertenceu a uma única família, o Governo do Estado do Rio de Janeiro o desapropriou em 1977 e o tornou o objeto de diversas tentativas de implantação de políticas culturais. Nenhuma das tentativas feitas pelo Estado fluminense foi efetivada e somente nos anos 2000 um projeto promovido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense e pela prefeitura de Campos foi levado a cabo: o de implantar no local o Arquivo Público Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes.

Mesmo com tamanha trajetória e relevância histórica e cultural para a cidade de Campos, o Solar carece de estudos acadêmicos, tendo sobre o assunto somente uma dissertação de mestrado em Arquitetura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de Cláudia Baroccini na década de 80. Além disso, o Solar sofreu um processo de apagamento na memória da comunidade que o habitou e dele usufruiu ao longo do tempo. Com a sua desapropriação e o afastamento da população que ali vivia, o local se tornou sem vida, chegando a ser largamente depredado e desestruturado pela ação do tempo como se não bastasse o abandono pelo Estado.

Apesar da ausência de estudos acadêmicos sobre o objeto de pesquisa, o tema Política Cultural é o foco de diversas pesquisas e dissertações produzidas pela Universidade, e citadas ao longo do texto, certa de que trouxeram significativas contribuições as análises feitas nesta dissertação.

Visto que a política cultural é um tema de suma importância para a compreensão dos efeitos sofridos pelo patrimônio em questão, esta dissertação destina-se a identificar e analisar as políticas implantadas no Solar do Colégio à luz das PC ocorridas na cidade de Campos dos Goytacazes, entendendo como esta se delineou ao longo do tempo sob a influência da política cultural nacional, em formação no período de 1977 a 2001, recorte temporal desta pesquisa. Este recorte foi escolhido utilizando como marco temporal as tentativas de implantação de PC no Solar do Colégio, começando com a desapropriação em 1977 e se estendendo ao ano de 2001, ano de criação do Arquivo Público Municipal.

Partimos do pressuposto de que o cenário político, tanto nacional quanto local, foi determinante para o privilégio de certas áreas da cultura beneficiadas em determinados períodos e que, a descontinuidade ou efetivação das mesmas também foram amplamente

influenciadas pelos arranjos políticos locais, em especial na cidade de Campos dos Goytacazes.

A pesquisa se fundamenta em uma metodologia de fundamentação histórica, utilizando diversas fontes e trabalhos realizados sobre Campos e sobre o Solar, a fim de realizar um levantamento histórico a respeito da formação da cidade e da construção da edificação, que acontecem concomitantemente. Utilizei como fonte as obras do autor Alberto Lamego e Alberto Frederico de Moraes Lamego, além de autores como Manuel Martins do Couto Reis e Antogui March Barroso.

Para um aprofundamento da questão principal da pesquisa, nos valemos de fontes primárias como principal manancial de informações acerca do tema. Foram pesquisados documentos do Fundo Arquivo Público Municipal de Campos que contém dados diversos não só sobre o Arquivo, mas também sobre o prédio. Outra parte da pesquisa foi feita no fundo “Jornais Campistas” no Jornal “O Monitor Campista” de 1977 a 2001 com o objetivo de entender a conjuntura<sup>2</sup> da cultura na cidade de Campos e como o Solar estava inserido neste cenário. Ambas as coleções fazem parte do acervo do Arquivo Público. Além do levantamento documental, foram realizadas entrevistas com pessoas-chave<sup>3</sup> que deram contribuições acerca do tema principal e de temas secundários. A partir dos dados coletados foi possível analisá-los e responder as indagações propostas desde o projeto desta pesquisa, sempre articulando os dados com o conceito de Política Cultural escolhido para esta pesquisa.

Este trabalho está situado no campo de estudos das Políticas Culturais. Está inserido no Programa de Políticas Sociais, na área de concentração, participação e regulação, na Linha de pesquisa Política, Cultura e Conhecimento.

A noção de PC instituída no Brasil pela Constituição Federal, baseada na idéia de democratização da cultura determina que:

---

<sup>2</sup>É o conjunto das condições articuladas entre si que caracterizam um dado momento no movimento global da matéria histórica. Neste sentido trata-se de todas as condições; tanto das condições psicológicas, políticas e sociais, como das econômicas ou das meteorológicas (VILAR 1985, p. 77)

<sup>3</sup> Pessoas diretamente envolvidas no processos estudados.

“O conceito se refere aos processos de construção de políticas públicas com abrangência territorial e instituições sólidas capazes de conduzir ações coordenadas na direção de finalidades politicamente definidas e, sobretudo implicando na democratização das fontes de financiamento e na participação nos processos políticos.” (IPEA, 2008, p. 227)

Este conceito é amplo, diverso e permanece como um conceito aberto e em construção. É um conceito móvel, pois se modifica de acordo com a conjuntura política e social em que surge e se insere. Em torno das acepções indagadas a que melhor se aplicou a pesquisa realizada foi a definição de Política Cultural como um conjunto de ações reguladas pelo Estado em uma cultura produzida pelo povo, organizadas em grupo ou individualmente (Teixeira Coelho, 2013). Nesta perspectiva cabe ao Estado possibilitar à população a produção e preservação de sua cultura nos mais diferentes aspectos.

Para melhor compreensão do leitor e ordenamento das idéias aqui expressas, o trabalho foi organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo foi feita uma apresentação do objeto através do conceito de Âncora Temporal, contando em algumas páginas a trajetória histórica dessa edificação e tentando demonstrar a sua importância como um marco das Políticas Culturais da cidade. O Solar foi analisado enquanto um patrimônio da cidade de Campos dos Goytacazes.

O segundo capítulo é dedicado a explicar aspectos metodológicos e procedimentos técnicos empregados na pesquisa, destacando a opção pelo olhar historiográfico, principalmente no enfoque, na escolha e o tratamento das fontes disponíveis. Este capítulo descreve como foi realizada a coleta dos dados e o tratamento que foi dispensado a eles, de maneira que a sua melhor compreensão foi de identificar resultados. Na metodologia também está presente a apresentação dos conceitos escolhidos para formulação dos problemas, articulação dos fatos e análise dos resultados obtidos assim como para indicar os momentos em que foram utilizados.

O terceiro capítulo consiste numa discussão acerca do tema principal desta pesquisa que são as Políticas Culturais. O capítulo começa com a reconstrução do itinerário histórico das PC no Brasil. Está presente também neste capítulo a discussão conceitual em torno da noção de PC. Além disso, foi feita uma referência à Constituição de 1988 e da sua influência na institucionalização do campo da cultura no país, já que pela primeira vez ela aparece explicitada na Carta Magna brasileira.

O capítulo quatro compreende uma perspectiva local dedicada à contextualização das políticas Culturais na cidade de Campos, no período da pesquisa, com o objetivo de reconstruir o cenário cultural local e entender como os atos federais, em relação às PC, eram refletidos na sociedade campista. Para tanto, realizei, neste capítulo, análises das matérias coletadas no jornal “O Monitor Campista” a fim de traçar um panorama cultural entendendo os setores de destaque na cultura e sua atuação.

No quinto capítulo são apresentadas as análises das PC empreendidas para o objeto em questão, o Solar. Para entender essas políticas, foi realizado um levantamento dos documentos que compreendem o decreto de desapropriação do Solar, a Imissão de Posse passada no ano de 1984 o qual dá conta do estado físico da edificação, o projeto da Escola Brasileira de Cinema, o projeto do Arquivo Público Municipal e um memorial descritivo do Solar os quais estarão disponíveis nos anexos desta dissertação. Uma das lacunas documentais é o processo de desapropriação que mostraria, de forma clara, os conflitos presentes nesse ato e tão citados verbalmente por um dos entrevistados.

A última parte deste trabalho se dedica às considerações finais, com a articulação dos capítulos anteriores, as conclusões e respostas oriundas dos dados e das reflexões desta pesquisa.



## 1- O SOLAR DO COLÉGIO: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA



Figura 1: Fotografia tirada pela Fenorte antes do início da restauração (FENORTE, 1990)

Colégio  
Velho solar feudal, do prisco jesuíta,  
Fidalga vestutez, nos contornos revela,  
Do maciço do muro, ao quadro da janela,  
Com que o Presente, em vão, desentendido fita.

Do ouro dos painéis no fausto da capela,  
À rasa imensidão das planuras que habita,  
O Passado campista em tudo ressuscita,  
Nos paredões que o tempo aos poucos desmantela.

Desde Joaquim Vicente, ao Barroso e aos Saldanhas,  
A sua história viva, em seus lustros encerra,  
Nomes que são clarões, nomes que são montanhas.

Que das ondas do mar aos píncaros da Serra,  
Que do solar pomposo às míseras cabanas,  
Bendito sejas tu, brasão de minha terra!

Alberto Lamego Filho

## 1.1 - A Cidade de Campos dos Goytacazes

O Solar do Colégio Jesuíta está situado na cidade de Campos dos Goytacazes, norte do estado do Rio de Janeiro. Dentro do município, ele está situado em uma área conhecida como baixada campista, por ser uma região geograficamente com solo mais baixo e mais próximo ao nível do mar. Fica na, hoje conhecida, Avenida Sérgio Vianna Barroso – Estrada que liga as localidades de Goytacazes e Tocos.

Campos dos Goytacazes sempre foi um município de destaque na área da economia. Se no passado suas principais atividades econômicas foram à criação de gado e o cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, após a crise e o declínio da atividade sucro-alcooleira no século XX, a cidade tem destacado pela atividade of-shore no Brasil, tendo concentrado em sua bacia a extração de 80% do petróleo nacional. Apesar disso, as desigualdades no que se refere à distribuição de renda tem se acentuado com o passar dos anos. Silva, 2003.

“De acordo com estudos da FGV-Fundação Getúlio Vargas, 13 o norte do ERJ e os seus municípios-pólo apresentavam os seguintes dados sobre o índice de indigência, ou o percentual da população com renda per capita inferior a 80 reais:

Em 1970, os índices eram de 30,80% em Campos e 17,91% em Macaé. Em 80, Campos passou para 38,13% e Macaé para 33,24%, refletindo o período de expansão e modernização da agroindústria açucareira na região, que eliminou antigos cultivos e gerou um contingente de milhares de bóias-frias, expulsos do campo para a cidade, vivendo em condições precárias de vida e de renda;

Em 1991, o índice de indigência de Campos disparou para 52,34% e o de Macaé caiu para 31,88%. No período coberto, a década de 80, a extração do petróleo se consolidou na região, tendo o complexo se estabelecido em Macaé, enquanto Campos continuou sediando o complexo da agroindústria açucareira, que reproduziu um mercado de trabalho polarizado e restrito, em virtude da modernização, entrando em crise ao final da década.

Em 2000, para um percentual médio de 14,68% de indigentes no ERJ, o NF se situava na porção do território do estado com as proporções mais altas, com taxa média de 23,93%. O pólo tradicional agroindustrial – Campos dos Goytacazes – apresentava 28,88%, acima, portanto, da média regional, e Macaé, 6,52%, bem abaixo da média regional, um dos três melhores índices do estado. Tudo leva a indicar que os benefícios diretos do petróleo em termos do emprego e da renda, se concentraram no entorno de Macaé. Já Campos parece se ressentir das consequências da dinâmica dos últimos 30 anos da agroindústria açucareira, apesar de ter havido progressos na diminuição da indigência, nos anos 90. Seus índices representam, no entanto, o dobro da média do estado.” (p. 5)

Além disso, a cidade de Campos se transformou em pólo universitário, contando com três Universidades Públicas — Universidade Estadual d Norte Fluminense, Universidade Federal Fluminense e Instituto Federal Fluminense — e várias faculdades particulares.

A população da cidade, hoje estimada em cerca de 463.731, aumentou em aproximadamente 73 mil pessoas na década de 90 e na primeira década dos anos 2000. O aumento populacional é atribuído à instalação na cidade de grandes empreendimentos como um Porto na cidade de São João da Barra e um Estaleiro na cidade de Quissamã. A cidade possui extensão territorial de 4.026,696 K<sup>2</sup><sup>4</sup>, sendo a segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial.

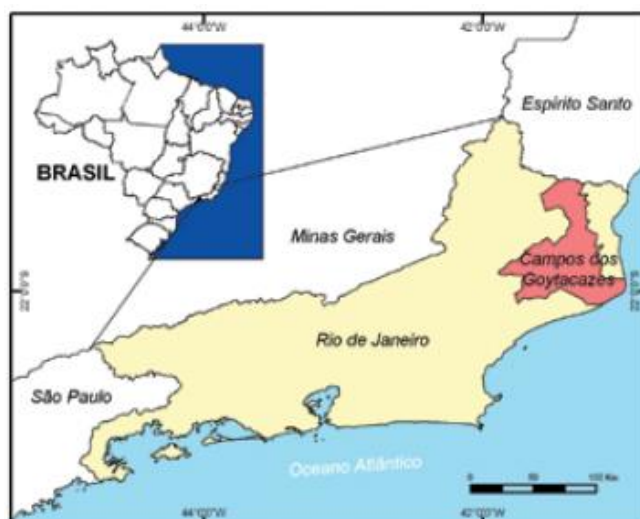


Figura 2: Mapa de localização do Município de Campos dos Goytacazes (IBGE,2008)

---

<sup>4</sup><http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> acessado em 02 de julho de 2014.

# MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

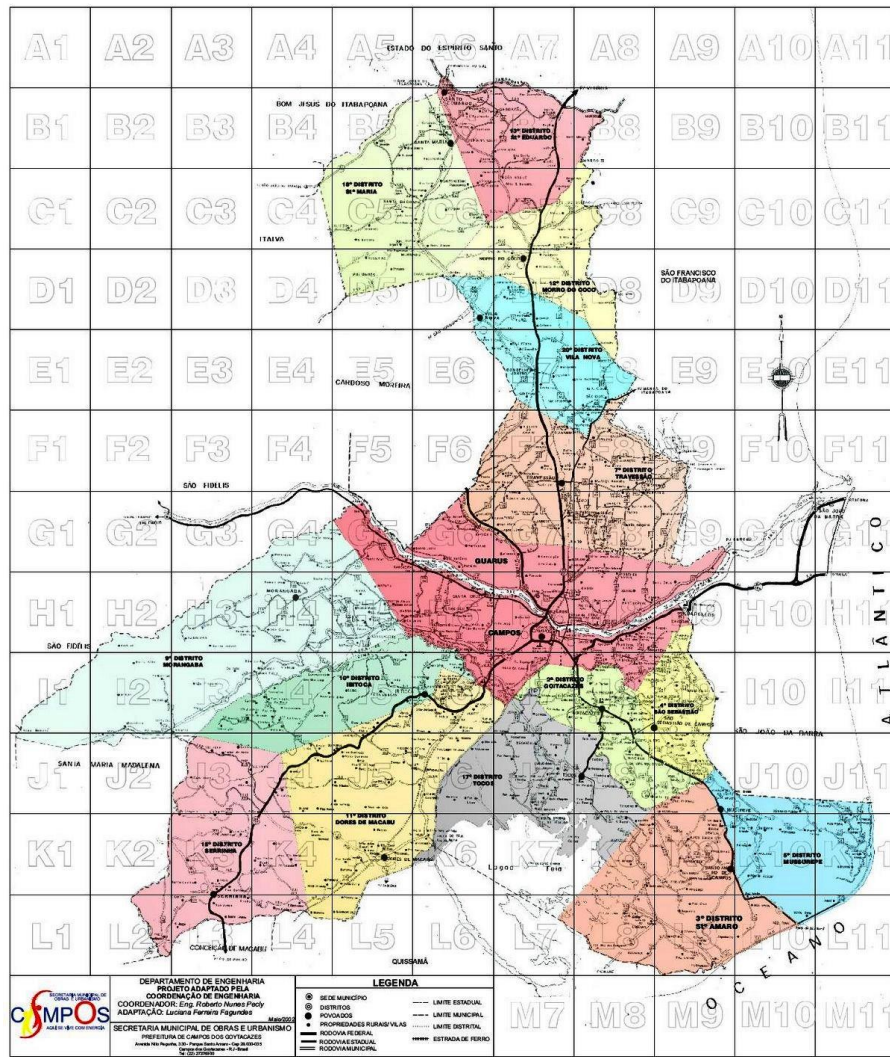


Figura 3: Mapa político do Município de Campos dos Goytacazes (CAMPOS, 2014)

No que diz respeito à educação, a população campista possui hoje 679 escolas entre públicas e particulares de níveis pré-escolar, fundamental e médio. Possui ainda 102.762 alunos matriculados.<sup>5</sup> Apesar deste número substancial, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) indica que a cidade possui um dos piores índices do Brasil, ficando em último lugar no Estado do Rio de Janeiro na avaliação divulgada no ano de 2012.

<sup>5</sup> Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Apesar de tudo, Campos é uma cidade que continua em plena expansão econômica e social, o que justifica a necessidade da produção de pesquisas acadêmicas com objetivo de recuperar e preservar aspectos importantes para a preservação da história política e cultural da cidade.

## **1.2- O Solar do Colégio: um exemplo de Âncora Temporal**

A fotografia do início deste capítulo retrata o Solar do Colégio na década de 90, no fim de um período de 10 anos de abandono. Este casarão se faz presente no imaginário de diversas pessoas que o habitaram, como os moradores das proximidades e transeuntes da estrada que passa em frente ao Solar. Ao lançar o olhar em direção ao prédio, ele aciona uma memória que parecia perdida, despertada pela lembrança dos que ali viveram e trabalharam por vários anos. O Solar é um retrato de outras épocas, de outros costumes e de outros modelos societários - uso esses termos no plural porque perpassou por diversos momentos históricos e significativos da cidade de Campos dos Goytacazes e do país, incluindo mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, sobrevivendo ao longo dos anos.

Neste sentido, sua imagem presente no início deste capítulo, o Solar pode ser entendido como uma “âncora temporal”<sup>6</sup>. Este conceito possui significado ambíguo: a palavra “âncora” representa um forte elo com o passado, um ponto de segurança diante das recorrentes mudanças que permeiam o nosso cotidiano. Por outro lado, a palavra “temporal” apresenta o sentido de transitoriedade, de modificação que pode ser atribuído a um mesmo objeto. Entendendo o conceito dentro do contexto desta pesquisa, é possível analisar o Solar como uma “âncora temporal”, um lugar que apesar de sua aparência suntuosa e imponente, que resistiu durante séculos com uma mesma forma física, também esteve em vias de desaparecimento, devido ao abandono pelo qual passou no decorrer da década de 1980. Este abandono não foi somente físico, mas também simbólico<sup>7</sup>, e sob o qual teve como consequência a perda do valor e da representatividade que possuía para os seus moradores e frequentadores no século XX.

---

<sup>6</sup> Conceito retomado de Patrícia Rodolpho. A rua em imagens: as transformações urbanas na fotografia – Um estudo de caso sobre a Rua 13 de Maio em Campinas / SP. Dissertação de Mestrado, Unicamp / Instituto de Artes, Campinas, 2004

<sup>7</sup> Sobre o conceito de poder simbólico Bourdieu afirma que “é invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem (...) Expressa-se numa forma transformada e legitimada das outras formas de poder. (2003, p. 5 a 16)

O solar, apesar de ter sido em quase toda a sua existência propriedade particular, teve várias funções ao longo dos anos: foi instituição religiosa desde a sua construção até o século XX, enquanto esteve em posse da família Barroso. Foi residência dos jesuítas e posteriormente dos Vicente dos Reis e os Barroso, e hoje é uma instituição pública de atendimento à população. Em todas as suas fases, o Solar atendeu às necessidades da população que vivia em suas proximidades, e que tinha necessidade de trabalho, de vivência religiosa, de representatividade e de organização coletiva e social, sendo um local que lhe fornecia assistência das mais diversas formas<sup>8</sup>.

A memória coletiva<sup>9</sup> desses frequentadores da edificação, tornou-o um ponto de referência. O solar permaneceu vivo nas memórias das celebrações de casamentos, batizados, missas, festas em homenagem ao padroeiro Santo Inácio... nas danças de fado e jongo ao som do tambor corre mundo; na sopa de açorda e no licor de jenipapo servido aos visitantes ilustres como o imperador D. Pedro II em sua visita ao solar no ano de 1875<sup>10</sup>. Desta forma, posso afirmar com veemência que o Solar do Colégio nunca foi completamente abandonado, apenas esquecido por pequenos períodos, diante de sua existência de mais de 300 anos de história.

O Solar do Colégio, logo após a sua construção pelos Jesuítas, serviu como um local de apoio na colonização da Capitania de São Tomé com a ação efetiva dos padres da Companhia de Jesus através da instituição religiosa e da exploração econômica. Com o passar dos anos, sua posse e utilização foram modificados, chegando hoje a ser um Arquivo Público Municipal. A fim de melhor compreender a trajetória histórica desta edificação segue neste capítulo um breve histórico. Para melhor entender a finalidade de sua construção, voltemos ao período da colonização da região Norte Fluminense.

---

<sup>8</sup> A família Barroso durante o tempo em que viveu no Solar exerceu um papel de auxiliadora da população que vivia em suas proximidades. É, por exemplo, atribuída a eles a criação de uma escola de alfabetização dentro do Solar e depois de uma grande escola em Goitacazes que existe ainda hoje — sob administração do Estado — e atende a toda a comunidade

<sup>9</sup> Sobre a memória coletiva e o espaço Halwbachs comenta que: “(...) Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço — o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir — que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça”.

<sup>10</sup> March, 1988, p. 77

### 1.3 – A Colonização e o Ciclo Jesuítico

A colonização da região de Campos dos Goytacazes começou com a doação da Capitania de São Tomé a Pero de Góes da Silveira em 1536. Em 1539 Pero de Góes empreendeu a 1ª tentativa de colonização da região quando mandou vir da Capitania de São Vicente mudas de cana-de-açúcar e cabeças de gado para a construção de um engenho em Santa Catarina das Mós, ao Sul do Rio Itabapoana<sup>11</sup>. A tentativa de colonização fracassou pouco depois, devido aos constantes ataques e ao difícil trato com os índios que habitavam essas áreas. Estes tomaram as terras de Pero, mais tarde denominada Vila da Rainha. Gil de Góes, seu filho, retomou a tentativa, que em 1623 também veio a fracassar.

Depois de alguns anos de abandono da Capitania, em 1627, a mesma foi requerida pelos Sete Capitães, alguns deles senhores de engenho em Cabo Frio e na Guanabara, que pretendiam, aqui, criar gado para abastecimento dos mercados no Rio de Janeiro. Em 1629 os sete capitães iniciaram a posse da sesmaria. Três dos sete capitães eram familiares do governador, os Correia de Sá. Junto a estes, foram também beneficiados com a doação da capitania os Padres da Ordem Beneditina, e os da Companhia de Jesus, como mostra o trecho da escritura de composição abaixo:

“Saibam quantos este público estromento de escritura de comprimisso e amigával composiçam virem, que no anno do nacimiento de Nosso Senhor JESVS Cristo de mil seiscentos e corenta e oito annos, aos nove dias do mês de março, nesta cidade de São Sebastiam, Rio de Janeiro, em pousadas do General Salvador Corrêa de Sá e Benavides, aonde eu tabeliam fui, e sendo lá, parecerão partes avindas e consertadas e comprometidas, a saber: o dito General e o Padre Provincial da Companhia de JESVS desta província o Reverendo Padre Francisco Carneiro e o Reverendo Padre Reitor deste Collégio Simão de Vasconcellos, e o Reverendo Padre Prior do Convento de Nossa Sra. do Monte do Carmo o Reverendo Frei Antônio Soares e o Reverendo Padre Dom Abbade de São Bento Frei Mauro das Chagas e o Governador Duarte Corrêa Vasqueanes, e o Capitão Pero de Sousa Pereira, e o Capitão Miguel Aires Maldonado, e Antônio Pinto, e por todos juntos e cada hum per si, e foi dito em prezença das testemunhas [ao diante assignadas que êlles tinham huma sorte de terras nos Campos dos Guaitacazes, Macaé, e Iguassú, em que todos são consortes, e por escuzarem alguas dúvidas, que em razão de terem mais huns que os outros,

---

<sup>11</sup> A Terra Goitacá, à luz de documentos inéditos, volume I (1913)

em q. trouchessem seus gados, e fizessem seus curraes, estarão avindo e concertados e compromettidos, da maneira seguinte: q. da ponta da Barra de Iguassú, da banda do sul, q. está além do Cabo de S. Thomé, q. he a barra que hia dar ao mar,] ao tempo que se concedeu esta data ao dito Cap. Miguel Aires, e seus companheiros que da dita Barra //(fl.224) (à margem: Repartição das datas) se deite o rumo pera o sertam a Loeste-Noroeste, que hé o travessão que toca ao Nor-Nordeste que hé o rumo que vai de Maquie até o Iguassu, e lansado assim este rumo, tôda a terra que ficar defora dêste travessão pera a banda da Paraíba ficará livre pera a carta e data dos Reverendos Padres da Companhia (...)In: Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Pág. 306 a 309.

Segundo Alberto Lamego em “A Terra Goitacá, volume I”, depois de duas missões de apaziguamento dos índios Goitacás, em 1633, foi construído o primeiro curral, na localidade de Campo Limpo. Assim, a partir do século XVII, teve início o processo de colonização da região intimamente ligado à pecuária e, depois, à cultura da cana-de-açúcar.

Neste mesmo período, estabelecem-se na região os padres Jesuítas. Uma poderosa ordem religiosa, subordinada diretamente ao Papa, independente dos governos locais em que se estabeleciam. Tiveram grande importância no processo de colonização nas possessões portuguesas e espanholas, preponderância no sistema de ensino e na pacificação de indígenas através das reduções.<sup>12</sup>

Nesta região construíram primeiro a Capela de Nossa Senhora do Rosário na localidade de Campo Limpo, no início do século XVII. Em 1652, começaram a construção do seu Solar que foi finalizada em 1690. Ao contrário do que acontece em outros lugares, como São Paulo, onde as cidades se desenvolveram no entorno dos colégios, a Villa de São Salvador se desenvolveu em área próxima ao Rio Paraíba do Sul, no atual centro da cidade de Campos. A construção do Solar, aconteceu no mesmo período em que se tentava estabelecer Villa de São Salvador na Capitania da Paraíba do Sul, através da criação da Câmara Municipal. Esta foi a primeira de três tentativas:

---

<sup>12</sup> Por sua organização e poder adquirido, seus membros foram expulsos e seus bens incorporados á coroa, tanto portuguesa, quanto espanhola no ano de 1759 por ocasião das reformas pombalinas.



É indiscutível a afirmativa, diante da prova documental que oferecemos. Em 1652, os moradores da capitania de S. Tomé, já então em número de 70, representando ao ouvidor D' João Velho de Azevedo sobre a conveniência de erigir-se a villa, lograram ver deferida a sua petição e incontinentemente elegeram os oficiais de câmara que realizaram a sua 1.<sup>a</sup> sessão no dia 1 de Janeiro seguinte<sup>13</sup>. (LAMEGO, 2014)

O trecho citado acima demonstra que foi criada uma vila oficial em 1652, tendo esta uma Câmara Municipal, a legalidade desta vila foi concretizada em 1º de janeiro de 1653, com a posse dos vereadores e a primeira sessão da Câmara Municipal. Foi feita de início, uma organização espacial do “centro” em torno da primeira igreja Matriz construída. A construção de uma primeira igreja, comenta Lamego<sup>14</sup>, “foi anterior a de Campo Limpo, construída pelos jesuítas”, antes ainda do Solar do Colégio. Esse autor escreve que, no mesmo ano, foi levantada uma Capela de palha nas terras do General Salvador, onde hoje se encontra a Igreja da ordem de São Francisco, e que em torno desta alguns habitantes foram se agrupando.

Na fazenda do Solar do Colégio, neste mesmo período, estava sendo desenvolvida uma produção intensa de gêneros alimentícios, tecidos, além da criação de gado de corte e cavalos<sup>15</sup>, esses produtos abasteciam o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro. Também nela funcionava uma cerâmica com a finalidade de produzir telhas e tijolos, utilizados na construção do edifício<sup>16</sup>. A capela era dedicada a Santo Inácio de Loyola — patrono dos Jesuítas — e Nossa Senhora da Conceição, possuindo grande riqueza artística e algumas peculiaridades. Em seu interior era possível visualizar anjos negros, que compunham o altar de São Miguel e traços indígenas de duas faces representadas no arco que divide o altar-mor e o corpo da igreja, estas últimas ainda presentes<sup>17</sup>. A existência dos elementos afro e indígenas não foi colocada por acaso. O objetivo era fazer com que os escravos, índios e negros, se sentissem reconhecidos dentro da igreja, o que facilitava o contato e por conseguinte a colonização.

Os Jesuítas, que no início da colonização, eram vistos como aliados da coroa, com o tempo passaram a ter o seu poder e influência contestada. Resultado disso, em 1759 D. José I,

---

<sup>13</sup> A Terra Goytacá, vol. I, p. 91.

<sup>14</sup> A Terra Goitacá, Vol. I, p. 88

<sup>15</sup> Segundo REIS (1785) em torno de 9 mil cabeças de gado no século XVIII.

<sup>16</sup> Saint-Hilaire (1974, p 417)

<sup>17</sup> Utilizo o termo no passado pois atualmente os altares se encontram desmontados e foram recentemente recuperados a fim de serem restaurados em seu lugar de origem.

Rei de Portugal, assinou a lei que expulsava os religiosos da Companhia de Jesus do reino e das colônias portuguesas. Dois meses após a promulgação da lei, dava-se início a prisão dos padres da Companhia de Jesus e a sua condução até o colégio do Rio de Janeiro. Segundo a historiadora Márcia Amantino, do colégio de Campos, foram levados dois padres e com eles foram apreendidos todos os seus bens, incluindo a Fazenda<sup>18</sup>.

A Fazenda do Solar do Colégio, apreendida pela coroa, foi leiloada em *hasta* pública. Em 1781 foi arrematada pelo abastado comerciante de escravos, o português Joaquim Vicente dos Reis, junto aos seus tios João Francisco Vianna e Manoel José de Carvalho. Os últimos vieram a falecer e após Joaquim indenizar os herdeiros, tornou-se único dono da fazenda. Joaquim então se mudou para a fazenda com sua família composta de sua mulher Anna Bernardina, e três filhas.

Joaquim Vicente, antes de residir na região, era comerciante na colônia do Sacramento. A historiadora Mariana Guglielmo (2012, p. 4) escreve sobre ele:

“(…) Alguns chegaram a afirmar que ele então se tornou ‘o mais rico e poderoso vassalo de Portugal no Brasil. Além dessas qualificações, outras foram conferidas à nossa personagem, como por exemplo, a de Potentado em Campos, esta apresentada pelo Excelentíssimo Visconde de Asseca, que assegurava que Vicente dos Reis se fazia temível com seu ‘grosso cabedal’.”

Em 1813 Joaquim faleceu, deixando a fazenda e o Solar não para suas filhas, mas para um de seus genros, Sebastião Gomes Barroso casado com sua filha Joanna Bernardina dos Reis<sup>19</sup>.

#### **1.4 – A família Barroso**

Do ano de 1813 até 1980 – 167 anos - esta única família ocupou o Solar do Colégio, passando por várias gerações até a posse do edifício chegar às mãos de seu último morador João Batista Vianna Barroso. Durante este longo período em que foi propriedade da família Barroso, a fazenda produziu principalmente cana-de-açúcar e teve também um engenho,

---

<sup>18</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a. 170, n. 443, pp-169-191. “A Expulsão dos Jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens” Márcia Amantino.

<sup>19</sup> Segundo consta na Apelação Cível entre Sebastião Gomes Barroso – testamenteiro de Joaquim Vicente - e a Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes, legatária de alguns bens deixados por aquele. Acervo Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, Fundo Família Barroso. O referido fundo se encontra em fase de organização e, por isso, o documento não possui uma notação.

vendido, no início do século XX, e modernizado para se transformar em Usina em uma localidade vizinha<sup>20</sup>. Além do engenho, a fazenda possuiu um hospital criado ainda por Joaquim Vicente com a finalidade de atender aos cativos da fazenda e moradores do Solar. Segundo referências de Saint-Hilare (1941, p. 417) este hospital, é anterior à Santa Casa de Misericórdia de Campos, que é conhecida como o primeiro Hospital da cidade, de onde Joaquim Vicente foi o quarto provedor no período de 1796 a 1798<sup>21</sup>.

A fazenda do Solar do Colégio com seus mais de 300 anos de existência, sendo quase todo esse período habitado, passou por diversos momentos, mas não só momentos prósperos delinearão sua existência. A fazenda atravessou diversos ciclos que se sucederam na região como, por exemplo, os econômicos, não conseguindo sair completamente ilesa dos impactos causados pelas mudanças.

March (1988), que escreveu sobre o Solar, relata que no início do século XX, em decorrência de altos investimentos no engenho e ao falecimento de Francisco de Paula Gomes Barroso, seu proprietário na época, uma crise afetou a família Barroso. Depois de anos de disputa judicial entre os herdeiros diretos e indiretos, a fazenda mergulhada em dívidas foi hipotecada pelos proprietários. Consta que a mesma foi comprada pelo empresário Vitor Sence, que modernizou e transferiu o engenho para Tocos. Vitor doou a parte da residência para os remanescentes dos Barroso. Assim, na década de 20 a posse e a administração da mesma passaram para João Batista Vianna Barroso e seus irmãos Sérgio Vianna Barroso e Zulmira Vianna Barroso.<sup>22</sup>

O cultivo de cana-de-açúcar continuou na fazenda, porém em menor escala, já que depois da venda do engenho, a propriedade foi reduzida consideravelmente. A família também recorreu a outras atividades para o seu sustento. Sérgio Vianna, por exemplo, abriu um cartório no distrito de Goitacazes.

---

<sup>20</sup> O engenho foi vendido para Vitor Sence, um dos representantes da Societé Sucreeries Bresilienne.

<sup>21</sup> LAMEGO (1934)

<sup>22</sup> É importante ressaltar que a primeira atividade econômica que logrou sucesso na região foi a criação de gado, decorrendo desta vários dos conflitos que ocorreram na região como o “Levante de Benta Pereira”. Junto à criação de gado se desenvolveu o cultivo de produtos para subsistência como a mandioca, o milho, o feijão e o arroz, e principalmente da cana-de-açúcar que foi interrompido no período de abandono da capitania e retomado depois do século XVII, persistindo até hoje, ainda que em menor escala. Além destes, em meados do século XX Campos ficou nacionalmente conhecida pela extração de petróleo em sua bacia que corresponde a 80% da produção nacional. (FREITAS 2006, p. 46)

Devido a sua importância histórica, no dia 24 de julho do ano de 1946 — e graças a uma campanha feita por Alberto Lamego, um pesquisador e memorialista campista, nascido em Itaboraí — o Solar do Colégio e outros bens foram tombados pela então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Solar foi inscrito no Livro de Belas Artes sob o número 308 e no Livro Histórico sob o número 243. O Solar se enquadrava na categoria de patrimônio considerado pelo IPHAN como sendo um exemplar da arquitetura jesuítica e portuguesa valorizada à época.

Na década de setenta, tendo em vista a idade avançada do último membro da família Barroso a habitar o Solar e a falta de condições financeiras da família para manter conservada uma construção de grande tamanho, em 29 de maio de 1977, o Governo do Estado do Rio de Janeiro a desapropriou sob o decreto 1.286, na gestão de Faria Lima. Tinha o intuito de estabelecer ali um “Centro Regional de Núcleo Comunitário de Educação, Cultura e Trabalho do Município de Campos”<sup>23</sup>.

Essa desapropriação, como muitas outras, gerou uma série de controvérsias, já que o proprietário João Batista Vianna Barroso não teria concordado com o modo pelo qual o procedimento foi feito, e com a quantia paga pela desapropriação. Este se recusou a sair do local onde vivera toda a sua vida. Foi então permitido pelo Estado que ele permanecesse ali até a sua morte, ocorrida em 1980. A imissão de posse só foi dada ao governo do Estado no ano de 1984.

No período de 1980 a 1984, a família Barroso inventariou os bens, e os retirou do Solar, distribuindo entre os membros vivos, abandonando completamente o edifício. Após o falecimento do “Sinhô Barroso”, durante os dez anos subsequentes, o Solar ficou fechado e o poder público, pouco fez para a implantação do Centro Regional de Cultura. Algumas tentativas de chamar a atenção das autoridades foram empreendidas, tanto por membros da sociedade civil, quanto por pessoas que possuíam alguma ligação com o Solar, ou mesmo por alguns letrados que admiravam aquela construção, mas nenhuma tentativa de sensibilização logrou sucesso.

---

<sup>23</sup> MARCH (1988, p. 116)

Durante a década de 1980, o edifício sofreu danos irreversíveis, sendo estes físicos e simbólicos. Com a fazenda fechada e sem produzir, a comunidade que vivia no entorno mudou-se para outras áreas, principalmente para as localidades vizinhas de Goitacazes e Tocos, responsáveis por absorver grande parte desta mão-de-obra da fazenda em outras atividades.



Figura 4: Imagem do Interior da Capela (FENORTE, 1990)

Em 1990 uma das demandas emergidas de um grupo de acadêmicos local era por uma Universidade Pública em Campos. Na mesma década foi idealizado por Darcy Ribeiro o projeto da instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

A Implantação de uma Universidade Pública no Norte do Estado foi resultado de uma mobilização pública que conseguiu incluir na constituição estadual de 1989<sup>24</sup> esse desejo. O projeto idealizado por Darcy Ribeiro e estruturado por Oscar Niemeyer foi aprovado em 1990 no governo de Moreira Franco e implantado posteriormente por Leonel Brizola. Sobre a UENF escreveu Smirdele (2004):

---

<sup>24</sup> A constituição do estado foi lançada um ano depois da constituição federal de 1988.

“Por ocasião da Elaboração da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em 1989, um movimento liderado por estudantes de Campos conseguiu incluir nas Disposições Transitórias da Carta Magna estadual a previsão da instituição da Universidade Estadual do Norte Fluminense. O Movimento que angariou 4.431 assinaturas qualificadas em favor do projeto (ALVES e LIMA, 2003, p. 17), valeu-se do mecanismo de apresentação de propostas populares.”(p. 49)

A Universidade viabilizou a implantação de projetos e ações simultâneos. Um deles foi a efetivação da doação de uma residência na área central da cidade, deixada em testamento pela senhora Finazinha Queiroz para a primeira universidade pública da cidade. Esta residência foi transformada na Casa de Cultura Vila Maria em 8 de dezembro de 1993 e até hoje é mantida pela Universidade. No mesmo sentido, outro projeto importante foi a decisão pela implantação de uma Escola Brasileira de Cinema no edifício do Solar do Colégio, que estava fechado desde a desapropriação pelo Estado. O projeto seria um desafio. O Solar nos anos que permaneceu fechado sofreu diversos danos causados pela ação de vândalos, que depredaram as dependências daquela edificação e roubaram o que restou de sua estrutura.

Após o restauro e cancelado o projeto da Escola de Cinema na década de 1990, o edifício voltou a ficar fechado. Mais alguns anos se sucederam, até que em 2000 foi apresentado à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes pela UENF através da professora Lana Lage o projeto de instalação, naquele local, do Arquivo Público Municipal, com o apoio da FENORTE/UENF. O projeto inicialmente foi aceito pelo Presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima Fernando Leite e depois levado ao Prefeito Arnaldo Viana. A criação de um Arquivo na cidade era uma necessidade e uma demanda que existia desde a década de 40, já que não havia um lugar de preservação dos documentos produzidos em mais de 300 anos de existência da Vila de São Salvador e da posterior cidade, como mostra nota do Jornal “A Folha do Comércio” de 10 de maio 1941 e assinada por um “vigilante”:

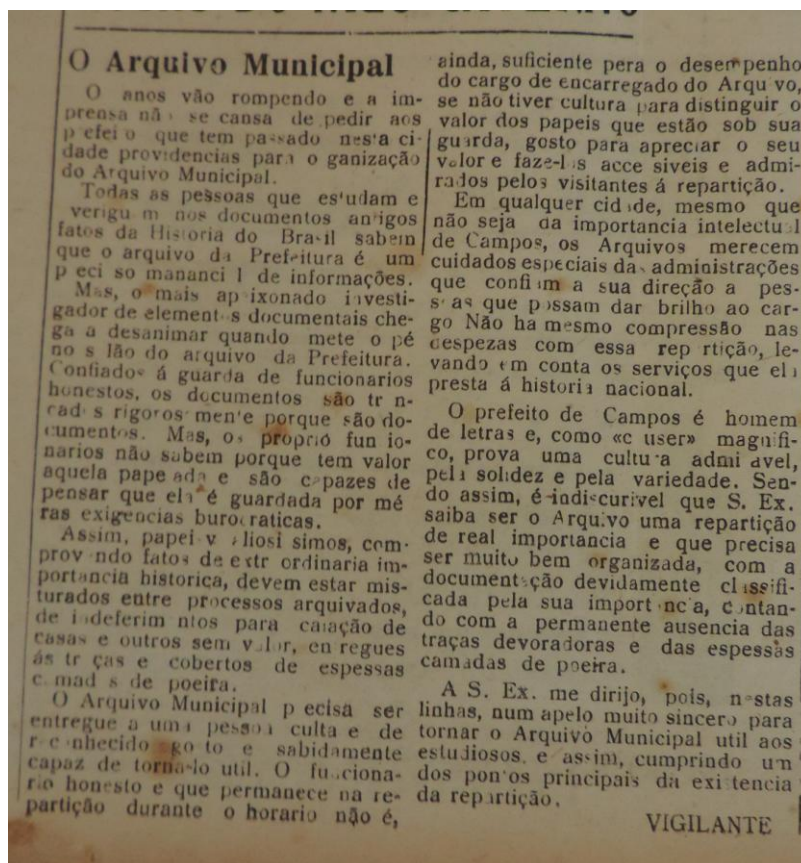


Figura 5: Matéria do Jornal “A Folha do Comércio” de 10/05/194 Capa<sup>25</sup>

O texto acima aponta a necessidade de um local com a finalidade de preservar os documentos históricos que estavam na prefeitura. Além disso, mostra a consciência deste escritor e a sua tentativa de que a mensagem chegasse ao prefeito e de alertar a população através do jornal.

O Arquivo foi criado em 2001 pela Lei número 7.060 de 18 de maio proposto pelo vereador Edson Batista e iniciando seu funcionamento em 28 de março de 2002, o Arquivo funciona até hoje. O acervo sob a guarda do Arquivo é oriundo da administração pública, da esfera judicial e de acervos particulares. A grande maioria esteve armazenado em lugares impróprios e de forma inadequada. Outros documentos foram perdidos ou roubados pela falta de uma Instituição que fosse capaz de guardá-los. A edificação, que é de posse do Estado desde a desapropriação, mas administrada naquele momento pela Universidade já estava

<sup>25</sup> BR.RJAMPC.JC.04.35

cedida para a municipalidade desde a década de 80 para o funcionamento de uma escola de primeiras letras<sup>26</sup>, que seria mantida pela prefeitura, após abortado o projeto do centro de cultura.

Em suma, esta é a trajetória do Solar do Colégio. A dissertação tem por objeto compreender a implementação de políticas culturais nesta edificação, no recorte temporal que começa com a desapropriação em 1977, passa pela atuação da Universidade Estadual do Norte Fluminense e com a tentativa de implantação da Escola Brasileira de Cinema e termina em 2001 com a instalação do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Além disso, fez-se necessário entender de que forma a política cultural do município se delineava na conjuntura da sociedade, a fim de que o estudo seja entendido a partir de um contexto local.

### **1.5 – O Solar como um patrimônio**

A prática da administração dos bens patrimoniais pelo Estado tem início na França, após a Revolução Francesa, cujos moldes foram difundidos por toda a Europa. A Convenção pela Preservação do Patrimônio Mundial Cultural e Natural adotada em 1972<sup>27</sup> pela Assembléia Geral da Unesco, mostra esta expansão, difundindo um sistema ocidental de valores e pensamento acerca do que se entendia por patrimônio (CHOAY, 2006). A adesão à convenção criou uma série de obrigações a serem seguidas pelos países visando à preservação do patrimônio às futuras gerações. A quantidade de monumentos inscritos na lista do Patrimônio Mundial, tornou-se estatística e objeto de disputa entre os países, mesmo que, nem sempre os critérios adotados para eleger um bem como um patrimônio fossem claros.

Com o tempo e a consolidação da convenção, ocorreu uma expansão do conceito de patrimônio, passando a serem considerados outros tipos de representações e não somente o patrimônio edificado. Diante da modernização dos espaços urbanos europeus, principalmente, vários exemplos de patrimônio foram demolidos, mesmo já existindo uma legislação que desse conta de protegê-los. Uma das saídas encontradas foi transformar o monumento em

---

<sup>26</sup> A escola chegou a funcionar por alguns nos, sendo mantida durante determinada época pela família e posteriormente pela prefeitura. Era uma escola rural dedicada a alfabetizar os filhos dos funcionários moradores das redondezas.

<sup>27</sup> UNESCO, 1972.



objeto de visitação das massas, contribuindo para que seu *status* de importância seja elevado. Sendo um objeto de valorização, sua conservação e proteção se tornam legítimas.

No Brasil, a valorização do patrimônio, entendido como bem material, teve início em nível nacional com a criação do SPHAN sob o decreto nº 25 que o instituiu em 1937<sup>28</sup>.

O Solar do Colégio foi tombado pela Instituição no ano de 1946, obedecendo ao que estava presente no artigo 1º do Decreto nº 25/1937, que determinava o tombamento do bem que tivesse alguma ligação relevante com fatos históricos do país. O processo teve início no ano de 1942, quando o Serviço de Proteção visitou o Solar, fazendo o registro fotográfico de suas dependências e procedendo a abertura do processo de tombamento<sup>29</sup>. O tombamento<sup>30</sup> do Solar nos primeiros anos de existência do IPHAN<sup>31</sup>, atendia a uma política de preservação voltada para a valorização dos bens materiais produzidos sob a influência da cultura luso-brasileira.

O fato é que a Academia SPHAN nasce ancorada numa idéia básica que é o registro da nação, cuja face era preciso tornar visível; não através da incorporação de traços da natureza, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse uma duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer. (VELOSO, 1996, p. 78)

O país estava passando por um processo de construção de sua História e, por isso, era valorizado, no início da Instituição, os bens que remetessem a uma idéia de tradição de

---

<sup>28</sup> No Brasil a visão mais tradicional defende que as Políticas Culturais ganham destaque no campo político a partir do Estado Novo, com Getúlio Vargas, em que tem início a atuação no campo da preservação com a criação do SPHAN.

<sup>29</sup> O tombamento está sendo citado, entendendo que seja esta a primeira tentativa de implantação de uma política cultural para aquela edificação. No entanto não será objeto deste estudo, já que um recorte temporal de 1946 a 2001 seria muito extenso e inviável para operacionalizar a pesquisa.

<sup>30</sup> Segundo o IPHAN o tombamento consiste: “um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.”

(<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional> - acessado em 21/03/2014)

<sup>31</sup> No início da Instituição se tratava de um Serviço, mas por questões de simplificar a grafia trataremos da Instituição como IPHAN em todas as suas fases.

consolidação do Brasil como uma nação. Deste modo, o Solar foi inscrito no livro de tomo de bens históricos sob o número 243 e no livro de belas artes sob o número 308, atendendo a estes requisitos.

Assim como na política de preservação da França, acima comentada, no Brasil há um alargamento do debate político acerca do patrimônio. A partir da convenção da Unesco de 1972, também no Brasil passaram a ser considerados patrimônios os bens produzidos por outras matrizes formadoras do Brasil como a indígena e a africana, e principalmente o uso da expressão Patrimônio Cultural, abarcando o patrimônio natural e o imaterial. Apesar do alargamento no sentido das políticas, a efetivação prática da aplicação das políticas continuou pouco abrangente.

Mesmo o Solar tendo sido objeto de uma política de preservação patrimonial, desde o seu início, no Brasil, suas tentativas de uso e de implantação de políticas não foram suficientes para torná-lo um local público e reconhecido pela população campista. Tirá-lo da invisibilidade política e popular ainda se configura em um dos grandes problemas enfrentados durante a sua existência, enquanto propriedade pública.

## 2 - CAPÍTULO – METODOLOGIA

### 2.1 - Metodologia histórica

O modelo metodológico desta pesquisa tem base histórica. Esta pesquisa se fundamenta em análise documental, essencialmente centrada em jornais, dado a quantidade de fontes e a qualidade dos materiais pesquisados. Apesar de o jornal ser a fonte privilegiada outros suportes documentais foram considerados significativamente ao longo da pesquisa.

A visão tradicional da metodologia histórica positivista defende que os estudos históricos devem ser subsidiados sempre pelos documentos e que estes tomados como fontes privilegiadas, são evidência materiais incontestáveis de verdade e autenticidade. Entretanto a metodologia histórica vem passando por mudanças recentes ao longo do século XX “novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (Cardoso 2002) com destaque para a revolução documental. Não só o documento escrito se caracteriza em fonte histórica confiável. A partir da revolução metodológica dos Annales, outras fontes são também consideradas documentos com credibilidade (fonte oral, imagem...) enquanto que o documento escrito perdeu o seu caráter de verdade incontestável. Outros temas dentro da história passaram a ser estudados com critérios de cientificidade como a história cultural, das mentalidades, econômica, social, também a história política passou por uma importante renovação metodológica.

A tendência tradicional do estudo do macro deu lugar ao estudo das especificidades. A visão do total não caiu totalmente em desuso, mas ela hoje serve de horizonte ao historiador que a utiliza na contextualização do seu universo de pesquisa. A crescente especialização dos historiadores, aponta para uma “atomização da História” (CARDOSO 2002). Esse processo pressupõe a divisão da história em áreas de estudo contidas na área maior. Um dos problemas apontados pelo autor é que a escolha de um tipo da história para guiar as pesquisas, muitas vezes, ocasiona a desconsideração das outras áreas do conhecimento histórico e elegendo a sua área de escolha, e os dados e resultados conseguidos na pesquisa são considerados como verdade absoluta.

A partir dos *Annales*<sup>32</sup>, as análises históricas contemporâneas admitem formas de abordagem diferenciadas bem como o uso de instrumentos que complementem interpretações e confrontem as visões oficiais apresentadas pelos documentos escritos. Nesse sentido, os relatos orais, enquanto fontes históricas, são considerados produtos das percepções e experiências vividas pelos entrevistados em uma dada realidade. Desta forma, a opção pela realização de três entrevistas, no decorrer desta pesquisa, busquei a elaboração de narrativas contextualizadas, a verificação das informações coletadas a partir da análise de outras fontes primárias selecionadas e disponibilizadas para a contextualização histórica e cultural local e da experiência do Solar do Colégio.

## **2.2 - O método**

O método utilizado para análise dos dados coletados combina aspectos quali-quantitativos. Através desta abordagem mista foi possível um ajuste de técnicas e instrumentos com o objetivo de cruzar e validar informações potencializando os resultados da análise documental com as informações provenientes das entrevistas. A partir da combinação destes métodos foi possível fazer uma leitura comparativa da versão “oficial” fornecida pelos documentos e dos discursos dos entrevistados, possibilitando a construção de uma narrativa bem como a análise do processo estudado em formas diversas.

Utilizei o método quantitativo a fim de analisar numericamente as informações coletadas no jornal. Isto me possibilitou a construção de alguns indicativos numéricos direcionando a análise de uma questão que a princípio parecia possível somente qualitativamente.

Entretanto o método qualitativo propiciou tanto à abordagem conteudista quanto às matérias de jornal mais significativas para a pesquisa. Como o universo dos dados era muito extenso, as matérias foram escolhidas segundo a relevância para o tema. Selecionei matérias pontuais e significativas para traçar um panorama cultural da cidade obedecendo à uma cronologia.

---

<sup>32</sup> Salienta Cardoso (2002) “A decisiva mudança de rumos aconteceu a partir de 1929, com a criação dos *Annales*, por Lucien Febvre e Marc Bloc (...) graças a seu estímulo (...) começou a evolução que conduziu ao estado presente da historiografia francesa, cuja influencia sobre muitos historiadores latino-americanos sempre foi grande”.

### 2.3 – Marcos conceituais

A pesquisa se iniciou a partir da atualização sobre o conceito Política Cultural do ponto de vista histórico suas diversas formulações debatidas e aplicadas pela sociedade campista em torno do Solar do Colégio entre 1980 e 2001. Buscando uma reconstrução do cenário de formação das Políticas Culturais, seus atores, tensões e conflitos visando compreender a formação do campo da política cultural, esta conceituação foi apropriada e contextualizada no tempo, entendendo-se que o próprio significado de cultura é um conceito variável. Da mesma forma a compreensão do termo Política Cultural foi feita considerando-o como um conceito em formação e influenciado pelos diversos momentos políticos e históricos inseridos no recorte desta pesquisa.

Parti das apreciações de Teixeira Coelho (2012) que entende Política Cultural como o conjunto de intervenções feitas pelo Estado a fim de garantir a prática de manifestações culturais das mais variadas formas, além das condições para que elas sejam preservadas para as gerações futuras e, ainda, valorizando as novas manifestações. Nessa conceituação o Estado aparece como grande articulador e condutor das políticas. A escolha deste conceito se deu pela amplitude que ele abarca e por ser aplicável a análise do objeto estudado como objeto de política e também do contexto em que estava inserido no recorte temporal.

Outro conceito escolhido com o objetivo operacional da pesquisa foi o de Âncora Temporal. Este conceito se aplica a interpretação do lugar histórico e social ocupado pelo Solar do Colégio na sociedade campista, e mais especificadamente na localidade em que ele se insere. Esta noção oriunda da pesquisa “A rua em imagens: as transformações urbanas na fotografia – Um estudo de caso sobre a Rua 13 de Maio em Campinas / SP, escrito por Patrícia Rodolpho é produto de uma pesquisa de mestrado para o programa de Antropologia Visual / Instituto de Artes da UNICAMP. O conceito valoriza a observação de uma imagem, sendo ela original ou uma representação de um local histórico, que ao ser apreciada aciona uma lembrança e memórias de um tempo remoto, de modos de vida e do cotidiano, do imaginário de personagens que tiveram alguma ligação com aquele local.

Articulado ao conceito de Âncora Temporal utilizei ainda para interpretar o Solar o conceito de “Lugares de Memória” de Pierre Nora, entendendo que o Solar se caracteriza nos três tipos de lugares citados por ele: trata-se de um lugar material, capaz de ancorar uma

memória social, de um lugar funcional alicerçando as memórias coletivas e de um lugar simbólico já que o mesmo possui uma caráter de ícone onde a memória coletiva se expressa e se revela.

Por fim, utilizei a hipótese do agendamento de Mauro Wolf para analisar as matérias e publicações coletadas no jornal “O Monitor Campista” no recorte acima indicado. As matérias de jornal interpretadas sob a ótica desta hipótese permitem entender a concepção de cultura expressa pela sociedade campista letrada naquele período. Wolf, em sua obra, trata dos assuntos que são veiculados pela imprensa, e de que forma passam a ser parte da agenda social ou individual de uma sociedade de acordo com os interesses dos produtores do jornal

A tematização é um procedimento informativo que se insere na hipótese do *agenda-setting*, dela representando uma modalidade particular: tematizar um problema significa, de fato, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe o relevo adequado, salientar a sua centralidade e o seu significado em relação ao fluxo da informação não-tematizada (WOLF, 2001, p.163).

A hipótese do agendamento de Wolf auxiliou na elaboração da hipótese de trabalho principal visto que o agendamento dos assuntos relacionados à cultura, expressada nas matérias dos jornais, definia o lugar da cultura em meio às discussões políticas de cada período de governo dentro do recorte 1980 – 2001<sup>33</sup>.

## **2.4 – Hipótese**

Considerando que as matérias veiculadas pelos jornais influenciam a longo prazo na formação de conceitos e opiniões, se torna importante falar neste trabalho da hipótese do agendamento de Mauro Wolf. A hipótese do agendamento foi fundamental para entender como o tema Cultura foi tratado pelo jornal “O Monitor Campista” entre os anos de 1980 e 2001.

---

<sup>33</sup> Prefeitos da cidade de Campos no período estudado: Raul David Linhares (1977-1983), Wilson Paes (1982-1983), José Carlos Vieira Barbosa (1983-1989), Antony Willian Garotinho (1989-1993), Sérgio Mendes (1993-1997), Antony Willian Garotinho (1997-1998), Arnaldo França Vianna (1998-2000), Arnaldo França Vianna (2001-2004).

O jornal se configurou como fator propiciador de decisão política a respeito da cultura, na cidade de Campos ao longo dos anos 80 e 90. A transformação de determinados assuntos em agenda, fazia com que os mesmos ganhassem maior ou menor interesse governamental, pois entravam em discussão nas rodas de conversa dos formadores de opinião e esta visão era passada aos leitores o que determinava a visão da população sobre o governo municipal e sobre o prefeito em questão.

## **2.5 – Fontes e coleta de dados**

### **2.5.1 – Fontes Primárias: Jornais**

Poucas são as fontes documentais presentes na cidade de Campos que tratam das questões culturais. Se por um lado, há ausência de fontes, por outro, o jornal considerado como fonte de pesquisa, supre essa necessidade do pesquisador. A partir da década de 1970, com a Escola dos Anales outras fontes e métodos passaram a ser considerados nos estudos históricos, como por exemplo, a imprensa.

Antes disso, o jornal escrito era considerado subjetivo, superficial, influenciado pela subjetividade do escritor. Mas, a partir da revolução historiográfica, foi possível compreender que ele atua como agente histórico, enunciando discursos e expressões que influenciam diretamente nos processos .

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

A importância na utilização do jornal como fonte deve-se especialmente a formação das mentalidades<sup>34</sup> do grupo de leitores. Ao contrário do que se preconiza os veículos de

---

<sup>34</sup> Neste sentido entende-se por mentalidades “as atitudes mentais de uma sociedade, os valores, o sentimento, o imaginário, os medos, o que se considera verdade, ou seja, todas as atividades inconscientes de determinada época. As mentalidades são aqueles elementos culturais e de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem. Ela é a estrutura que está por trás tanto dos fatos quanto das ideologias ou dos imaginários de uma sociedade.” (SILVA, 2009)

comunicação não são responsáveis por somente noticiar os fatos, mas antes disso, tem a função de formar opiniões, de legitimar determinado assunto como de interesse público e até mesmo de velar assuntos anteriormente “noticiados” quando estes não mais os interessam.

Além do alinhamento político, o jornal possui um alinhamento econômico. O Jornal é uma empresa que vive como qualquer outra, do lucro que obtém. Para tanto, precisa atender aos interesses dos seus financiadores e anunciantes. De certa forma o jornal “fala” o que lhe interessa em determinado momento.

Como afirma Capelato (2013) “a imprensa pode ser considerada como o quarto poder, aquele que vigia os demais poderes e que detém o poder econômico e político. Além disso, a autora afirma que possui 2 faces uma pública e outra privada: na face pública são os formadores de opinião e na face privada são empresas privadas que produzem uma mercadoria com vistas ao lucro”.

A hipótese do agendamento defende que a médio e longo prazo os meios de comunicação podem influenciar nas maneiras de construir raciocínios sobre determinados assuntos. Os temas veiculados se constituem em agenda individual e social.

Os pressupostos para a hipótese do agendamento são vários, entre os quais podemos destacar: um fluxo contínuo de informação, já que através de uma “avalanche informacional” incorporamos os temas ao nosso cotidiano e os armazenamos para que possamos utilizá-los quando for necessário. Outro pressuposto é que, como já citamos, as influências são percebidas em longo prazo. O terceiro e último é que, apesar do quantitativo de matérias dedicadas a determinado tema na imprensa, elas não são capazes de impor raciocínios como defende a teoria hipodérmica, mas sim de influenciar sobre o que falar e pensar em um dado espaço de tempo. (HOHLFELDT, 1997)

Entendendo que os assuntos culturais nem sempre foram agenda recorrente nos meios de comunicação locais, a hipótese do agendamento ajudará a compreender e analisar as matérias de jornal coletadas no recorte temporal acima mencionado. Isto propiciará entender em que momento a cultura ganhou força na sociedade campista e quando deixou de ser assunto de primeira ordem nas rodas de conversa dos letrados da cidade de Campos.



Outra parte desta análise foi feita a partir de matérias do jornal “O Monitor Campista”, também abrigadas pelo Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho. A análise dos jornais foi feita com o objetivo de caracterizar o cenário cultural da cidade de Campos no recorte escolhido para o estudo de caso, entendendo-se que o objeto sempre está inserido em uma realidade externa e inerente a ele, podendo o seu conteúdo sofrer os efeitos.

O Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho está situado no edifício do Solar do Colégio, na Avenida Sérgio Vianna Barroso, na estrada que liga os distritos de Goitacazes e Tocos e objeto desta pesquisa. Neste Arquivo a coleção do Monitor compõe o Fundo de Jornais Campistas que também possui outros títulos. A coleção do Monitor é composta de 174 encadernações e 34 rolos de microfilme dos originais que estão na Biblioteca Nacional<sup>35</sup>.

O Monitor Campista teve suas atividades iniciadas no ano 1834, e surgiu da fusão entre “O Monitor” e “O Recopilador”. O jornal foi fundado em 1834 por Evaristo Pereira de Abreu, seu proprietário. Foi o primeiro a ser publicado todos os dias (exceto às segundas), a partir de 1875, sendo esta uma atitude arrojada para o período. O Monitor passou por vários proprietários até que em 1924 interrompeu suas atividades retornando somente no ano de 1928.

A escolha deste meio impresso se deu por sua importância histórica, além de ser o jornal mais antigo da cidade, formador de opinião da sociedade campista por mais de um século. A partir de 1942, sob a direção de Joaquim de Melo o jornal tornou-se o “órgão de publicação oficial da prefeitura” em que eram publicados o Diário Oficial do município de Campos e São João da Barra, além dos atos do legislativo campista.

É importante destacar que o Jornal sempre teve um alinhamento político de consonância com o poder local, obedecendo aos interesses do poder público municipal. Apenas alguns de seus articulistas utilizavam-no como veículo para críticas. O jornal sempre foi voltado para uma elite letrada da cidade. Assim, o Monitor teve importante circulação

---

<sup>35</sup> A coleção que está no Arquivo Público Municipal não está completa. Alguns números se perderam devido a condições inadequadas de armazenamento, enquanto estava no porão do Palácio da Cultura, onde funciona a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.

entre a população. Suas atividades foram encerradas no ano de 2003, após a prefeitura deixar de publicar em suas páginas o Diário Oficial, bem como o legislativo.

Foram analisados os Jornais referentes aos anos de 1977, década de 80 e 90, e anos 2000 e 2001. Os mesmos estavam em bom estado. Estes anos foram escolhidos devido ao recorte e aos marcos temporais abordados nesta pesquisa. Em termos quantitativos foram pesquisados 22 anos de jornal totalizando 244 encadernações, e 6.974 números de jornais, consultados dia por dia.

Além das matérias que tratavam em específico do Solar do Colégio, foram coletadas todas as publicações em Diário Oficial do município e reportagens referentes não só à Política Cultural, mas ao campo cultural em geral. Estes dados foram de grande importância para entender o contexto cultural em que a cidade estava inserida nestes anos e, por conseguinte o Solar, objeto em parte das políticas culturais locais.

### **2.5.2 – Documentos Complementares**

Foram pesquisados documentos referentes à desapropriação do Solar para a implantação de um Centro de Cultura. Também serviram de base para consulta o projeto de implantação da Escola de Cinema vinculada à Universidade Estadual do Norte Fluminense e o posterior projeto do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, estes últimos presentes no acervo administrativo do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.

Quanto ao primeiro projeto, do Centro de Cultura, são poucas as fontes que tratam deste. Encontrei referências a desapropriação nos jornais, mas o processo de desapropriação nunca foi localizado, incluindo uma busca na SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão) no Rio de Janeiro. No Diário Oficial do Estado, não consta a o decreto de desapropriação. Esta teria sido feita na cidade de Campos, que por ocasião das festividades de comemoração dos 300 anos da fundação da Villa de São Salvador, teve a capital do estado transferida para cá, quando diversos atos do governo ocorreram aqui.

Há que se considerar, neste caso, a falta de fontes e também a ausência de memórias sobre a desapropriação – que gerou diversas controvérsias, em especial pela quantia da indenização dada a família que teria sido irrisória. A falta de fontes e o esquecimento, seja ele proposital ou não, por si só também se constitui em um dado relevante para a pesquisa.

### 2.5.3 - Análise dos Jornais

O primeiro passo para a análise dos jornais foi fazer uma leitura detalhada a fim de identificar os principais assuntos tratados pelas matérias de jornal. Após esta etapa, as matérias foram agrupadas e organizadas obedecendo a uma ordem cronológica. Após esta organização, as matérias foram transformadas em dados para compor uma tabela com as informações relevantes e úteis a minha análise como: data, autor, objeto da matéria, se o objeto era governamental ou independente, em que esfera pública o objeto estava inserido, se havia repasse de verba e um breve resumo do conteúdo.

1977-Maio									
NUM	Capa ou corpo do jornal	DATA	TEMA	AUTOR	CATEGORIA DE CULTURA	RESUMO	POSSUI VERBA? (QUAL ESFERA)	TRATA DE INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL OU NÃO? (QUAL ESFERA)	POSSUI IMAGEM?
1	capa	12/05/1977	Exposição de documentos e objetos	-	Exposições/patrimônio/história	Trata de exposição a ser realizada no Palácio da Cultura, pelo Arquivo do estado do Rio de Janeiro sobre a escravidão	0,5	Estado/município	0,5
2	capa	27/05/1977	Desapropriação de diversas edificações	-	Patrimônio	A matéria trata da instalação da capital do Estado em Campos pelas comemorações do tricentenário de criação da vila de São Salvador e dos diversos atos que serão executados pelo governador incluindo as desapropriações de diversos monumentos da cidade e a destinação de verba para restauração.	0,5	Estado (gestão Faria Lima)	0,5
3	Capa	31/05/1977	Desapropriação de diversas edificações	-	Patrimônio	Entre outras coisas a matéria trata da desapropriação do Solar do Colégio em uma área de 10 hectares a fim de desenvolver área de lazer e entretenimento com hotelaria pelo conselho estadual de desenvolvimento econômico e social. A matéria também fala sobre a liberação de uma verba de CR\$ 11 milhões para restauração destes monumentos	CR\$ 11 milhões	Estado (Gestão de Faria Lima)	Sim (governador em reunião com o CEDES)
4	Corpo - cont.	31/05/1977	Desapropriação de diversas edificações	-	Patrimônio	Fala da instalação da capital do Estado em Campos por ocasião da comemoração do tricentenário da Vila de São Salvador. Entre outras coisas a matéria trata da desapropriação do Solar do Colégio em uma área de 10 hectares a fim de	CR\$ 11 milhões	Estado (Gestão de Faria Lima)	0,5

Figura 05: Tabela utilizada para sistematizar as matérias pesquisadas. Autora Larissa Manhães

Isto feito, as matérias de maior representatividade, para as políticas culturais foram interpretadas conforme o período político e cultural em que estava inserida<sup>36</sup>. Assim

<sup>36</sup> Esta contextualização se fez necessário, pois o recorte temporal da pesquisa é extenso de mais de vinte anos, e compreende um período de grandes mudanças políticas e também de paradigmas que influenciaram amplamente no campo cultural.

articuladas com o contexto histórico, foi a maneira de chegar as conclusões expressas no último capítulo desta pesquisa.

## **2.6 - Entrevistas semi-estruturadas**

Foram selecionados, para as entrevistas, personagens que tiveram ligação direta com os processos que marcam esta pesquisa. Os entrevistados foram escolhidos segundo a relevância e segundo as informações que poderiam fornecer cada um em uma área específica. O primeiro entrevistado foi o senhor Getúlio, último dos moradores do Solar, que permanece residindo no mesmo local em que nasceu e possui uma narrativa muito própria de tudo o que aconteceu no período referido na pesquisa. Senhor Getúlio acompanhou todos os processos elencados aqui.

Outra entrevista foi realizada com a professora Arlete Sendra, docente e pesquisadora do CCH/UENF. A professora Arlete é um expoente cultural da cidade de Campos, membro da Academia Campista de Letras e integrante do corpo docente da UENF desde a década de 90. Por acompanhar a implantação da Universidade, a professora Arlete deu seu testemunho falando a respeito do projeto da Escola de Cinema.

O terceiro entrevistado foi Carlos Roberto Bastos Freitas, diretor do Arquivo Público Municipal e responsável pela implantação do projeto. Seu depoimento como gestor público permitiu a compreensão das implicações para a instalação de um Arquivo na cidade e como este projeto foi visto pela comunidade e possibilitado. Outro ponto importante é a compreensão desta ação no contexto de um projeto de política cultural.

As entrevistas foram semi-estruturadas, feitas a partir de um roteiro<sup>37</sup>, com a intenção de direcionar as questões do pesquisado, mas também admitindo temas que surgiram durante as entrevistas e que foram complementares para enriquecimento de informações acerca dos vários períodos estudados.

Os contatos iniciais com os entrevistados foram feitos pessoalmente nos quais foram feitos o consentimento para a gravação do áudio entrevista. Após a gravação, as entrevistas

---

<sup>37</sup> Sobre a utilização de roteiros Minayo Et AL (2005) comenta que “se apoia na habilidade relacional do investigador e na sua capacidade para transformar o objeto teórico em ‘conversas de finalidade’”.

foram transcritas. Os conteúdos foram analisados com o objetivo de entender por outra vertente a narrativa aqui abordada, de forma diferente dos documentos oficiais.

A essência das narrativas é diferente. Na fala do senhor Getúlio busquei a narrativa da história do Solar contada a partir de seu testemunho, de sua percepção como agente participante dos processos. Seu Getúlio retrata tudo com muito saudosismo, uma visão romanceada dos processos. Em seu discurso ele elege “O bem e o Mal” entendendo a família que sempre lhe deu educação, trabalho e uma casa — assim como à sua família como benfeitores e o Estado como mal feitor — afinal estes lhe as condições de vida que ele tem até os dias atuais, além de tornar a fazenda improdutiva e abandonada por anos.

A partir da narrativa da professora Arlete foi possível conhecer alguns detalhes do projeto da Escola de Cinema, e principalmente a sua opinião sobre o desenvolvimento e a proposta do projeto inovador e inédito na região.

O discurso de Carlos Freitas consiste na narrativa de um gestor público, que entende estes processos em sua forma política e também cultural. Na entrevista, ele fala sobre a demanda da criação de um Arquivo na cidade – demanda essa que é antiga, comprovadamente através de matérias de jornal, da década de 50. Além disso, ele conta como foi elaborado o projeto do Arquivo, e de que forma e com quais apoios a Instituição entrou em funcionamento.

### 3 - O CONCEITO DE POLÍTICAS CULTURAIS

#### 3.1 - Políticas Culturais: uma perspectiva histórica

As Políticas Culturais<sup>38</sup> são uma agenda recente nos programas governamentais, sendo incluídas somente após a Segunda Guerra Mundial, e de maneira geral continua recebendo pouca atenção por parte dos governos. Em 1959, foi criado o Ministério de Assuntos Culturais na França, tido como o marco inicial da institucionalização do Estado no campo da Cultura. (CALABRE 2007) Porém suas origens no Brasil e em alguns países do mundo remontam o século XIX.

Durand (2013) Apud Volkerling (1996) faz uma análise das fases do desenvolvimento da PC na segunda metade do século XX no país. Este modelo que se assemelha ao desenvolvimento das políticas no Brasil e coincide com mudanças de paradigmas importantes na história política do país<sup>39</sup>. O autor considera os anos de 1945 a 1965 como os anos iniciais. Neste período a intenção dos governos era democratizar o acesso aos gêneros da cultura de elite, ou como classifica o autor “alta cultura”. Havia a expectativa de que esses valores acessados por uma grande parte da população seriam facilmente assimilados e incorporados ao gosto popular, sendo o Estado um agente paternalista para fomentar a produção e a divulgação.

O autor comenta o período posterior de 1965 a 1985 como a fase da “profissionalização”, quando se começa a perceber a pretensão hegemônica da consolidação da cultura das elites. Neste momento ganha força a promoção do multiculturalismo, fomentado pelo Estado que passa considerar a igualdade entre todas as culturas, tendo como dever assegurar a livre manifestação de cada uma. O autor atribui que “essa mudança de perspectiva aos movimentos sociais de afirmação das minorias que perpassa os países de

---

<sup>38</sup> Utilizarei a Sigla PC para designar o termo política Cultural.

<sup>39</sup> Após a saída de Vargas, segue-se um período democrático de 1945 a 1964. De 1964 a 1985 é instaurada a ditadura militar com o tolhimento de alguns campos das manifestações culturais e o desenvolvimento de outros, sempre sob o controle do Estado. A partir de 80 tem início um movimento no sentido do restabelecimento da democracia no país, no qual deve-se destacar em 85 a criação do Ministério da Cultura, e em 88 a promulgação da Constituição Brasileira, apelidada de democrática. A década de 90 caracteriza-se por um período de privilégios concedidos as empresas privadas, como contrapartida ao apoio de projetos sem fundamentação ou compromisso real com a população. O governo Lula inaugura um novo período para a cultura do país, em que a cultura passa a ter atenção especial com o ministro Gilberto Gil.

capitalismo avançado, em especial os Estados Unidos, durante as décadas de 1960 e 1970” (Durand 2013:88). Essa mudança de foco se deve também a atuação da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), que promoveu, neste período, simpósios e publicações para disseminar o multiculturalismo.

Após 1985 o mercado passou a influenciar o campo cultural. Os receptores das PC passaram a serem vistos como consumidores. Buscava-se a associação entre a iniciativa pública e o poder privado. Há, nesse período, uma tendência privatista e um recuo do Estado em relação às Políticas Sociais.

Por fim Volkerling fala de um último período, o da “incorporação”, em que as PC se responsabilizam por valorizar o nacional e o popular. Nesta fase, ele aponta que os governos apelaram para a espetacularização dos eventos culturais.

No Brasil, a cultura, segundo o modelo europeu, é inaugurada com a vinda da família real para o Brasil em 1808, que na tentativa de criar um ambiente com o qual estavam habituados em Portugal, constroem Instituições para suprir as necessidades culturais da corte como: a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, o Museu Nacional, A escola Real de Ciências Artes e Ofícios, entre outras. Posteriormente, outras instituições culturais foram criadas na tentativa da efetivação de um Estado Nacional, foram elas: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, ambos em 1838 (FERNANDES, 2010).

Com o estabelecimento da República, no início do século XX, fortalece-se em São Paulo o movimento operário, que politizado, favorece o surgimento de uma nova intelectualidade no país, que gera como consequência a diminuição dos abismos culturais no país (FEIJÓ, 1992). O quadro abaixo sistematiza os principais acontecimentos na área da cultura a partir da Semana de Arte Moderna de 1922:

Tabela 1 - Principais acontecimentos na Área Cultural no Brasil<sup>40</sup>

Ano	Ações
1922	Semana de Arte Moderna
1930	Criação do Ministério da Educação
1937	Criação do SPHAN
1938	Primeiro Conselho Nacional de Cultura
1961	Recriação do Conselho Nacional de Cultura
1964	Entrada da UNESCO no Brasil
1966	Conselho Federal de Cultura
1968/1969/1973	Apresentação de Planos de Cultura (nenhum foi implantado)
1970	Criação do Departamento de Assuntos Culturais
1973	Plano de Ação Cultural
	Conselho Nacional de Direito Autoral
	(CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e
1974-1978	a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)
Final da década de 70	Criação da Secretaria de Assuntos Culturais (posteriormente transformada em Secretaria de Cultura)
1979	Fundação Nacional Pró-memória
1985	Ministério da Cultura
1986	Lei Sarney
1991	Lei Rouanet
1992	Recriação do Ministério da Cultura e da FUNARTE (extintos no governo Collor)
2003	Reestruturação do Minc – Ministro Gilberto Gil
2010	Plano Nacional de Cultura

Como reflexo das mudanças que vinham ocorrendo no país no início do século XX, é realizada a Semana de Arte Moderna de 22. Neste movimento destacam-se nomes como

<sup>40</sup> Dados extraídos do artigo CALABRE (2007).



Tarsila do Amaral, Mário e Oswald de Andrade entre tantos outros. Mário de Andrade foi o que mais se destacou no campo cultural. Seu objetivo visionário era aproximar a cultura popular da cultura erudita, atribuindo o mesmo valor a diferentes modelos culturais.

A passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo foi um fato marcante. Mário empreendeu ações de grande relevância, defendeu uma atuação estatal sistemática e propôs uma nova definição de Cultura, ao pensá-la como um bem essencial. A partir de sua percepção singular do patrimônio foi elaborado junto a Rodrigo Melo Franco, um projeto de lei, encomendado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, que previa a proteção artes no Brasil estabelecendo o futuro “embrião do SPHAN”<sup>41</sup>. O projeto de Mário de Andrade acabou não sendo implantado naquele período, pois suas ideias eram consideradas avançadas demais para a época.

Mas a questão da preservação histórica, já estava presente nos projetos de lei parlamentares e nos órgãos estaduais de proteção do Patrimônio Histórico. Em 1934 foi criada a Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais, ligada ao Museu Histórico Nacional (FERNANDES, 2010). Somente após o Golpe do Estado Novo, o SPHAN foi criado.

Segundo Rubin (2008) nos períodos de autoritarismo político – Estado Novo e Ditadura Militar – o Brasil conheceu um Estado sistêmico e autoritário na área da cultura, que desempenhou um papel centralizador e repressor, mas que foi ao mesmo tempo efetivo e forte no campo cultural. Esta atuação tinha como objetivo “domesticar” a cultura, eliminando seu caráter crítico. Foi inevitável o desenvolvimento de uma dinâmica cultural no país mesmo com o caráter repressivo com que ela foi instituída.

Neste sentido, merece destaque a criação e o desenvolvimento do SPHAN. Em 1937 foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas o decreto de lei nº 25 criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão instituído por Capanema, baseado no sobredito projeto de Mário de Andrade e de Rodrigo Melo Franco. A Criação do SPHAN

---

<sup>41</sup> SCHWARTZMAN (2000)

surgiu da necessidade de legitimar a identidade nacional, visando à contemplação do patrimônio histórico e artístico do país e objetivando sua valoração e manutenção<sup>42</sup>.

A Instituição se tornou responsável por criar uma série de mecanismos de reconhecimento para proteção do patrimônio e de práticas culturais, entre as quais é destaque o tombamento. Este, durante muitos anos, privilegiava os bens arquitetônicos produzidos no século XVIII, valorizando a arquitetura colonial lusa<sup>43</sup>, branca e católica, privilegiando estes bens, de característica suntuosa, remanescentes de uma sociedade elitista. O Serviço se firmou institucionalmente, porém foi traço marcante, neste primeiro momento, a exclusão de outras formas representativas do Patrimônio e da Cultura brasileira, não reconhecidas pela sua simplicidade e pela falta de valorização de outras matrizes étnicas e culturais formadoras da nação, como a indígena e a afro-brasileira.

Já no período subsequente de 1945 até 1964, as PC se resumiram, a algumas intervenções pontuais e de caráter privado. Uma ação que merece destaque, neste período, foi a criação do Ministério da Educação e Cultura, separando-se da área da saúde. A Inclusão da Cultura na pasta da educação demonstra certa preocupação com a institucionalização da área. Neste período, também foram realizados os congressos do folclore, que trazia o assunto à discussão.

No período posterior, da ditadura militar, a dualidade entre autoritarismo e desenvolvimento cultural continuou a existir. Os artistas, intelectuais e representantes da cultura popular sofreram com o exílio, torturas e morte, assim como outros indivíduos que se opuseram ao regime. Outro fator de retrocesso, no período, foi a descontinuidade de alguns projetos culturais que vinham sendo desenvolvidos.

---

<sup>42</sup> A Instituição passou por diversas nomenclaturas. Em 1946 virou um departamento denominando-se DPHAN. Em 1979 foi dividido em dois o SPHAN, responsável pela preservação patrimonial como um órgão normativo e na Fundação Nacional Pró-memória, órgão executivo. Em 1990 as duas Instituições foram extintas e foi criado o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Em 1994 o IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) foram transformados pela medida provisória nº 752 em IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas no que diz respeito as artes, esta ainda estava separada do IPHAN, incluída na FUNARTE (Fundação Nacional das Artes), sendo somente incorporada ao IPHAN em 2000 com a instituição do tombamento de bens culturais de natureza imaterial.

<sup>43</sup> Fonseca (1997).

No governo de Castelo Branco, ainda no período mais repressivo da ditadura, foram discutidas as bases para a Política Nacional de Cultura. Em 1966 foi formada uma comissão para discutir a reformulação do Conselho Nacional e criado o Conselho Federal de Cultura, órgão que visava através de planos à recuperação de Instituições Nacionais como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes e a análise dos pedidos de verba ao MEC, já que a cultura foi subordinada a esse Ministério até o ano de 1970, quando foi criado o Departamento de Assuntos Culturais. Em 1975 foi instaurada a Política Nacional de Cultura. Em 1978 foi criada a secretaria de assuntos culturais que em 1981 foi transformada em Secretaria da Cultura da Presidência da República.

Neste período, também se destacou a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura<sup>44</sup>, para a qual o país teve que se abrir mesmo estando sob uma ditadura militar. Foram realizadas diversas conferências entre os anos de 1970 e 1982 que repercutiram de forma direta na atuação de diversos órgãos como o IPHAN no Brasil. A UNESCO foi principal responsável pela elaboração das legislações que estabeleceram as regras de conservação e valorização de bens históricos e culturais e ainda hoje é atuante no desenvolvimento de políticas públicas para o desenvolvimento humano, em parceria com os estados membros e com a sociedade civil organizada.

Estas ações, apesar de representarem um grande avanço no campo cultural, pelo momento político em que foram implantados, não trouxeram as discussões e negociações, sobre sua criação e diretrizes para o seio da sociedade civil. A abertura política, no início dos anos 80, possibilita a realização dos movimentos sociais populares, e trouxe à tona a possibilidade de um modelo de participação política da sociedade e da superação do modelo de regime autoritário e centralizador, incluindo aí o campo cultural.

Após o fim da ditadura em 1985, foi criado o Ministério da Cultura pelo decreto 91.144 sendo o responsável pela gestão das formas de expressão da Cultura Nacional e pelo Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural do país. Este Ministério foi criado

---

<sup>44</sup> A UNESCO se estabeleceu no Brasil no ano de 1964, e iniciou suas atividades em 1972. Desde então o órgão tem sido bastante atuante no país, na década de 90 importantes acordos foram firmados com o Brasil sobretudo na área de educação. Hoje atua em cinco áreas temáticas que são: educação, cultura, ciências naturais, ciências sociais, comunicação e informação. <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/> acessado em 17 de março de 2013 às 13:43.

sob muitas críticas e dificuldades de ordem financeira e administrativa, tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, disputa de cargos, clientelismo, entre outros, ficando por anos à margem do governo (CALABRE 2005).

As influências da política econômica neoliberal, ocasionou uma suplantação nos recursos públicos destinados à cultura. Com vistas a isso, no governo de Sarney, tendo como ministro Celso Furtado, foi instituída a lei 7.505 de 02 de junho de 1986 de financiamento cultural. Buscava superar as dificuldades financeiras que sempre foram enfrentadas pelo campo cultural. Mas o Ministério sofreu cortes na verba que era basicamente aplicada em sua administração e de seis órgãos vinculados.

Ainda na década de 80, destaca-se a promulgação da Constituição de 1988 como marco histórico contemporâneo para o avanço da democratização da cultura, delegando responsabilidades a outras esferas do poder. Em especial, os municípios puderam se manifestar e criar suas ferramentas de proteção e valorização de bens culturais. A Constituição de 88 ficou conhecida como cidadã, por garantir, através de seu texto, o exercício da cidadania a toda população, sendo a mais liberal que o Brasil já teve, tendo como preocupação principal a garantia dos direitos civis.<sup>45</sup>. No campo cultural não foi diferente, os direitos culturais também nela foram abordados, incluindo a categoria de Patrimônio Cultural que compreende:

- I - as formas de expressão;
  - II - os modos de criar, fazer e viver;
  - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
  - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
  - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, 1988,  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)  
*acessado em 10 de outubro de 2013*)

---

<sup>45</sup> Para Marshall (1967) o desenvolvimento dos direitos na Inglaterra obedeceu à uma ordem linear: primeiro se desenvolveram os direitos civis, no século XVIII; Depois de assegurados os direitos civis associados às lutas dos trabalhadores foram desenvolvidos os direitos políticos no século XIX. A partir da organização dos trabalhadores e das reivindicações de ampliação dos direitos políticos e sociais desta classe em detrimento da burguesia europeia é que surge no século XX o que Marshall denomina como direitos sociais. É importante lembrar que este modelo não é estanque. A cidadania se desenvolveu em outros países como no Brasil sem obedecer a esta ordem.

A Constituição valorizou não só os bens “tradicionais” da Cultura brasileira, mas também todos os grupos formadores da sociedade, com vistas à preservação da memória destes grupos e dos bens produzidos por eles, fossem de natureza material ou imaterial.

Os anos subsequentes demonstraram a instabilidade do Ministério com uma grande sucessão de gestores, com a sua transformação em secretaria no governo Collor. A Lei Sarney foi revogada e entre o período de março de 1990 e dezembro de 1991 não houve investimentos na Cultura. Até que em dezembro de 1991 foi promulgada a Lei 8.313 que instituiu o Programa Nacional de Apoio a Cultura conhecida como Lei Rouanet que concedeu incentivos fiscais em troca de apoio da iniciativa privada a projetos culturais.

Em 1992, no governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura foi recriado e, junto a ele, algumas instituições como a FUNARTE. A partir deste momento uma nova configuração se estabelece, na qual o ministério tem cada vez menos poder de decisão.

No ano de 1993, foi realizada a Conferência Nacional de Cultura, e recriado o Conselho Nacional de Política Cultural que restabeleceu o diálogo entre o governo e a sociedade civil<sup>46</sup>.

Na presidência de Fernando Henrique Cardoso, que teve como Ministro Francisco Wefort, a Lei Rouanet se tornou um mecanismo de marketing para as empresas privadas gerando uma grande concentração na aplicação dos recursos. As áreas culturais de grande valor simbólico e cultural, mas que ofereciam pouco retorno de divulgação aos investidores ficavam relegadas, causando uma distribuição desigual dos recursos. Mesmo com a garantia dos direitos civis pela constituição de 88, o sistema neoliberal continuou a se perpetuar, junto

---

<sup>46</sup> De maneira mais específica, a sociedade civil é “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ (...)” (Gramsci, 2001 p. 20), formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc. Em suma, os ditos “aparelhos privados de hegemonia”<sup>74</sup> – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (Gramsci, 2004 p. 112). In: PINHEIRO, PUC-Rio.

a ele a lógica de mercado, e a impedir a democratização e o acesso aos bens e equipamentos culturais acessíveis a uma minoria da população.

Já na gestão de Lula, o seu plano de governo previa abertura para a participação da sociedade:

“A cultura está investida de um papel estratégico, nos sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana do mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental, mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social, tanto pelo fortalecimento da auto-estima do nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado.” (Lula da Silva, *apud* RUBIN, 2010)

Compondo este programa de governo, a atuação do Ministro Gilberto Gil, buscou a ampliação da cultura nas formas de gestão e valorização, principalmente do que foi negado durante grande parte da existência de PC no país. Gil reestruturou o Ministério da Cultura, que depois de criado em 1985, passou por períodos de grande instabilidade. Logo de início houve a reformulação das políticas de incentivos fiscais, criação de secretarias para a racionalização do trabalho e a definição do papel do Minc dentro do governo. Esta nova estrutura correspondia às necessidades de novos projetos e políticas que foram lançados a consulta pública e a participação da população, por meio das conferências e dos conselhos.

Até o início do governo Lula, as PC abrangiam somente a preservação — material — e as artes — eruditas. É possível perceber a mudança de paradigma que veio com a atuação do ministro Gilberto Gil. O país foi tirado da condição de submisso aos interesses do mercado, e a questão cultural passou a ser vista como um campo específico com suas necessidades e urgências. O diálogo entre Estado e sociedade, propiciado a partir das conferências, deu conteúdo para o desenvolvimento de novas políticas para a área de cultura, de maneira a abarcar todas as instâncias.

Na gestão do ministro Juca Ferreira, foi aprovado em novembro de 2010 o Plano Nacional de Cultura que configura o primeiro projeto a longo prazo no planejamento e ação da área cultural. Com a realização de conferências para discutir os rumos da cultura nacional,

o plano defende uma gestão participativa no campo, prevendo também a organização das conferências para a composição dos Planos Estadual e Municipal para a implementação de políticas para diversas áreas nestas esferas.

### **3.2 - O Conceito de Política Cultural e suas formas de avaliação**

Segundo Coelho (2012), as PC se concentram em dois modos principais, o criacionista e o patrimonialista. O primeiro beneficia a produção, a distribuição e o uso ou consumo de novos bens culturais. O segundo — no qual se enquadra o objeto de estudo desta pesquisa — destina-se a PC voltada para a preservação, fomento e difusão de tradições culturais e históricas ligadas às origens do país, como o patrimônio histórico e artístico.

Mais recentemente, o autor Huyssen (2000) fala de outro fenômeno, que prevê a criação de monumentos de legitimação e de lembrança de alguma prática passada. A preservação Patrimonial não é assunto novo no Brasil, mas cada dia mais, vem ganhando destaque devido a monumentalização da memória e a tudo o que ela representa para a sociedade. As lembranças, os objetos, os lugares, tudo deve ser rememorado. Como aponta Huyssen (2000 p. 9) “Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”.

Em uma visão moderna sobre o conceito da PC, entendemos que, como regra, ela não deve ser praticada a partir do Estado. Todos os produtores devem ser participantes na elaboração de uma política com o objetivo de que ela seja o mais abrangente possível.

Entendemos que nesta pesquisa a categoria de PC que melhor abarca o objeto e os acontecimentos que o norteiam no recorte temporal escolhido é o de uma política originada do Estado, recebida como uma dádiva. Em outros momentos, a PC pode ser contemplada pelo Estado a partir de uma demanda que vem da população, de seus anseios.

A noção de PC é um conceito aberto, ainda em construção e de significado vasto e variado. O conceito de PC admite uma série de visões, que variam conforme a área em que ele é significado. Por isso não é cristalizado e também não é possível a existência de uma só

descrição que consiga abarcar a multiplicidade de sentidos experimentados na expressão PC. Adotamos a definição de Teixeira Coelho que entende o conceito como:

(...) um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 2013).

De acordo com Coelho, esta versão do conceito de PC nos remete a um conjunto de intervenções, feitas por uma autoridade maior, o Estado, a órgãos da sociedade civil e grupos organizados, a fim de orientar o provimento das necessidades culturais de uma população. Uma das grandes discussões neste campo, refere-se à questão das necessidades culturais. Estas são oriundas do indivíduo e dos grupos aos quais ele pertence. Mas o ponto de crítica é: quem determina quais são as necessidades culturais contempladas pelas PC e pelo Estado?

Estas políticas como intervenções podem ser feitas de duas formas (Coelho 2013):

- 1- Normas jurídicas: implementadas pelo Estado relacionados aos demais agentes que coordenam as relações entre os sujeitos e objetos culturais.
- 2- Intervenções diretas de ação cultural – estas estão relacionadas ao processo cultural, como criação de espaços de cultura, apoio a manifestações culturais entre outros.

O conceito de PC aparece, por muitas vezes, com um conteúdo altamente ideologizado. A Cultura é uma forma de exclusão, mas também é um forte “cimento social” (Coelho, 2012). Assim, entendida com um campo da Política Social, ela é uma das formas de legitimação do Estado contemporâneo, como “entidade que de todos cuida e a todos representa”.

A escolha das áreas atendidas pela PC, seja ela em nível municipal, estadual ou federal, até pouco tempo, em geral, eram feitas sem a participação democrática dos grupos aos quais isso mais interessava. Esta situação poderia ser atribuída à ausência da participação da própria população, ou ao menos de parte dela nas decisões que vêm influenciar diretamente



suas vidas. Como afirma Barbalho (2008) “os programas de intervenções e os conjuntos de iniciativas não se dão de forma consensual, mas resultam de uma relação de forças culturais e políticas.”<sup>47</sup>

Coelho (2013) afirma existirem dois modos de conceber as políticas culturais: o primeiro deles é a partir da difusão cultural, forma pela qual existe um núcleo cultural positivo, que deve ser compartilhado por um grande número de receptores ou apreciadores. Este núcleo deve ser de interesse público ou do interesse do maior número de pessoas possível. Outro modo seria na forma de respostas às demandas sociais. Neste caso, o produtor das políticas culturais não toma a iniciativa dos projetos, mas deve atender a demanda que lhe é levada através de reivindicações de grupos que lhe são apresentadas.

As políticas são desenhadas através da observação das dinâmicas sociais, e quando não passam por processo de avaliação de efeitos na fase de elaboração, correm o sério risco de serem hipotéticas baseadas em observações superficiais dos grupos foco, e, portanto ineficazes ou imediatistas<sup>48</sup>.

O autor traz ainda alguns paradigmas que mostram como ocorre a legitimação de uma PC. A primeira delas diz respeito a uma lógica do bem-estar social, que defende que sem uma PC eficiente, a dinâmica social se torna deficiente, necessitando de correção. A segunda defende que a PC busca um sentido, que é orientador da dinâmica social – em muitos casos pode assumir a forma da procura de uma identidade, seja ela sexual, religiosa, étnica ou outra qualquer. O terceiro ponto apresenta a necessidade de um enquadramento ideológico, indispensável para a configuração de projetos macros. O último ponto diz respeito a necessidade de comunicação entre o Estado ou a Instituição formuladora da PC e os cidadãos a quem elas são direcionadas. Uma política cultural elaborada sem ser levada a discussão junto a população e sem ouvi-la está fadada a ineficiência.

---

<sup>47</sup> Barbalho (2008) faz uma observação ao conceito desenvolvido por COELHO (2013). Argumenta que a política Cultural não deve ser tratada como uma ciência, mas sim abordada a partir das ciências já existentes (Sociologia, História entre outras). Outra crítica do autor é o uso da expressão “organização das estruturas sociais” que segundo ele remete a idéia de gestão cultural (organização e gerenciamento dos meios de se promover a cultura), enquanto o objetivo de uma política são “os princípios, os meios e os fins norteadores da ação”.

<sup>48</sup> Durand (2013) estabelece algumas diretrizes que devem ser observadas para avaliação das Políticas Culturais. São elas: a inclusão em agenda, os passos para a formulação, a decisão, a implementação e a avaliação de resultados.

Dos Reis (2011) afirma que para serem funcionais, as PC, através de ações promovidas pelo Estado ou outra Instituição, devem contemplar diferentes momentos da produção cultural como análise, crítica, circulação, pesquisa, reflexão, intercâmbios, legislação, gestão, preservação entre outros. Além disso, deve-se levar em consideração que existem quatro pontos importantes que devem ser considerados quando se formula uma Política Cultural: “I) multiplicidade de atores e agentes envolvidos; II) caráter administrativo-burocrático; III) necessidades culturais; IV) intervenção cultural” temas presentes na agenda das discussões culturais atuais que ordenam nossa perspectiva.

### **3.3 - Política Cultural e Cidadania**

O recorte temporal desta pesquisa abrange momentos de intensa mudança política no Brasil. O início dos anos 80, ainda período da ditadura militar no Brasil, foi marcada pela abertura política e pelo processo de redemocratização. Ainda nos anos 80 ocorre um divisor de águas no campo cultural que é a constituição de 1988. Nela a cultura é abordada nos artigos 215 e 216 e passa a ser um direito fundamental além de ser objeto de ação pública, entendendo-se também como parte do direito social que necessita de receita própria e políticas públicas para a sua realização.

Nos seus artigos dedicados à cultura, a constituição de 1988 trata dos direitos culturais e do estabelecimento de políticas em dois campos: o de produção cultural e o de patrimônio. Sobre a constituição e os direitos culturais Barbosa (ET all p. 239) trata que:

“Essa é a primeira vez que um texto constitucional afirma os direitos culturais. Os direitos culturais ligam-se ao direito de produzir, fruir, transmitir bens e produções culturais e reconhecer formas de vida, enfim, à democracia cultural, sendo dever do Estado a tutela do direito, ou seja, garantir sua realização por meio de ações e políticas.”

A Cultura aparece desde a constituição de 1824, mas sempre atrelada institucionalmente à educação. A constituição de 1934 expressa a preocupação com a participação de representantes das diversas atividades culturais no processo de formação das decisões políticas. Até a constituição de 1988 a cultura possuía um mesmo padrão sendo inserida na seção “Cultura, Educação e Família”. Os mecanismos institucionais referentes às

políticas culturais são inaugurados na constituição de 1988, sendo como qualquer outra área de política pública, inclusive enfrentando os mesmos problemas, mas necessitando de tratamento político e conceitual diferente dos outros campos, visto a amplitude do seu conceito e a multiplicidade de significados.

O artigo 215 trata da garantia do exercício dos direitos culturais, enquanto o artigo 216 fala especificadamente do Patrimônio Cultural Brasileiro ampliando o seu escopo considerando os bens de natureza material e imaterial. Tanto um quanto o outro definem a ação direta do poder público a fim de oferecer as condições para o exercício dos direitos culturais.

Outro ponto importante é que os princípios da participação estão sendo formados na década de 80, criando-se mecanismos de gestão compartilhada, descentralizada e participativa em todo o território nacional. Verifica-se assim a criação de conselhos em várias áreas, inclusive na área cultural.

É possível verificar também no texto constitucional outras dimensões da cultura, como o campo da produção e os modos de regulação. Desta forma, outros campos se associam a dimensão estética como a razão, a educação, comunicações, memória e política social. Assim a cultura se insere no campo dos princípios fundamentais e também como parte dos direitos econômicos e sociais. Além disso, era a primeira vez que a cultura se apresentava como um campo institucionalizado, necessitando de recursos materiais para se manter

Desta forma, no decorrer desta pesquisa e diante dos dados coletados a partir dos jornais será melhor compreendido como a Constituição de 1988 influenciou no delineamento do campo cultural local , e, em especial, em relação ao objeto de estudo em questão, o Solar do Colégio.

#### 4 - CAMPOS DOS GOYTACAZES E AS POLÍTICAS CULTURAIS

O recorte temporal desta pesquisa – de 1980 a 2001 – foi escolhido a partir das tentativas de implementação de Políticas Culturais no Solar do Colégio que é objeto deste estudo. Os anos de 1977/1980, 1990 e 2001 são marcos dentro deste recorte. Este período coincide com o desenvolvimento e a mudança de paradigmas no campo da cultura em todo o país. Neste mesmo período o Brasil saiu de um período ditatorial e viu nascer e se desenvolver uma nova constituição.

A tabela utilizada abaixo, foi elaborada por Moretto (2010), que buscou através de pesquisa documental feita no Arquivo da Câmara Municipal de Campos relacionar todos os projetos de lei feitos no período de 1985 a 2009. Nela é possível conhecer a trajetória oficial da cultura na cidade<sup>49</sup>

Lei nº	Data	Refere-se a :	Prefeito
4380	25/04/1985	Reestrutura-se o Conselho Municipal de Cultura	José Carlos Vieira Barbosa
	28/03/1990	Lei Orgânica	Câmara Municipal
5251	27/12/1991	Plano Diretor	Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira
5797	21/12/1994	Reestruturação do Conselho Municipal de Cultura	Sérgio Mendes Cordeiro
6287	27/11/1996	Incentivo Fiscal	Sérgio Mendes Cordeiro
6069	13/12/1996	Institui Incentivo Fiscal para a realização de projetos culturais no município.	Sivaldo Abílio Oliveira Prefeito Sérgio Mendes
6634	21/09/1998	Proíbe a extinção de qualquer espaço cultural público e privado sem a criação na mesma área de espaço equivalente.	Arnaldo França Vianna

<sup>49</sup> Moretto (2010) destaca a dificuldade encontrada para desenvolver a pesquisa no Arquivo da Câmara Municipal, em que ela só tinha acesso a documentação através de solicitação prévia e por meio de palavras-chave, desta forma, as informações acessadas podem estar incompletas ou com a falta de algum dado não reconhecido pelos funcionários que forneceram a documentação.

<sup>50</sup> Tabela extraída da dissertação “A ‘Maceguenta’ Memória Social na Política Cultural da ‘Azamboada’ Campos dos Goytacazes” de Maria Azevedo Moretto, defendida no ano de 2010 no programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS/ UNIRIO/MAST.

670	10/07/1999	Reconhece a capoeira como manifestação cultural e desportiva.	Nelson Nahim Matheus de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal.
6882	01/12/1999	Estabelece o uso de royalties para a cultura e o esporte.	Arnaldo França Vianna.
7082	02/07/2001	Cria Programa “praça viva” Bandas na praça.	Arnaldo França Vianna.
7153	21/11/2001	Cria espaços para atividades sociais, desportivas e culturais em comunidades.	Arnaldo França Vianna.
7154	23/11/2001	Cria “Espaço Cultural”	Arnaldo França Vianna.
7158	13/12/2001	Autoriza o poder executivo a reservar espaços em praças para eventos culturais e religiosos.	Arnaldo França Vianna.
7250	10/06/2002	Cria a Casa de Cultura Farol de São Tomé	Arnaldo França Vianna.
7272	15/08/2002	Cria a biblioteca virtual da rede municipal por intermédio da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL).	Arnaldo França Vianna.
7481	15/12/2003	Dá nova redação ao Artigo 6º do regulamento do “Prêmio de Cultura Múcio da Paixão”, Lei nº 5285, de 14 de julho de 1992.	Arnaldo França Vianna.
7527	19/12/2003	Dispõe sobre a preservação, conservação e revitalização do patrimônio cultural e natural do Município de Campos dos Goytacazes, cria o Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal – COPPAM e institui o Fundo de Proteção ao Patrimônio Municipal.	Arnaldo França Vianna.
7642º	05/07/2004	Inclui na grade curricular municipal disciplinas “pertinentes ao aprimoramento da cultura e da cidadania dos alunos da rede municipal, pública ou privada, e dá outras providências.	Arnaldo França Vianna.
7791	15/12/2005	Dispõe sobre as placas em prédios e logradouros indicativas de fatos históricos relevantes para a história do Município e dá outras providências.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7907	14/05/2007	Estabelece o acesso preferencial a idosos em eventos artísticos,	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.

culturais, esportivos e de lazer.			
7919	09/07/2007	Cria o Conselho Municipal de Cultura.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7935	05/09/2007	Dá nova redação aos artigos 2º e 12º do regulamento do prêmio “Múcio da Paixão”, Lei nº 5285, 14 de julho de 1992.	Alexandre Marcos Mocaiber Cardoso.
7972	31/03/2008	Institui o Plano Diretor do Município de Campos	Marcos Vieira Bacellar – Presidente da Câmara Municipal.
8109	08/10/2009	Dá nova redação ao preâmbulo e artigos 1º; 3º, XIV; 6º caput e §1º, da Lei 7.919, de 09 de julho de 2007.	Rosinha Garotinho

Os projetos de Lei acima mencionados, criados pela Câmara e pelo poder executivo municipal, estão em consonância com o que estava acontecendo no campo das políticas culturais em nível federal. É importante sinalizar a pequena quantidade de projetos aprovados no período de 1985 a 1999, que foram pontuais e abrangiam essencialmente o campo da gestão cultural<sup>51</sup>.

Nos projetos acima relacionados, verifica-se a descontinuidade provocada pela alternância dos governos municipais, e pelas coligações políticas e rompimentos que se sucedem na política campista. A consequência disso é a perda de projetos que poderiam beneficiar a população e a descontinuidade dos projetos de longo prazo ou que deveriam ser permanentes configurando a ausência de uma política de Estado.

Está ausente na tabela a Lei nº 7.060 de 18 de maio de 2001 de autoria do vereador Edson Batista, que determinava a criação do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Esta ausência pode ser atribuída ao problema com o acesso aos documentos no Arquivo da Câmara — descrito pela autora na dissertação e aqui em nota —, ou ao

---

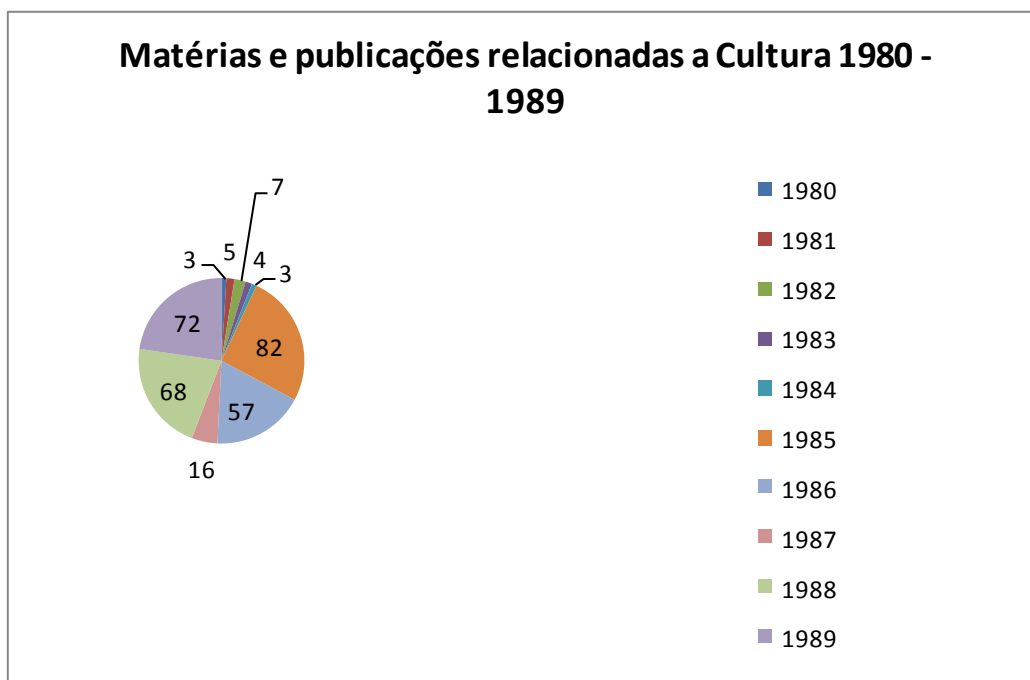
<sup>51</sup> A gestão cultural pode ser entendida como um conjunto de atividades relacionadas ao sistema de produção cultural (1), realizadas com base em uma determinada política cultural, por organizações públicas, privadas ou mistas, grupos culturais ou comunitários, abrangendo a administração de recursos (humanos, físicos, materiais e orçamentários), o acesso a diversas fontes de financiamento, o estabelecimento de redes e parcerias, a formação artística e cultural, aspectos legais, exercícios de participação, processos de comunicação e cooperação, entre outras. In: <http://novo.itaucultural.org.br/obs glossario/gestao-cultural/> *acesado em 19 de julho de 2014.*

reconhecimento da criação de um Arquivo como uma demanda burocrática e não como uma instituição cultural<sup>52</sup>.

#### 4.2 – Organização das matérias sobre Política Cultural

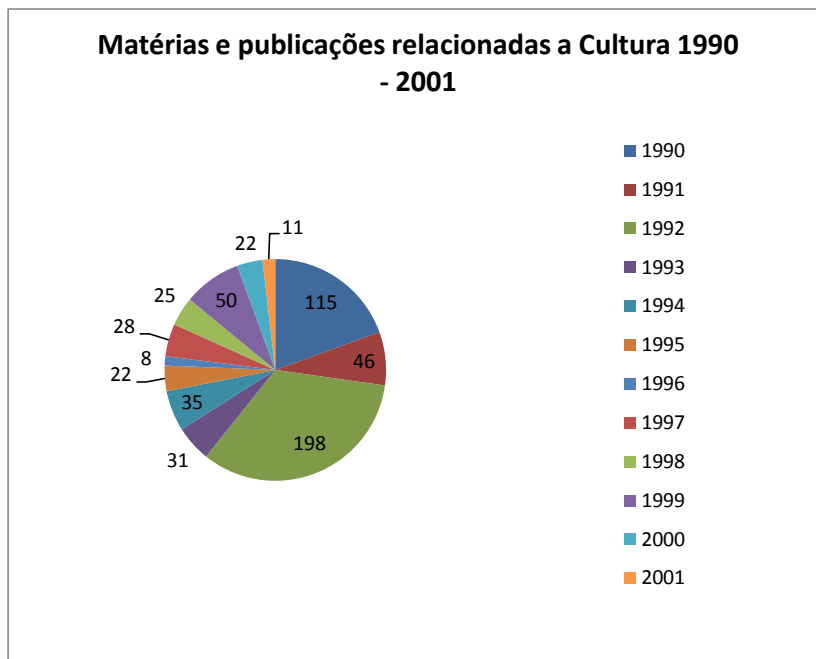
Para realizar a análise a respeito do objeto desta pesquisa, foi preciso inseri-lo em um contexto maior. A análise do contexto se fez necessário diante do fato de que o próprio Solar e sua história estão inseridos no cenário da história, da política e da conjuntura local, podendo ser influenciado por suas mudanças.

Desta forma, foram levantadas todas as matérias referentes à cultura do ano de 1980 até o ano de 2001. Foram 6.790 jornais lidos dia a dia incluindo o Diário Oficial. Deste escopo foram coletadas 931 matérias e publicações que se enquadravam no tema cultura, divididas da seguinte forma:



---

<sup>52</sup> Em alguns estados e no governo federal os Arquivos são vistos como instituições burocráticas de guarda dos documentos não só históricos, como também recentes, exercendo a guarda de documentos inutilizados ou subutilizados e a emissão de certidões comprobatórias. O Arquivo do Estado, por exemplo, está vinculado a pasta da Casa Civil e o Arquivo Nacional está vinculado ao Ministério da Justiça. Em Campos o Arquivo hoje está subordinado à Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL) entidade responsável e promotora da cultura na cidade.



Além disso, a fim de organizar os dados e fazer uma análise dos mesmos, foi feita uma tabela que continha as seguintes informações discriminadas de cada matéria: data, se a matéria estava na capa ou no corpo do jornal, autor, tema, categoria de cultura que se enquadrava, resumo da matéria, se havia verba contida na matéria, se tratava de instituição independente ou governamental e de qual esfera e se tinha imagem e qual era a imagem.

A data e o local dentro do jornal em que a matéria estava colocada indicam o grau de destaque a que foi dado determinado assunto. A grande maioria dos assuntos relacionados à cultura estava contida no corpo, mas não na capa em local de destaque. Até o início da década de 90, o jornal possuía poucas imagens. Somente em 1994 com a informatização da redação do Monitor mais imagens foram incluídas ainda em preto e branco e, mais tarde, coloridas. A discriminação do tema, objetivou a fácil identificação das matérias no interior da tabela.

A capa ou corpo do jornal correspondia a que local do jornal a matéria estava sendo escrita. Isso mostra a importância que o jornal dava aos assuntos culturais e que tipo de manifestação cultural era privilegiada nas matérias.



O campo data e número serviram para localizar o documento em meio aos arquivos e imagens. Organizei as fotografias por ano e mês e na planilha organizei pelo ano.

O autor poucas vezes assinava a matéria. Por se tratar de uma área de conflito, nem sempre os autores faziam questão de se identificar. Também destaquei o tema da matéria. Neste caso o tema compreende o assunto em específico.

A categorização em área cultural foi imprescindível para observar quais as áreas da cultura tinham mais destaque na mídia impressa; considerei as seguintes categorias: Letras e Literatura que compreendem assuntos relativos a bibliotecas, instituições como Academia Campista de Letras, Academia Pedralva de Letras e Artes, Instituto Campista de Literatura, Academia Brasileira de Letras entre outros eventos relacionados à literatura.

Música foi o termo escolhido para concentrar as matérias relativas ao Conservatório de Música de Campos, bandas de música tradicionais como as Liras e Conspirações. Outro campo bastante citado e muito ativo na cidade é o de teatro, incluindo grupos, instituições como Associação Regional de Teatro Amador, e grupos ligados ao Serviço Social do Comércio - SESC e ao Serviço Social da Indústria - SESI.

Na categoria História estão incluídas as matérias que tratam de rememorar através dos textos fatos e personalidades importantes para a história do município. Na década de 90 o jornal possuía uma coluna aos domingos dedicada ao patrimônio, história e a fatos campistas assinada pelo escritor e memorialista Osório Peixoto.

O campo Política Cultural inclui principalmente as publicações referentes a projetos de lei da Câmara Municipal de Campos e às leis que foram sancionadas pelo prefeito. Além da estruturação dos Conselhos de Cultura — trato a estruturação dos conselhos de cultura no plural devido à descontinuidade das várias tentativas de implantação e funcionamento dos conselhos. O primeiro foi empossado em 1971. Outro Conselho foi instituído em 1980 e posteriormente em 1985 e este já era paritário. Somente após a Constituição Federal de 1988 o Conselho de Cultura passou a funcionar. Outro dado importante foi a centralização da Cultura na Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, já no final dos anos 80. A estrutura cultural daquela época é semelhante a de hoje. Depois do município ter uma secretaria de

Cultura, no ano de 2013 através de um reforma administrativa, ela foi extinta e todas as atividades passaram a se concentrar na Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima.

O campo Artes Plásticas e Visuais foi para categorizar as matérias referentes a exposições que aconteciam em diversos pontos da cidade, com destaque para as exposições na Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima em seu foyer. Vários artistas locais e nacionais colocaram, neste espaço, as suas obras de arte expostas.

Também foram categorizadas as matérias referentes à área da dança, incluindo balé, danças afro-brasileiras e outras manifestações. O campo Cultura Popular e Folclore englobou as matérias referentes às manifestações folclóricas das mais variadas como cultura cigana, mana-chica, jongo entre outros e, principalmente, as matérias referentes ao carnaval.

Outro campo que teve grande divulgação e ganhou importância na década de 90 foi o de Patrimônio. Um grande número de matérias relativas a monumentos e prédios históricos foram veiculadas entre os anos de 1990 e 2001. Importante destacar que neste período não se falava no jornal em patrimônio cultural, o único tipo de patrimônio noticiado era o edificado. Muitas matérias foram feitas para noticiar a precariedade da conservação e utilização que a maioria dos prédios tombados ou não, encontravam-se neste período.

Um campo citado, mas em pouquíssimas matérias, foi o campo de Cinema, que se resumiu, basicamente, em mostras na Casa de Cultura Villa Maria e nas várias notícias acerca da restauração do Solar do Colégio para abrigar a Escola Brasileira de Cinema. Campos contou, neste período, com pouquíssimas salas de cinema, chegando em determinado período a não ter nenhuma. Na década de 90, foram inauguradas duas salas de cinema em um shopping.

No ano de 1888, instituí a categoria Constituição. A escolha por esta categoria justifica-se por ser o ano do lançamento da Constituição.

#### **4.2 – Uma breve análise das Políticas Culturais em Campos**

Durand (2013) estabelece diretrizes considerando que, são importantes e de serem observadas para avaliação das Políticas Culturais. São elas: a inclusão em agenda, os passos

para a formulação, a decisão, a implementação e a avaliação de resultados. Como foi mostrado na secção anterior, temos um grande escopo de pesquisa e analisá-las sobre todos estes aspectos tornaria a pesquisa inviável. Para fazer a análise então, elegemos apenas um dos critérios o da inclusão em agenda. A escolha se deu principalmente pela fonte de 90% dos dados desta pesquisa serem os jornais.

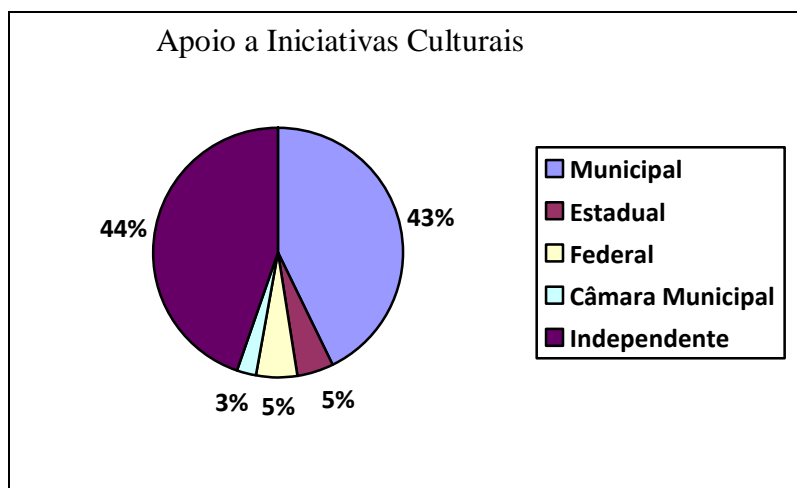
Para melhor entender e analisar a ocorrência das matérias de jornal e a sua causa de inclusão em agenda, utilizei a hipótese do agendamento de Mauro Wolf (2001). O autor prefere usar a palavra “hipótese” à “teoria” por defender que o agendamento não é uma teoria fechada, ainda está sujeita a novas análises e alterações e, por isso, a trata como hipótese.

Wolf comenta que na tentativa de fazer determinado assunto se tornar agenda no meio de comunicação, faz-se um grande número de reportagens com o mesmo tema em um curto espaço de tempo. Essa prática faz com que apesar do tema não ser, a princípio, popular, ele acaba sendo absorvido pelos leitores e influencia diretamente nas conversas e debates de determinado grupo.

Nos primeiros gráficos, acima apresentados, é possível verificar a ocorrência de matérias relacionadas à cultura e à sua variação com passar dos anos. Nos primeiros anos da década de 80 é possível verificar uma ocorrência pequena de matérias relacionadas à área de cultura. No ano de 1985, há um aumento significativo que permanece nos anos seguintes até 1989. Não coincidentemente em 1985 foi criado o Ministério da Cultura, como um ministério específico e dissociado da educação. Este fato pode ter contribuído para uma maior movimentação cultural, mesmo que no interior. O ano de 1988 é um momento singular em que, foi promulgada a Constituição Federal que passava a tratar a cultura como um direito que deveria ser estendido a toda população, além de defender uma forma participativa e democrática da gestão, o que também dizia respeito à Cultura.

Para que a análise dos dados sejam significativas e para que os resultados sejam válidos e mostrem a realidade do campo cultural, utilizei como amostra os dados de cinco em cinco anos, para compreender e comparar as variações das categorias que foram capazes de nos fazer entender a dinâmica cultural. Escolhi os anos de 1980, 1985, 1988, 1995, 2000 e 2001 como amostra.

Dentro destes anos a primeira análise se refere ao apoio as iniciativas culturais, que poderiam ser governamentais (municipais, câmara municipal, estaduais ou federais) ou não governamentais (independentes e com apoio da iniciativa privada). A fim de melhor entender qualitativamente como era esse apoio, expressei estes dados no gráfico abaixo com a participação de cada esfera de poder citadas nas matérias:

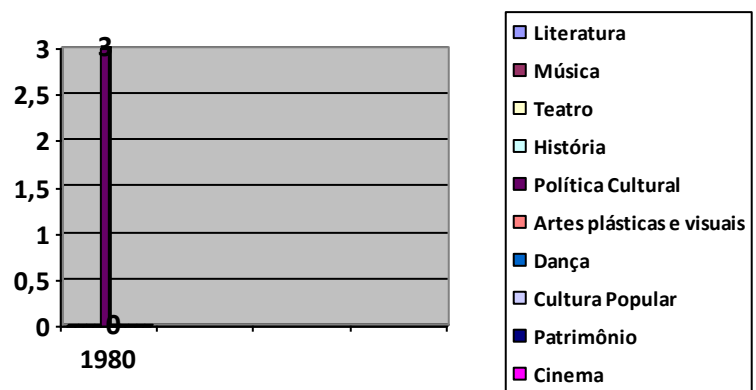


De todas as fontes de apoio às iniciativas culturais realizadas nos anos considerados nesta pesquisa, os dados do gráfico apontam uma maioria de ações independentes seguidas pelas iniciativas com apoio municipal. Das instituições independentes que mais aparecem estão a Academia Campista de Letras, a Academia Pedralva de Letras e Artes e o Instituto Campista de Literatura.

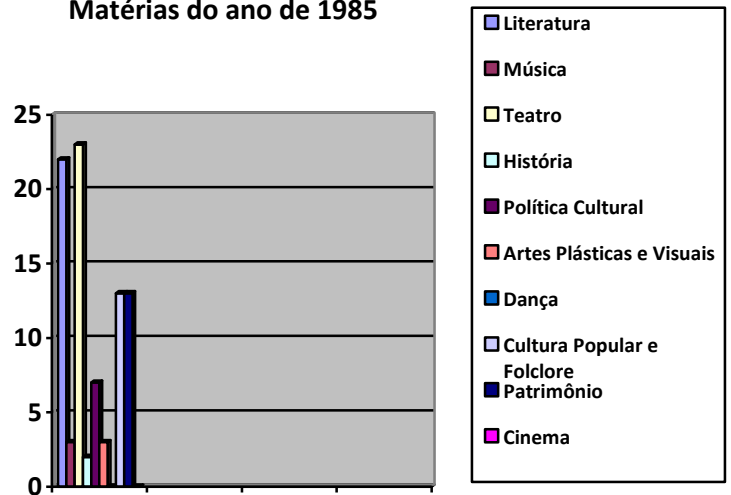
Na esfera municipal, a instituição que mais se destaca é a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, que a partir do final da década de 80 foi o órgão que centralizou a Cultura do município, sendo a realizadora da maioria dos eventos e projetos culturais e de entretenimento.

Outro esforço que julgamos importante fazer foi o de expressar quais áreas da cultura eram mais comentadas e privilegiadas nas matérias de jornal da cidade de Campos. A expressão destes dados mostra quais as categorias dentro da cultura caíam na preferência popular orientada pelas matérias do Monitor e como essa escala de importância variava ao longo do tempo.

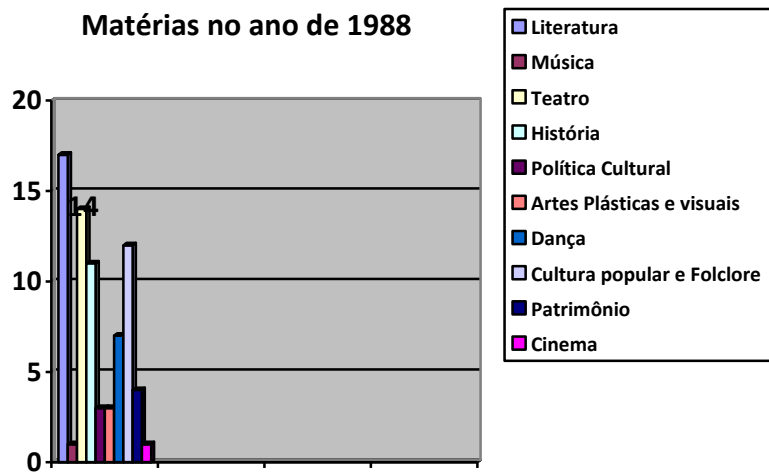
Matérias do ano de 1980



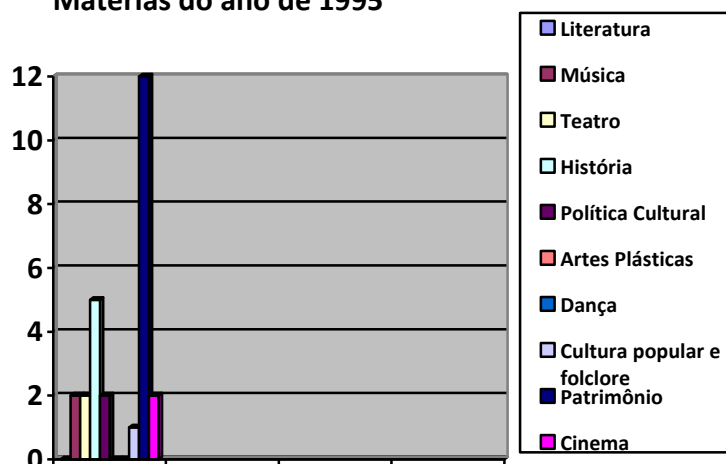
Matérias do ano de 1985



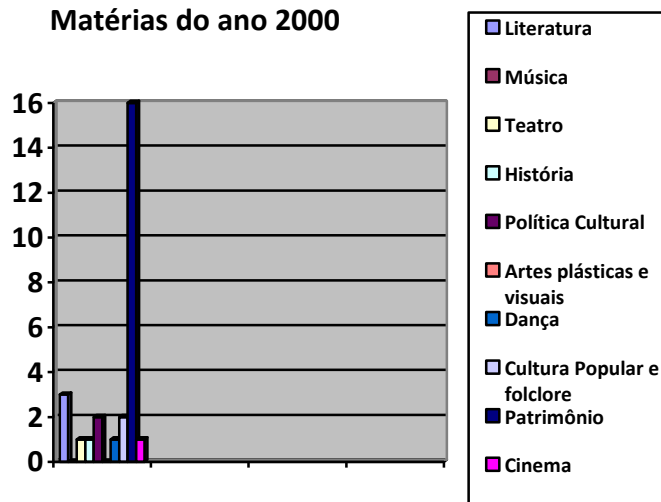
Matérias no ano de 1988



**Matérias do ano de 1995**



**Matérias do ano 2000**



Os dados da quantidade de matérias de jornal em cada ano utilizado como amostra nos dá informações relevantes. No ano de 1980 há somente 3 matérias relacionadas à cultura. Duas dizem respeito a convênios celebrados com a Funarte e com a Secretaria do Estado de Educação e Cultura para realização dos festejos do Santíssimo Salvador, considerado um grande evento cultural na cidade. A outra publicação foi feita no Diário Oficial do Município que nomeava novos membros para o Conselho de Cultura. A pequena ocorrência de matérias na área da cultura pode ser atribuída ao período político vivido no país, ainda sob a ditadura

militar. Um fato que chama atenção é a existência que um Conselho de Cultura<sup>53</sup> neste mesmo período ditatorial, existente desde o ano de 1977. Não obstante não encontramos nenhuma publicação relativa a atos ou reuniões de tomada de decisão deste conselho o que esclarece a existência de um conselho sem atuação.

No ano de 1985, o aumento das matérias de jornal de maneira geral pode ser atribuída ao período de abertura política do Brasil com o fim da ditadura e, principalmente, com a criação de um Ministério da Cultura, pela primeira vez dissociada da educação e com status de uma pasta específica, ainda que o seu funcionamento neste período seja precário.

Às categorias privilegiadas nestes anos, pelo jornal, são Literatura, Teatro, Cultura Popular, e Folclore e Patrimônio. Na área da literatura, os assuntos mais noticiados foram lançamentos de livros e a Construção da Biblioteca Brasileira, em Campos, no Solar da Baronesa, pela Academia Brasileira de Letras. As matérias dão conta de noticiar as visitas do presidente da ABL, Austragésilo de Atháide, a Campos para acompanhar as obras e promover reuniões acerca do projeto. Além destas, foram noticiados os eventos e concursos produzidos pelo ICL e pela ACL e APLA.

Também foi noticiado a montagem e apresentação de espetáculos teatrais no Teatro de Bolso, além da reivindicação feita por grupos de jovens atores para a construção de um novo teatro em Campos, visto a demolição do antigo Trianon. As reivindicações tão noticiadas pelo Monitor e objeto de diversos artigos no mesmo jornal deram resultado. Depois de articulações políticas entre o prefeito de Campos e a empresa responsável pela demolição do antigo teatro — O Banco Bradesco — foi assumido o compromisso da construção de um novo Trianon. Neste mesmo ano de 1985 também foi destaque no Monitor as escavações arqueológicas do Sítio do Caju de onde foram retirados diversos enterramentos indígenas. As escavações foram feitas pelo Instituto Brasileiro de Arqueologia.

O ano de 1988 foi escolhido, em vez do ano de 1990, por ser, 1988, o ano da promulgação de uma nova Constituição no Brasil. Como já foi mencionado em capítulos

---

<sup>53</sup> Os conselhos são Instituições características dos governos democráticos, geralmente implantados após a promulgação da Constituição de 1988 e composto de forma paritária, por membros do governo e membros da sociedade civil.

anteriores, foi a primeira vez que a cultura foi expressa em uma Constituição no país sendo objeto de dois artigos específicos o 215 e 216 no Título “Da Ordem Social”, Capítulo III “Da Educação, da Cultura e do Desporto” e seção II “Da Cultura”. O objetivo era ver de que maneira a Constituição poderia ter influenciado na ocorrência dos eventos culturais e na sua veiculação.

Neste ano há uma continuidade das ocorrências de matéria sobre a Literatura, sobre o Teatro, e sobre Cultura Popular e Folclore. No campo Literatura, prosseguem as atividades da ACL, do ICL e da APLA. No teatro, foi destaque a montagem de espetáculos no SESI e no SESC, as duas montagens tinham como tema a cultura afro, o primeiro tinha como título “Serjão, Essa Negritude” homenagem de Múcio da Paixão ao campista Sergio Alvarenga e o segundo, que foi apresentado em diversas partes do país, se chamou “Ylê Sain, a Oxalá” um balé negro montado para homenagear o centenário da abolição. No campo da Cultura Popular assim como no ano de 1985, o grande destaque foi o carnaval e as discordâncias entre o município e os carnavalescos quanto ao repasse de verbas para os desfiles.

No ano de 1995 há uma brusca redução das matérias relacionadas à cultura que totalizam 27 matérias durante todo o ano. Destas, 12 são relacionadas ao Patrimônio. Este fato se deve principalmente a uma coluna veiculada aos domingos durante toda a década de 90 sobre a história e o patrimônio, mas neste ano em específico as matérias denunciam o estado de conservação do patrimônio histórico edificado da cidade de Campos. Algumas destas matérias falam de projetos para o Museu Histórico do Centro e do Museu Barbosa Guerra. Além disso, neste período, são veiculadas matérias sobre a Escola Brasileira de Cinema, que abarcam além do campo “Cinema” a área de Patrimônio já que o local escolhido para abrigá-la foi o Solar do Colégio, que necessitava de restauração.

No ano dois mil, ainda verificamos um número reduzido de matérias de cultura com as mesmas 27, mas com 16 matérias sobre patrimônio, que falavam sobre a reforma da praça do Liceu, do estado de conservação e da falta de projetos para o Solar da Baronesa, da restauração do Museu Histórico de Campos e sobre o abandono do projeto da Escola Brasileira de Cinema e a instalação do Arquivo no Solar do Colégio. Uma das matérias dá conta da oposição de alguns letrados quanto à instalação do Arquivo no Solar alegando que o local não possuía as condições técnicas para tanto.



Um ponto importante resultante da análise destes dados é a respeito dos investimentos na área de cultura. Foi possível observar que quando os assuntos noticiados referiam-se ao repasse de verbas para algum tipo de projeto ou iniciativa cultural, os assuntos tratados viravam agenda recorrente nos jornais. Vamos usar, como exemplo, as matérias sobre o carnaval que quase sempre tratavam da discordância nos valores repassados pela prefeitura aos blocos de samba. Os blocos sempre alegavam que a verba era insuficiente para prepararem e estruturarem os blocos para o carnaval. No ano de 1985, foram 7 matérias relacionadas ao carnaval entre os meses de janeiro e fevereiro. Os blocos ameaçavam não desfilar se a prefeitura não negociasse o valor dos repasses de verbas. Em uma destas matérias, os blocos de samba pediram formalmente ajuda à iniciativa privada, através da Petrobrás, para realizar o carnaval de Campos. Tempos depois da Petrobrás se posicionar a favor do carnaval, a prefeitura aceitou negociar com os blocos, fazendo com que os desfiles acontecessem normalmente. No ano de 1988, foram 8 as matérias que tratavam do carnaval e da insatisfação quanto aos valores, problema solucionado mais tarde fazendo também com que naquele ano os desfiles acontecessem normalmente.

Nestes dois exemplos a pressão exercida pela iniciativa privada e pela veiculação das matérias e a sua conseqüente discussão por ser assunto de agenda e tiveram efeito para que a prefeitura aceitasse negociar e resolver os impasses.

Nestes gráficos e em referência às matérias de cada ano, pode-se perceber que as ações relacionadas à Política Cultural eram somente publicadas em Diário Oficial, mas quase nunca trazidas para outras partes do jornal em forma de matéria ou artigo fazendo com que a população a desconhecesse e, por conseguinte, não discutisse este tipo de assunto.

Esse comportamento está em consonância com o governo municipal, que não desejava abrir os assuntos relacionados à cultura para as discussões da população. Não havia interesse de informar aos cidadãos do município sobre as decisões tomadas e, principalmente, não havia interesse de trazer a população para o seio das discussões sobre Cultura. Este comportamento pode ser atribuído à finalidade de se evitar a reivindicação de direitos à formação de uma oposição política ao grupo que se encontrava no poder, ou melhor, que se alternava no poder em determinados momentos.

Procuramos mostrar, através destes exemplos, a importância da hipótese do agendamento na avaliação das políticas culturais, e, principalmente, no momento de sua constituição, fazendo com que os assuntos em voga durante o recorte temporal da pesquisa fossem conhecidos e discutidos ou esquecidos e desconhecidos pela população campista, mostrando que o Jornal local apesar de demonstrar um interesse pela cultura do município na verdade servia ao interesse do governante local.

Observando os dados mostrados neste capítulo podemos perceber que as prioridades de assuntos variaram da década de 80 a década de 90. Na primeira os assuntos que mais estiveram em agenda foram os relacionados a literatura e ao teatro, consequência da atuação das instituições dedicadas as letras e das associações de teatro da região. Na década de 90 o foco das matérias de jornal se modifica e passa a ser a área do patrimônio. O teor das matérias diz respeito ao péssimo estado de conservação em que os prédios históricos se encontram, o que sugere uma atuação da prefeitura neste sentido e mais que isso, são publicadas matérias em série e que cobram uma atitude do governo municipal.

O enfraquecimento e desaparecimento de algumas entidades independentes como as Academias de Letras e Artes e o Instituto Campista de Literatura fazem com que os assuntos relativos a elas diminuam substancialmente, provocando as mudanças na agenda dos jornais.

Outro importante dado a ser observado é veiculação das matérias relacionadas a Política Cultural nos anos de 1985 – Instalação do Ministério da Cultura – e 1988 – promulgação da constituição brasileira apelidada de cidadã – e sua posterior diminuição nos anos seguintes. Se nos anos acima houve maior quantidade de matérias relacionadas aos importantes avanços e ações federais no período, a sua posterior diminuição passa pela crise no campo cultural vivida na década de 90.

Os dados apresentados neste capítulo revelam um pouco do panorama cultural local propiciado pelas matérias de jornais. As quantidades de matérias que saiam no Jornal “O Monitor Campista” revela as áreas de prestígio da imprensa local e as áreas que eram deixadas a margem. Através da teoria do agendamento foi possível interpretar estes dados e entender de que forma os mesmos ajudaram na constituição da conjuntura cultural local.

## 5 - POLÍTICAS CULTURAIS: APONTAMENTOS SOBRE O SOLAR DO COLÉGIO

Nesta pesquisa, busquei analisar a PC em duas versões distintas como uma concessão do Estado e, em outro momento como executora das demandas que emergem de grupos da sociedade. O objeto de estudo desta pesquisa são as políticas Culturais em Campos dos Goytacazes utilizando o Solar do Colégio como objeto de algumas destas políticas.

A Política Cultural patrimonialista<sup>54</sup> se delineia no Brasil a partir de 1937, com a criação do SPHAN. Poucos anos após a criação, em 1942, teve início, na cidade de Campos uma campanha liderada pelo memorialista Alberto Frederico Lamego para o tombamento de diversos prédios históricos entre eles o Solar do Colégio. Em 1946, o Solar foi tombado, correspondendo às expectativas de atuação da Instituição.<sup>55</sup> Mesmo entendendo que esta foi a primeira política cultural empreendida no Solar, iniciar a pesquisa no ano de 1946 tornaria o recorte temporal muito longo e difícil de realizar em dois anos de pesquisa.

Desta forma, o período analisado teve início no ano de 1977 quando Solar foi desapropriado, sendo este ato efetivado no ano de 1984 com a passagem da Imissão de Posse ao governo do Estado. A intenção no ato da desapropriação era instalar no local um Centro de Cultura Popular, que nunca foi efetivado (MARCH, 1988). Após a desapropriação, o prédio passou por um período de abandono por seu novo proprietário: o Estado do Rio de Janeiro. Este foi um ato negociado entre o governo estadual e os proprietários, mediado pelo governo municipal. O Solar era uma propriedade particular e, segundo o que se pode verificar nas matérias de jornal, não houve nenhuma mobilização popular para que acontecesse a desapropriação. De acordo com o relato de um dos entrevistados, o senhor Getúlio, na década

---

<sup>54</sup> Sobre o conceito de patrimonialismo no Brasil esclarece Holanda "Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formadas por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário "patrimonial" do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático " (HOLANDA, 1948, p. 211, 212).

<sup>55</sup> No tombamento do Solar, estamos falando de uma Política Cultural de tipo patrimonialista e nacionalista. Estas são alheias ao mercado cultural, não estão preocupadas em atender a uma necessidade de mercado.

de 70, a família Barroso não possuía condições para conservar o Solar, a igreja e a lavoura de cana-de-açúcar.

Durante a década de 80, várias reportagens e artigos publicados no jornal “O Monitor Campista” denunciavam o estado de abandono pelo qual o prédio passava. Um livro<sup>56</sup> publicado à época, por um integrante da família Barroso, traz em seus anexos uma série de documentos levados pela sociedade civil, através de redes de relacionamento e pela prefeitura de Campos na tentativa de cobrar do Estado alguma solução como mostra matéria publicada no Jornal “O Monitor Campista” de 07 de maio de 1987, p. 6:

A Prefeitura Municipal de Campos vai acionar o Estado buscando apurar o que há por trás das depredações que sofre o Solar do Colégio, hoje um patrimônio estadual, desde que tombado pelo Patrimônio Histórico foi adquirido no Governo passado. Preocupado com os roubos o Prefeito José Carlos Barbosa autorizou a diretoria do Departamento de Difusão Cultural a em nome da municipalidade e da cultura municipal tomar posições referentes ao caso, e ela já hoje manterá contato com o comando do 8º batalhão da Polícia Militar, tentando manter em caráter permanente um policial de plantão no local. (...) Ainda chocada com o que pode verificar *in loco* no Solar do Colégio, Dia Abreu Barbosa, disse ontem que a depredação vai implicar numa recomposição quase que total do prédio original (...)

Somente no ano de 1990, com a criação e instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, o Estado através de Darcy Ribeiro planejou no local a instalação da Escola Brasileira de Cinema. O Solar foi restaurado pela Fenorte. Este processo terminou no ano de 1994, mas a Escola de Cinema nunca funcionou naquele local. De certa forma, podemos entender que a restauração e o projeto de uso daquela edificação foi uma demanda originada de determinados grupos da sociedade campista que através de uma mobilização por meio da mídia e de documentos oficiais, conseguiu uma resposta do Estado (MARCH, 1988).

Com o encerramento do projeto da Escola de Cinema, a edificação levou mais dez anos com as portas fechadas. Até que em 2001 foi criado através da lei nº 7.060 de 18 de maio de 2001 o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes que será descrito no tópico adiante. Os documentos históricos da cidade encontravam-se dispersos em vários pontos e

---

<sup>56</sup> MARCH, Antogui Barroso. Verde Planície, Velho Solar (1988).

Instituições, armazenados de maneira completamente inadequada sendo inevitável a perda de alguns destes. A criação do Arquivo configura a implantação de uma Política Cultural, pelo poder municipal, não mais pelo Estado. Esta foi mais uma gerada a partir de demanda dos pesquisadores campistas e dos letrados que viam nos documentos uma fonte para o conhecimento da história e da memória da cidade e, por isso, não foi introduzida “de cima para baixo”. Além da matéria de jornal já citada da década de 40, uma série de artigos foram veiculados no jornal “O Monitor Campista” dando conta da importância e do funcionamento das instituições arquivísticas no ano de 1983.

### **5.1 – A desapropriação do Solar do Colégio**

Na década de 70, o cenário para a conservação daquela edificação era preocupante. João Batista Vianna Barroso, o proprietário, não possuía mais os irmãos Sérgio Vianna Barroso e Zulmira Vianna Barroso. Ele também não tinha descendentes diretos. Teve apenas um filho de criação, neto de sua esposa criado por ele como um filho. Além de tudo, a família Barroso já não tinha a riqueza de outrora, tendo sérias dificuldades na manutenção do prédio.

No dia 29 de maio de 1977, por ocasião das comemorações de 300 anos de fundação da Villa de São Salvador, o Governador Faria Lima transferiu a capital do governo do Estado para Campos, cumprindo aqui uma agenda de compromissos. Na cidade, diversos atos foram realizados, entre eles a aprovação da criação de um Conselho de Tombamento com atuação em todo o Estado, além da liberação de Cr\$ 11 milhões para a restauração da casa e da capela do Solar do Colégio, do Solar de Santo Antônio e do Asilo da Lapa, como comprova matéria do jornal “O Monitor Campista” de 31 de maio de 1977 (p. 7):

O Governador Faria Lima reuniu na manhã de domingo em Campos onde instalou a sede do Governo Estadual em homenagem ao tricentenário da Villa de São Salvador, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, o qual aprovou várias medidas, tendo o Governador assinando decretos de interesse do Município e da região. (...) Pelos Projetos será executada a restauração e ambientação da Casa e Capela do Engenho do Colégio, um dos mais ricos acervos históricos do município, local onde estão enterrados os restos mortais da heroína Benta Pereira e onde o Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama viveu toda a sua infância. A Casa do Engenho Santo Antônio, atual sede do Asilo Nossa Senhora do Carmo, sofrerá restauração e adaptação para sua utilização como museu, o primeiro da cidade. O Prefeito de Campos, Sr. Raul David Linhares, se comprometeu a construir em outra área um prédio para onde possam ser transferidos os velhos do asilo. O CEDES aprovou, inclusive, decretos de desapropriação

dos dois imóveis. Durante a reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social foi também aprovado um apoio financeiro, ainda neste exercício, à Fundação Cultural de Campos, da ordem de Cr\$ 2,5 mil, os quais deverão ser aplicados na conclusão das obras da Faculdade de Filosofia de Campos da cidade e na aquisição de equipamentos e material bibliográfico. O Governador Faria Lima assinou decreto que desapropriava área adjacente ao Solar do Colégio num total de 10 hectares onde o Estado instalará futuramente, devido sua excelente localização uma área de lazer e entretenimento, com sistema de hotelaria próprio.

O Solar do Colégio foi desapropriado sob o decreto de número 1.286 — publicado no diário oficial do Estado no dia 02 de junho de 1977 — junto área adjacente de 100.000 m<sup>2</sup> com a finalidade de ser implantado no local um Centro de Cultura Regional. A Ação de Desapropriação movida pelo estado do Rio de Janeiro no Juízo de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Campos, Cartório do 4º ofício, não foi encontrado para averiguar os termos que nela constavam. O processo foi também solicitado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, mas não foi localizado por seus funcionários. Uma das grandes questões que envolvem este ato é saber exatamente o que foi desapropriado. João Batista não concordava com a desapropriação e, por isso, foi permitido pelo Estado, que ele ficasse morando no Solar até a sua morte, acontecida em 1980.

A edificação foi entregue ao governo do Estado, mas, antes disso, os familiares retiraram todos os bens móveis de dentro dele, distribuíram entre os membros da família. Foram distribuídos o mobiliário, as louças, pratarias, as imagens da igreja e inclusive dois altares laterais que eram fixos — de Nossa Senhora das Dores e de São Miguel Arcanjo, apreendidos ainda na década de 80 em um antiquário do Rio de Janeiro e recém retornados ao Solar. No decreto de desapropriação, foi possível averiguar que os bens móveis não foram incluídos na desapropriação. Um inventário desses bens seria feito depois para desapropriá-los em um novo processo, mas os familiares os retiraram do Solar e a nova desapropriação não foi feita.

Todas essas peças, que foram retiradas, possuem um valor inestimável para a história da região, não só pela riqueza de seus adornos, mas também pela significação que tinham para a história de Campos e do Norte Fluminense, sendo hoje o maior e mais antigo monumento da região que conserva as características originais.

O fato é que estes bens foram se perdendo ao longo do tempo. Muitos destes herdeiros já faleceram e seus descendentes venderam boa parte deles. As peças e objetos fixos do Solar como madeiramento de assoalho e também os decorativos que compunham a sacristia também foram retirados e levados do prédio. As placas de homenagens do túmulo de Benta Pereira e do quarto onde teria dormido por várias vezes o Saldanha da Gama foram igualmente retirados.

Os dez anos em que o Solar ficou fechado foi de grande prejuízo para sua conservação. Ladrões e vândalos entravam nas dependências do prédio a procura de algo que tivesse valor. Reviravam os túmulos que havia dentro da igreja em busca de jóias que tivessem sido enterrados com seus proprietários. O resultado do descaso do governo do estado e sua falta de cuidado foram decisivos para o estado deplorável em que ficou a edificação.

A imissão de posse somente foi passada ao governo do Estado no dia 17 de julho de 1984 tendo o processo de desapropriação o número E-14/020.207/84. Na imissão consta inclusive o valor pago pelo governo de Cr\$1.802.379,00. O documento também relata o péssimo estado de conservação do Solar e da capela, destacando a falta de objetos dentro do prédio e dos altares laterais. Por fim o Centro de Cultura regional nunca foi instalado.

Diversas tentativas de sensibilizar o governo foram empreendidas tanto pela sociedade civil quanto pela municipalidade. Uma carta foi enviada a diversos órgãos como ao Secretário Estadual de Cultura, à Diretora do Arquivo Nacional e a Fundação Roberto Marinho, informando como estava o estado de conservação e a ação de populares que contribuía ainda mais para a sua degradação. Segue um trecho da carta escrita por Antonio Guilherme Barroso March em 1987 endereçado a Sr. Celina Moreira Franco diretora do Arquivo Nacional (MACH, 1988, p. 117):

(...) São decorridos, portanto, dez anos do ato estadual de desapropriação do histórico imóvel para a “criação de um centro regional de núcleo comunitário de educação, cultura e trabalho do município de Campos, e, após tão longo período, o que se vê: UM MONUMENTO EM UÍNAS; PARTE DA HISTÓRIA DE UMA NAÇÃO A DESMORONAR-SE SOB A AÇÃO VANDÁLICA DE INDIVÍDUOS SEM QUALQUER RESPEITO OU SENTIMENTO PELA COISA PÚBLICA E CUJO COMPORTAMENTO CRIMINOSO, À PLENA LUZ DO DIA. SEJA TALVEZ MENOS GRAVE DO QUE A IGNOMINIOSA PERMESSIVIDADE E

INAÇÃO DAS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS. (...) Daí minha angústia, meu desespero, meu assombro; a perplexidade enfunando este grito de socorro nesta carta, cujo objetivo seria de dispensável enunciação s não tivesse que acrescentar-lhe o tom festivo de minhas esperanças pela iminente ascensão de seu ilustre marido a governança do Estado(...)

E a carta se seguia de fotos e um poema escrito pelo autor na tentativa de sensibilizar o destinatário.

O abandono estrutural e dos projetos que a principio parecia ter sido do Estado, na verdade teve início com a própria família Barroso que depois de retirar os bens móveis abandonou o edifício. O esquecimento do Solar e a de utilização do seu espaço pelo Estado agravaram o estado de depredação em que se encontrava. O fato do Solar estar fora do centro comercial da cidade e de ser objeto de um projeto que não daria a visibilidade desejada ao Estado fez com que seus projetos fossem relegados a segundo plano.

Durante a década de 80 várias reportagens e artigos publicados no jornal “O Monitor Campista” denunciavam o estado de abandono pelo qual o prédio passava. Um livro<sup>57</sup> publicado à época, por um integrante da família Barroso, traz em seus anexos uma série de documentos levados pela sociedade civil, através de redes de relacionamento e pela prefeitura de Campos na tentativa de cobrar do Estado alguma solução. Senhor Getúlio, um dos entrevistados e único morador remanescente nas redondezas afirma que:

Depois que os barroso saíram daqui o solar ficou abandonado, dava pena. Tudo fechado o pátio cheio de mato. Muita gente entrava de madrugada para roubar as peças que ficaram lá dentro. Vi gente saindo com as madeiras do piso e do forro e usando para fazer cerca nas terras aqui de perto. Era de dar dó! (SANTOS, 2013)

Ao longo da entrevista, seu Getúlio se mostrou saudosista, sempre se lembrando dos padrões com carinho. Ele era afilhado de batismo de Zulmira, irmã de João Batista último morador do Solar antes da desapropriação. Ele ressaltou que aprendeu a ler e a escrever om ela e que foi a madrinha que fez com que ele fosse servir ao exército, seu sonho. Na

---

<sup>57</sup> Verde Planície, Velho Solar de Antogui Barroso March (1988).



desapropriação, a parte da fazenda que continha a casa de Seu Getúlio foi dada a ele. Após a desapropriação ele disse que poucas vezes o governo esteve no local. Somente no início dos anos 90 com o avançado estado de deterioração do Solar PE que começaram as primeiras investidas para reverter aquele quadro.

## **5.2 – A recuperação estrutural e o projeto da Escola Brasileira de Cinema**

No fim da década de 80 e início dos anos 90 começaram a sair nos jornais campistas matérias a respeito do estado da edificação. Eram reportagens, editoriais e denúncias de órgãos governamentais e não governamentais pedindo uma resposta do governo do Estado para restauro e utilização do Solar. Abaixo segue a transcrição de uma matéria publicada no jornal “O Monitor Campista” em 07 de maio de 1987 p. 6:

A prefeitura Municipal de Campos vai acionar o Estado buscando apurar o que está por trás das depredações que sofre o Solar do Colégio, hoje um patrimônio estadual, desde que, tombado pelo Patrimônio Histórico e adquirido no governo passado. Preocupados com os roubos, o Prefeito José Carlos Barbosa autorizou a diretoria do Departamento de Difusão Cultural em nome da municipalidade e da cultura municipal tomar posições referentes ao caso, e ela já hoje manterá contatos com o Comando do 8º Batalhão da Polícia Militar, tentando manter em caráter permanente um policial no local.

No ano de 1990, com a implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense, o Estado planejou no local a instalação da Escola Brasileira de Cinema. O Solar foi restaurado pela FENORTE<sup>58</sup>. Podemos entender que a restauração e o projeto de uso daquela edificação foram uma demanda originada na sociedade campista que, através de uma mobilização por meio da mídia e de documentos oficiais, conseguiu uma resposta do Estado.

---

<sup>58</sup> Fundada em 1992 a Fundação Estadual Norte Fluminense - FENORTE é o único órgão estadual com sede fora da cidade do Rio de Janeiro; localizada em Campos dos Goytacazes e dentro de sua área de atuação (regiões Norte, Noroeste e Lagos Fluminense), inicialmente, foi responsável pela implantação e construção da UENF e de vários outros empreendimentos como: o Hospital Veterinário, o Centro de Convenções, o Laboratório de Cerâmica Vermelha, o Restaurante Popular, a Farmácia Popular, a Biofábrica, o Recreando, etc. além de apoiar a pesquisa e a inovação, estimular a cultura, as incubadoras de empresas e o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense – o TECNORTE. Colaborando também na implantação do consórcio CEDERJ e do SIMERJ. A FENORTE é parte integrante da UNITV e responsável pelo Estúdio II na produção de conteúdo e na qualificação profissional dos estudantes de Comunicação Social. In: <http://www.fenorte.rj.gov.br/fenorte.php> acessado em 13 de junho de 2014.

A fim de aprofundar a compreensão do projeto da escola Brasileira de Cinema e seus percalços, que fizeram com que o projeto fosse abortado, realizei um entrevista com a professora Arlete Sendra, que compõe o Centro de Ciências do Homem.

Em seu relato, a professora Arlete falou sobre o ineditismo e a ousadia do projeto. Ela afirmou que foi mais que um projeto, que a Escola de Cinema representava um sonho de Darcy Ribeiro, idealizador da Universidade do Terceiro Milênio. Assim também foi o projeto da escola de Cinema: “Existiam problemas técnicos na implantação da escola, mas eles poderiam ter sido resolvidos com os recursos financeiros e com a tecnologia disponíveis na época”!

A professora Arlete esclareceu que o projeto era quase um “sonho utópico” de Darcy, e que depois de sua morte o projeto foi abandonado. Segundo ela, existiam duas razões operacionais. A primeira razão está relacionada ao regimento interno da Universidade que determinava que todos os professores deveriam ter a titulação de doutores. Como o curso de cinema era recente, inclusive no Brasil, era difícil encontrar professores na área com a titulação exigida. Outro problema relatado foi a respeito da estrutura pedagógica da Escola. Segundo ela, o modelo era inovador, muito diferente dos padrões aceitos e estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

### **5.3 – A Instalação do Arquivo Público Municipal**

Abortado o projeto da Escola de Cinema, surgira uma nova possibilidade, a instalação, no local, do Arquivo Público Municipal de Campos. A necessidade de criação de um Arquivo Municipal na cidade já existia desde a década de 40. Segundo relatos do diretor do Arquivo, Carlos Freitas, o projeto de instalação do Arquivo foi elaborado pela Professora Lana Lage<sup>59</sup> e desde o início previa a utilização de um prédio histórico para abrigar a Instituição. O primeiro local considerado foi o Solar da Baronesa que na época era de posse da Academia Brasileira de Letras. Mas a dificuldade de acesso pelo transporte público, entre outras necessidades estruturais, tornou inviável a instalação naquele local. Pensou-se então em instalá-lo no Solar

---

<sup>59</sup> A professora Lana Lage integra o Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado LESCE. O projeto de implantação do Arquivo foi apoiado pela Pró-reitoria de extensão que tinha a frente a professora Lana Lage. A PROEX tem como função auxiliar na promoção do desenvolvimento regional pautado nas Metas do Plano Diretor da UENF e com o Plano Nacional de Extensão (PNE).

do Colégio que já era de posse do Estado e que já havia passado por um processo de restauro recente.

Os documentos históricos do município de Campos estavam dispersos em vários pontos e instituições, além de alguns concentrados em acervos particulares. A maioria destes se encontrava armazenado de maneira completamente inadequada sendo inevitável a perda de alguns.

A instalação do Arquivo foi realizada pela prefeitura municipal de Campos através da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, Fernando Leite. Importante ressaltar que o Estado através da Universidade foi a possibilitadora da realização do projeto. A UENF além de dar suporte técnico, exerceu um importante papel político que conferiu sustentação para os primeiros anos de funcionamento do Arquivo. O prestígio e credibilidade com que a Universidade contava foi também transferido ao Arquivo.

Foi participante a também o APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro com a assinatura de convênios de cooperação técnica, para treinamento do pessoal e fornecimento por empréstimo de alguns equipamentos.

A cidade de Campos, naquele momento apresentava um “déficit” nos investimentos em história e memória. O Museu de Campos, único da cidade, estava fechado desde o ano de 1994, devido ao seu estado de conservação. Estava prevista a restauração, mas a obra ainda não havia saído do projeto. O projeto do Arquivo foi visto como de grande retorno político e que seria demasiadamente barato para a municipalidade, já que o local já estava “pronto” — restaurado — precisando somente de algumas adaptações para o novo uso.

A idéia do projeto do Arquivo foi da professora Lana Lage da UENF. Ela concebeu o projeto e trabalhou para que ele se tornasse realidade. Eu tinha a experiência de ter trabalhado como restaurador no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e por isso logo no início sugeri a instalação do Arquivo contendo um laboratório de restauração. Apresentamos o projeto a Fernando Leite que na época era presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, que gostou e levou o projeto as instâncias superiores. Desta forma, o prefeito da época também viu no projeto um retorno político positivo. Na Câmara Municipal o projeto foi apoiado pelo Vereador Edson Batista autor da Lei de Criação, e pelos vereadores de base governista. (FREITAS, 2013)

A efetivação do projeto esbarrou em alguns problemas. O primeiro grande problema foi quanto ao uso de uma edificação histórica para um local de guarda de acervo em papel. Muitos debates aconteceram sobre o tema até que foi elaborado um manifesto contra a instalação do Arquivo no local e uma denúncia foi formalizada no CONARQ — Conselho Nacional de Arquivos.

Foi elaborado um laudo técnico produzido pela arquiteta Ingrid Becker a respeito das condições do prédio. Para o funcionamento do Arquivo foram feitas algumas exigências como aparelhos desumidificadores em todos os depósitos e a construção de um sistema de drenagem das águas provenientes da chuva, o que evitaria o seu acúmulo nas paredes e, por conseguinte, as manteriam com pouca umidade. Fazendo as adaptações necessárias, o local estaria pronto para a guarda e conservação dos documentos.

Em uma audiência com o presidente e membros do CONARQ, foram convidados a comparecer e prestar esclarecimentos a professora Lana Lage e Carlos Freitas. Apresentado o laudo técnico e assumida a responsabilidade de fazer as adequações necessárias com a orientação do IPHAN, o projeto foi levado adiante.

No dia 18 de maio de 2001, foi apresentado pelo vereador Edson Batista a Lei de número 7.060 de Criação do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. A Lei foi aprovada em plenário e sancionada pelo prefeito Arnaldo França Vianna, na época. No decorrer dos anos 2000 foram feitas além das adequações físicas, todo o processo de formação de uma equipe de trabalho, de compra de material e de estudo para o recolhimento de acervos. No dia 28 de março de 2001 foi inaugurado o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

De todas as tentativas de implantação de Políticas Culturais para utilização do espaço do Solar do Colégio, esta última foi a única que se efetivou e teve continuidade ao longo dos anos. É importante ressaltar que a vontade política e a transformação do projeto em lei foram fundamentais para que o projeto tivesse continuidade e ganhasse força ao longo dos anos. Durante todo o período analisado nesta pesquisa, de todas as iniciativas culturais empreendidas na cidade de Campos nas décadas de 80 e 90 poucas se efetivaram e tiveram continuidade, principalmente pela instabilidade política vigente.

Como foi visto anteriormente, o projeto do Arquivo, além de atender a uma necessidade que era ter um local para guardar e conservar os documentos históricos do município, atendia uma demanda por investimentos na área de História e Patrimônio. O fato de a instituição ter sido criada por lei, obriga ao poder público que a mantenha dando condições de funcionamento, ainda que sejam insuficientes. A sucessão de gestores municipais e a flutuante importância que atribuem ao APM é gerador de conflitos e dificuldades em sua administração.

Talvez seja um dado relevante associar o período político mais estável ao período de implantação do Arquivo, corroborando para uma lógica de valorização cultural, pós criação de um ministério voltado para cultura e da promulgação de uma constituição que passa a valorizar a cultura como um direito essencial. Como sabemos a cultura é em si moldada pelas mentalidades de quem a constrói e tratada como processo, ela tem um caráter flexível e é moldada pelos anos e pela conjuntura em que está inserida.

## 6 – Considerações Finais

As políticas Culturais foram o foco desta dissertação tendo como cenário a cidade de Campos dos Goytacazes e como recorte temporal o período situado entre os anos de 1980 e 2001. Além do estudo da política cultural local, foi feito um estudo de caso do Solar do Colégio com as suas tentativas de implantação de políticas culturais entendidos neste caso como um reflexo da conjuntura local.

Não há como se chegar as conclusões desta pesquisa sem antes fazer um esforço de articular o período estudado com o cenário político e cultural pelo qual o país estava passando. Um destaque importante se faz necessário que o período inicial desta pesquisa se concentra no período de abertura política do país que estava dando os primeiros passos rumo a democracia.

No ano de 1985 não só teve fim a ditadura militar no Brasil, mas no mesmo ano foi implantado o Ministério da Cultura, agora dissociado da educação. Sem dúvidas este foi um grande passo para a construção de uma democracia, uma democracia cultural. Ainda na mesma década em 1988, o Brasil via nascer uma nova Constituição, com características democráticas e que garantia a população o exercício dos seus direitos e principalmente a construção de uma cidadania.

Considerando a oscilação do poder municipal, foi percebida a descontinuidade dos projetos culturais situados na cidade de Campos e realizados em sua maioria por organizações independentes ou pelo município. A respeito do Centro de Cultura Regional e da Escola Brasileira de Cinema, iniciativas descontinuadas no Solar do Colégio. É importante considerar que foi verificado durante a pesquisa o planejamento de políticas de longo prazo, sem que houvessem mecanismos que garantissem a sua continuidade mesmo com a alteração dos governantes em eleições municipais ou estaduais – considerando que as iniciativas federais influíam em menor escala na política cultural local - . Os projetos assim podem ser entendidos como de governo excluindo assim a dimensão cidadã de cada um. Efeito disso foi a descontinuidade dos projetos culturais sempre assim que havia troca de governo.

Como exemplo do fenômeno acima podemos citar o projeto de instalação do Museu da Imagem e do Som em Campos dos Goytacazes. O projeto foi anunciado pelo prefeito Zezé

Barbosa em reportagem do Monitor do dia 17 de janeiro de 1985. Algumas reuniões foram realizadas com os dirigentes do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro que auxiliaria na implantação do exemplar Campista. O projeto não avançou além da realização das reuniões de planejamento. Após a sucessão do Prefeito em 1989, que elegeu Antony Garotinho o projeto foi abortado.

Foi verificada durante a pesquisa e a análise dos jornais uma falta de capacidade de acumulação de experiências políticas pelos governantes locais, o que também pode ser explicado por uma busca de legitimação de poder, em que o objetivo é anular os projetos iniciados em governos anteriores e implantar projetos próprios que deixem a “marca” do governante.

Uma das saídas para resolver este problema é o planejamento cultural de longo prazo, com mecanismos que garantam a sua realização. Mas esta ausência no planejamento cultural não é exclusividade da cidade de Campos dos Goytacazes. Se constitui em um problema recorrente na administração da cultura em vários municípios e estados, amenizado com a elaboração do Plano Nacional de Cultura, dos planos Estaduais e Municipais – este último na cidade de Campos ainda está em fase de elaboração inicial.

Nesta mesma linha de análise a efetivação do projeto do Arquivo Público Municipal, deve-se destacar como uma exceção. O projeto do Arquivo foi concebido dentro da Universidade Estadual do Norte Fluminense, a princípio não se tratava de um projeto político. Mas para ser efetivado deveria contar com o apoio da Prefeitura local. O projeto foi então levado a conhecimento do responsável pela cultura no ano 2000, era o presidente da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima Fernando Leite e posteriormente ao prefeito Arnaldo Vianna. A prefeitura viu uma boa oportunidade de promoção. Havia um déficit da área da história. O Museu – única Instituição Municipal dedicada a história e ao patrimônio - estava fechado desde o ano 1994 com seu prédio em ruínas.

A criação do Arquivo era, além de satisfazer uma demanda de uma instituição capaz de abrigar e de cuidar da documentação do município e de promover sua história, vista, naquele momento, como um projeto de retorno político. Era uma instituição inédita. Tornou-se aí um projeto de governo, logo um projeto político. Sua implantação foi feita com grande apoio do Governo do Estado através da Universidade que colaborou desde a compra de

equipamentos e instrumentos de trabalho ao financiamento de bolsas para estudantes de história, que tinham interesse direto no trabalho.

Desta forma e com o apoio técnico e científico da Universidade o Arquivo foi criado por lei municipal no ano de 2001 e entrou em funcionamento no ano de 2002, no dia de comemoração do aniversário da cidade — desta forma se expressa mais uma vez a sua conotação política. Funciona até os dias de hoje ininterruptamente e já realiza mais trabalhos do que quando fora criado. Seu acervo também cresceu significativamente. O grande ponto da questão é que a sua importância perante os governos municipais que se sucedem, varia bastante.

Como ocorre em alguns municípios brasileiros os Arquivos são vistos pelas secretarias e instituições que compõem os governos municipais como mera função burocrática, ou pior, local para depósito dos documentos acumulados que não tem serventia em suas secretarias e não como instituição cultural que deve ser viva e ter a participação intensa da sociedade.

Soma-se a esta visão o fato de que a maioria dos Arquivos municipais está subordinada a uma secretaria, geralmente a de administração e não conta com uma parcela do orçamento municipal. A concepção de que os arquivos funcionam como depósitos fazem com que o município entenda que eles não necessitam de verba ou de pessoal qualificado para trabalhar na organização e no atendimento ao público.

A descontinuidade das Políticas Culturais aqui observadas atreladas ao contexto cultural local permitiu visualizar o que considero uma das causas deste fenômeno. Há um *modus operandi* na política local que se caracteriza pela rejeição de projetos culturais que tenham sido implantados por políticos que antecederam os que estão no poder, principalmente na conjuntura estadual e na conjuntura municipal. Duas conjunturas merecem destaque a Estadual e a Municipal sendo a estadual a promotora de grandes investimentos. O município possui como fonte maior de financiamento os royalties do petróleo e apesar de desenvolver um número maior de projetos, os mesmo possuem menor alcance diante da população.

Um ponto importante a ser destacado aqui foi o papel da mídia na divulgação das iniciativas culturais locais, e a sua grande contribuição como fonte desta pesquisa. Segundo Gramsc (1987) existem dois níveis superestruturais que compõem as sociedades ocidentais.



O primeiro corresponde ao Estado no sentido da sociedade Política, composto pelos organismos coercitivos do aparelho burocrático-militar de dominação política. O segundo corresponde ao Estado Ampliado, formado pela sociedade civil que reúne os aparelhos privados de hegemonia como as escolas, os partidos, a imprensa...

A imprensa segundo a visão Gramsciana é um dos importantes aparelhos privados de divulgação de valores e princípios ideológicos. Alguns passam a funcionar inclusive com a mesma função dos partidos, desempenhando papel de formulador, organizador e fiscalizador de programas e projetos dos quais as empresas jornalísticas fazem parte. Desta forma também funcionam como construtor de consenso, de hegemonia e principalmente da opinião pública.

A hipótese do agendamento utilizada largamente para interpretar os dados da pesquisa mostra como os assuntos entram em agenda de discussão e principalmente como a recorrência das matérias poderia ser um meio de pressão no governante municipal. Levar a Política Cultural para o seio das discussões governamentais com participação popular é o principal objetivo dos Conselhos.

Consolidar um Estado plenamente democrático é um projeto de longo prazo que vem sendo realizado desde o término da ditadura e após a promulgação da Constituição, mas demanda tempo e principalmente a mudança da mentalidade dos cidadãos. Esta transformação que não se dá em pouco tempo. Somente a partir da educação plena e ampla será capaz de fazer com que os cidadãos entendam a importância de sua participação nos governos e na tomada de decisões. Para tanto se faz necessária a mobilização e a participação social, que tem sido incentivada, mas ainda pouco praticada. Os cidadãos devem funcionar como fiscalizadores dos governos.

Assim como o Estado democrático, a cidadania cultural se constituiu em um processo em longo prazo e uma das ferramentas para atingir a este objetivo é a participação qualificada nos conselhos. No campo cultural na cidade de Campos existem dois conselhos na área de Cultura: um específico de Cultura e outro de Patrimônio. Os dois têm estrutura paritária e contam com participação ativa dos membros, mas ainda é pouco conhecido pela população de maneira geral, ainda que nos últimos anos tenha conseguido alcançar resultados positivos como o estabelecimento do Fundo Municipal de Cultura e da promulgação de Editais de premiação e financiamento. Apesar da aparência de espaços democráticos os conselhos ainda

se caracterizam em realidade por serem espaços de demarcação de poder e de favorecimento dos interesses pessoais dos membros que o compõem, e que ao invés de representarem a população, objetivam o benefício de grupos determinados.

A cultura continua a ser um campo político de disputa de poder e também um campo em construção, assim como a democracia que é um predicado recente do país e institucionalizado a pouco tempo. Suas dificuldades são imensas, mas tanto a cultura quanto a democracia seguem em ritmo ascendente e como toda mudança de mentalidades demanda tempo. O investimento em educação para que os educandos em formação entendam a dimensão do seu papel cidadão se faz necessário, mas acontece de maneira lenta o que faz com que as suas conseqüências também sejam.

Como foi dito anteriormente o caminho para a consolidação de uma cultura cidadã somente pode ser traçado através da educação. Campos hoje é uma cidade em plena expansão econômica e também na área educacional sendo um polo de universidades que atrai pessoas de vários locais do país, mas principalmente nas regiões próximas. Desta forma, há um grande público em processo de formação que não é só educacional mas também cidadã e assim podemos vislumbrar que este cenário da Cultura tende a evoluir em termos de participação população.

Como proposta para estas considerações finais deixamos o apelo a participação de todos os indivíduos que fazem parte da sociedade principalmente no centro das discussões para a formulação de políticas seja na área de cultura ou em qualquer outra. Somente participando e fiscalizando os governos municipais os projetos culturais terão continuidade e beneficiarão de maneira ampla a população

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

Monitor Campista, Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho coleção de Jonrais Campistas.

BR.APMC.JC.14/135

BR.APMC.JC.14/136

BR.APMC.JC.14/137

BR.APMC.JC.14/138

BR.APMC.JC.14/139

BR.APMC.JC.14/140

BR.APMC.JC.14/141

BR.APMC.JC.14/142

BR.APMC.JC.14/143

BR.APMC.JC.14/144

BR.APMC.JC.14/145

BR.APMC.JC.14/146

BR.APMC.JC.14/147

BR.APMC.JC.14/148

BR.APMC.JC.14/149

BR.APMC.JC.14/150

BR.APMC.JC.14/151

BR.APMC.JC.14/152

BR.APMC.JC.14/153

BR.APMC.JC.14/154

BR.APMC.JC.14/155

BR.APMC.JC.14/156

BR.APMC.JC.14/157

BR.APMC.JC.14/158

BR.APMC.JC.14/159

BR.APMC.JC.14/160

BR.APMC.JC.14/161

BR.APMC.JC.14/162

BR.APMC.JC.14/163

BR.APMC.JC.14/164

BR.APMC.JC.14/165<sup>60</sup>

BIBLIOTECA NACIONAL, Anais da. Separata do volume 82. **Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro**. Transcrição e introdução D. Leite de Macedo. Rio de Janeiro: 1968.

---

<sup>60</sup> Os jornais referentes aos anos de 1987 a 2001 não possuem um número de referencia pois foram integrados posteriormente ao acervo do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Heloísa de Cácia Manhães. **Reformas Urbanas e Poder Político: os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes 1890/1930**. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Centro de Estudos Gerais/ Universidade Federal Fluminense. 1995

ALVES, Heloísa de Cácia Manhães e LIMA, Lana Lage da Gama. **UENF, a Universidade do Terceiro Milênio – uma memória (1993-2003)**. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2003

BARBALHO, A. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza. 2008.

BAROCINI, Claudia Nóbrega. **O Solar do Colégio: um exemplo da arquitetura jesuítica fluminense**. Monografia do curso de especialização em História da Arte e Arquitetura, PUC/RJ.

BOUDIEU. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Senado Federal. Centro Gráfico. Brasília.1988.

CALABRE, L. **Políticas Culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro. Edições Casa de Rui Barbosa. 2005.

CAPELATO E PRADO. Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion , BRIGNOLI, Héctor Pérez.1990. **Os Métodos da História**. ed. Rio de Janeiro: Graal.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma Introdução à História**. 5º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. “**História e Análise de Textos**”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion., Narrativa, sentido, História, Campinas, Papirus, 1997.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. 1986. **Uma Introdução à História**. 5.ed. São Paulo:
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHOAY, Françoise, **Alegoria do Patrimônio**, Lisboa, Edições 70, Ltda., 2008.
- COELHO NETO, J. T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. Iluminuras, São Paulo. 2013.
- \_\_\_\_\_, L. **Políticas Culturais como Campo de Estudo: Relato de experiências**. Rio de Janeiro. UERJ. Rede Sirius. 2007.
- \_\_\_\_\_, J. T. **A Cultura e seu Contrário: cultura, arte e política pós 2001**. São Paulo, Iluminuras: Itaú Cultural. 2012.
- CRUZ, José Luis Vianna da (2003) **Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Notas sobre um caso regional**. Boletim Técnico do SENAC – Volume 29 – número 1 – Janeiro/Abril 2003. Disponível em <http://www.senac.br/BTS/291/boltec291c.htm> Acessado em 05 de março de 2014.
- DARCY RIBEIRO. *La Universidad Necesaria*. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México. 1982
- \_\_\_\_\_, Terceiro Milênio – **Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense** – Vol. 1 Nº 1 Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense. 1993
- \_\_\_\_\_, Terceiro Milênio – Universidade **Estadual do Norte Fluminense – Faculdade de Educação e Comunicação** – Vol. 3. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense. 1994
- DOS REIS, P. F. **O Estado e as Políticas Sociais**. II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 2011.
- DOSSE, François. **A História em migalhas**. Bauru: EDUSC, 2003.

DURAND, J. C. **Política Cultural e Economia da Cultura**. Ed. Sesc. São Paulo. Cotia, São Paulo. 2013.

FEIJÓ, M. C. **O que é Política Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed. 1992.

FERNANDES, J. R. O. Muito Antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: Políticas Culturais: Teoria e Praxis.

FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.: UFRJ/ IPHAN. Rio de Janeiro. 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HILARIE, Saint. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. 5ª edição Companhia Editora Nacional. 1941.

HALWBACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HUYSEN, A. Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos e Mídia. Ed. Aeroplano. Rio de Janeiro. 2000.

LAMEGO, Alberto. **A Terra Goitacá à Luz de Documentos Inéditos**. 2ª edição, volume I. Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2013.

LAMEGO, Alberto de Moraes. **A Planície do Solar e da Senzala**. 2ª edição, Campos dos Goytacazes 1996.

MARCH, A. B. **Verde Planície, Verde Solar**. Editora Cromos, Niterói. 1988.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Zahar, Rio de Janeiro. 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, **Análise de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MORETTO, M. A. **A “Maceguenta” Memória Social na Política Cultural da “Azamboada” Campos dos Goytacazes**/Maria Azevedo Moretto. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST. 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **O Ciclo do Açúcar em Campos**. Campos dos Goytacazes: Edição do Autor, 1995.

**Projeto Memorial do Norte Fluminense – Solar da Baronesa**. Campos dos Goytacazes, RJ, Janeiro de 2002.

RODOLPHO, Patrícia. **A rua em imagens: as transformações urbanas na fotografia – Um estudo de caso sobre a Rua 13 de Maio em Campinas / SP**. Dissertação de Mestrado, Unicamp / Instituto de Artes, Campinas, 2004.

RUBIM, A. A. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e Enfrentamentos**. In: RUBIM A. A.; BAYARDO, R. (orgs.) **Políticas Culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SCHWARTZMAN, S.. ET AL. **Tempos de Capanema**. 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra. São Paulo. 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva**. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SOUSA, Horácio. **Cyclo Áureo: História do Primeiro Centenário de Campos**. Campos: Damadá Artes Gráficas , 1935.

VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (coord.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.



## APÊNDICES

### Apêndice I – Roteiro de Entrevista com Sr. Getúlio da Silva



#### Questões

Sr. Getúlio qual é a ligação que o senhor tem com o Solar do Colégio?

O senhor mora no local há quanto tempo?

Qual era o seu trabalho aqui na fazenda?

O que aconteceu depois que a família Barroso saiu da fazenda do Colégio?

Porque o senhor continuou vivendo aqui?

Apêndice II – Roteiro de Entrevista com Carlos Freitas, Gerente do Arquivo Público Municipal de Campos



Questões

Como surgiu a ideia de implantar um Arquivo Municipal em Campos?

De quem foi a ideia?

Quais as instituições que apoiaram o projeto?

Quais foram as dificuldades na concretização do projeto?

Como você vê a instituição hoje?

## Apêndice II – Roteiro de Entrevista com a professora Arlete Sendra



### Questões

Professora a senhora já estava presente na UENF no momento de elaboração do projeto da Escola de Cinema?

O que a senhora pensa sobre o projeto?

Em sua opinião quais as razões para que o projeto fosse abortado?

## ANEXOS

Anexo I – Decreto de Desapropriação da Casa e Capela do Solar do Colégio

Decreto número 1.286 – de 29 de Maio de 1977

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis que menciona.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis situados no Distrito de Goitacazes, Município de Campos, denominados Casa e Capela do Engenho do Colégio [?]<sup>61</sup> esses tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por ato de 24 de maio de 1946, bem como a área de 10 hectares que os circunda.

Art. 2º - As Secretarias de Estado de Justiça e de Educação e Cultura adotarão as medidas necessárias à delimitação da área referida e ao inventário dos bens móveis existentes nas duas edificações, com vistas à sua aquisição pelo Estado.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos 29 de Maio de 1977.

Floriano Faria Lima, Carlos Balthazar da Silveira, Ronaldo Costa Couto, Laudo de Almeida Camargo, Myrthes de Luca Wenzel, José Renando Peres, Ilmar Penna Marinho Júnior, Luia Rogério Miraud de Castro Leite, Manoel Dezon Costa Hauslocher, Hugo de Mattos Santos, woodrovPimentel Lantoja, Rubens Mário Brum Negreiros, Josef Surat.

DORJ de 02.06.77

---

<sup>61</sup> Parte do documento que se encontra apagada.

Anexo II – Imissão de Posse Definitiva passada pelo Estado do Rio de Janeiro do Imóvel Solar do Colégio e Capela Anexa em 10 de julho de 1984.

Imissão de Posse Definitiva pelo Estado do Rio de Janeiro do imóvel Solar do Colégio e Capela anexa em 10 de julho de 1984 e cópia do Decreto nº 1286 de 29 de maio de 1977 que declara o imóvel de utilidade pública para efeito de desapropriação.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Ofício nº 217/84-PG


Em 17 de julho de 1984

Senhor Governador:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, por cópia, o expediente originário da 10.<sup>a</sup> Procuradoria Regional (Campos), em que o Procurador João José Assad comunica a imissão do Estado na posse de imóveis objeto de declaração de utilidade pública pelo Decreto nº 1.286, de 29.05.1977, compreendendo os bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por ato de 24.05.46, denominados SOLAR E CAPELA DO ENGENHO DO COLÉGIO, bem como a área adjacente, medindo 100.000 m<sup>2</sup>, desmembrada da antiga Fazenda do Colégio, no Distrito de Goitacazes (Município de Campos).

Estou, nesta oportunidade, remetendo ao Departamento do Patrimônio Imobiliário o Processo nº E-14/020.207/84, para as providências relativas à guarda e responsabilidade pelos bens cuja propriedade foi transmitida para o Estado do Rio de Janeiro.

Sirvo-me do ensejo para reafirmar protestos de consideração e apreço.

  
EDUARDO SEABRA FAGUNDES  
Procurador-Geral do Estado







PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
DÉCIMA PROCURADORIA REGIONAL

Ofício nº 42

Campos, 11 de julho de 1984.

*Do J.C.*  
*Ferreira e*  
*João de Almeida*  
*Em. 13.7.84*  
*[Assinatura]*  
GERALDO ARRUDA FIGUEREDO  
Procurador-Chefe  
Procuradoria de Assuntos Regionais

Senhor Procurador Chefe,

Tenho a honra de me dirigir a V.Sa. para fazer a comunicação de Imissão de Posse definitiva do Estado do Rio de Janeiro no imóvel a seguir caracterizado, juntando, em anexo, cópias do respectivo Auto de Imissão de Posse e da descrição do mesmo imóvel.

IMÓVEL - SOLAR DO COLÉGIO E CAPELA anexa a ÁREA ADJACENTE, medindo 100.000m<sup>2</sup> (cem mil metros quadrados), desmembrada da Fazenda do Colégio, situada em Goitacazes, 2º Distrito do Município de Campos, e a aludida área é cortada pela rodovia Campos-Tocos (rodovia Sergio Vianna Barros) e em parte pela Estrada do Taí (Campo Lindo).

AQUISIÇÃO - Através de Ação de Desapropriação movida pelo Estado do Rio de Janeiro contra JOÃO BATISTA VIANNA BARROSO (ESPÓLIO), no Juízo de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Campos, Cartório do 4º Ofício.  
Preço do imóvel já pago integralmente, de Cr\$1.802.379,00.

Ao Ilmº Sr. DR. GERALDO ARRUDA FIGUEREDO,  
MD. Procurador-Chefe da Procuradoria de Assuntos Regionais.

4

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE, na forma abaixo:

Aos dez dias do mes de julho de mil novecentos oitenta e quatro, nesta cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro e República Federativa do Brasil, de posse do competente mandado retro de imissão de posse, extraído por ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, ao Cartório do 4º Ofício, nos autos da Ação de Desapropriação requerida pelo Estado do Rio de Janeiro contra o ESPOLIO de João Batista Vianna Barroso, fomos nós Oficiais de Justiça, abaixo assinados, em companhia do Dr. JOÃO JOSE ASSAD e Dr. ARTHUR AUGUSTO DE LONTRA COSTA, Procuradores do Estado e de Dr. LUIZ FELIPE BARROSO MARCH como inventarian- te do Espólio de João Batista Vianna Barroso e, estando na Fa- zenda do Colégio, situada no atual 2º distrito deste Município -Goitacazes-, que é cortada pela rodovia Campos-Tocos (rodovia Sérgio Vianna Barroso) e em parte pela estrada do Taí (Campo Lindo) e juntos percorremos o Solar do Colégio e a Capela ane- xa de Santo Ignácio, quando então foi identificada pelas suas divisas a área adjacente às referidas construções, imóveis e área esta objeto da ação de desapropriação em causa, medindo / 100.000m<sup>2</sup> (cem mil metros quadrados), conforme descrição de fls. 201 dos referidos autos, que faz parte integrante do presente mandado. Ao percorrermos a casa sede a encontramos em péssimo estado de conservação, estando os assoalhos em sua maior parte corroidos e havendo alas em que não se pode passar sem riscos e ainda a cobertura de telhas também em mau estado com infiltrações e partes descobertas. No referido Solar não encontra- mos nenhum móvel ou alfaias que o guarnecessem, estando comple- tamente vazio. Na Capela que é anexa ao Solar, encontramos um altar-mor e um altar lateral (lado direito), ambos de madeira trabalhada, estando ambos despidos de qualquer imagem ou quais- quer outras peças que geralmente compõem um altar. Do lado es- querdo, em frente ao altar lateral existe um púlpito suspenso, de madeira. Entre o púlpito, o altar lateral e o altar-mor e - 109





fl. 3

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Ofício nº 42/84-10a. PR - fls. 2.

Sentença julgando procedente a ação de desapropriação transferindo o imóvel para o Estado, transitada em julgado.

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE - datado de 10 de julho de 1984.

TOMBAMENTO - O SOLAR e a CAPELA estão tombados por ato de 24 de maio de 1946 pelo Patrimônio Artístico Nacional.

REGISTRO DE IMÓVEIS - Está sendo providenciado junto ao Cartório do 4º Ofício de Campos o registro do Mandado de Transcrição Imobiliária MTI.

Solicito seja este expediente de aquisição de imóvel e comunicação de imissão de posse definitiva encaminhado ao Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado para os devidos fins, fazer as devidas anotações e, gerir esse bem imóvel.

Aproveito o ensejo para reiterar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

JOÃO JOSÉ ASSAD

Procurador Regional

Existem marcas da existência anterior de dois altares esquinados (um de cada lado). Ao lado do altar lateral existente, está colocada na parede uma placa de metal com dizeres indicativos de que ali se jaz enterrada a "Heroína Campista" Benta Pereira. Nesta Capela haviam ainda 11 (onze) bancos de madeira em mau estado, uma pia baptismal, dois depósitos de água benta aderidos às colunas de entrada, dez quadros da Via-Sacra, quatro quadros sendo um de santo. No Solar acima mencionado nos foi informado e existe um sinal indicativo, que na parte térrea, ocupando quatro salas, funciona uma escola municipal. Na área adjacente supra-citada, encontramos um telheiro em mau estado que estava sendo usado como estábulo; duas casas de colono; um vestiário em ruínas e uma balança antiga e uma pequena construção anexa. Em seguida LIMITAMOS NA POSSE da área de terra de 100.000m<sup>2</sup> (cem mil metros quadrados) supra descrita, abrangendo o Solar do Colégio, a Capela de Santo Ignácio, a área livre adjacente e as construções aí existentes, como tudo acima descrito, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, na pessoa de seu Procurador, o Procurador do Estado Dr. ARTHUR AUGUSTO DE LONTRA COSTA. E para de tudo constar, lavramos o presente Auto que vai devidamente assinado.//////////

*Fidelis Es. Ligeira*

OFICIAL DE JUSTIÇA

*Art. Augusto de Lontra Costa*

PROCURADOR DO ESTADO

*Paulo J. J. J. J.*

OFICIAL DE JUSTIÇA



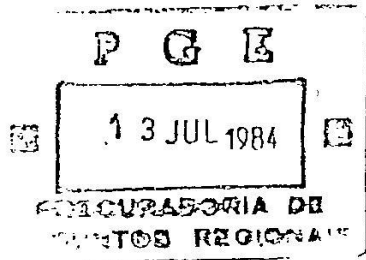
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Descrição do terreno situado em Goitacazes, Município de Campos, desmembrado da área da Sede da Fazenda do Colégio, nele incluído o Solar e a Capela Engenho do Colégio, com área de 100.000m<sup>2</sup> (Cem mil metros quadrados).

FORMA: - Polígono irregular de 8 (oito) lados com 100.000m<sup>2</sup> (cem mil metros quadrados) de área cortado pela estrada Campos-Tocos.

DIMENSÕES E CONFRONTAÇÕES - Partindo do .

Partindo do ponto "0", com uma deflexão de 86° (oitenta e seis graus) e uma distância de 147,40m (cento e quarenta e sete metros e quarenta centímetros), encontramos o ponto "1"; com uma deflexão de 94° (noventa e quatro graus) e uma distância de 132,00m (cento e trinta e dois metros), encontramos o ponto "2", confrontando-se com áreas remanescentes da fazenda; daí, com uma deflexão de 273° (duzentos e setenta e tres graus) e uma distância de 123,20m (cento e vinte tres metros e vinte centímetros), encontramos o ponto "3", confrontando-se com área remanescente da fazenda; daí, com uma deflexão de 86° (oitenta e seis graus) e uma distância de 376,20m (trescentos e setenta e seis metros e vinte centímetros), encontramos o ponto "4", na cêrca limite de propriedades; daí, com uma deflexão de 64° (sesenta e quatro graus) e uma distância de 134,20m (cento e trinta e quatro metros e vinte centímetros), encontramos o ponto "5", ainda nos limites de propriedades; daí, com uma deflexão de 117° (cento e dezessete graus) e uma distância de 13,20m (treze metros e vinte centímetros), encontramos o ponto "6"; daí, com uma deflexão de 242° (duzentos e quarenta e dois graus) e uma distância de 165,00m (cento e sessenta e cinco metros), encontramos o ponto "7", ainda nos limites de propriedades e, finalmente daí, com uma deflexão de 118° (cento e dezoito graus) e numa distância de 358,60m (trescentos e cinquenta e oito metros e sessenta centímetros), encontramos o ponto de partida, fechando o polígono, confrontando-se com remanescentes da fazenda, cortada essa área ao meio pela Estrada de Tocos (Rodovia Sérgio Viana Barroso) e em parte pela Estrada do Taí. (Corno Lima) 0 0 0 112



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo N.º E-14.020.207,84

Data 13, 07, 84 fls. 6

Rubrica Alc.

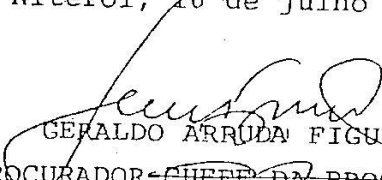
Exm<sup>o</sup>. Sr. Procurador Geral do Estado

Submeto à elevada consideração de V.Exa. o ofício de fls. 2/3, do Procurador Regional de Campos, que trata da Ação de Desapropriação movida pelo Estado contra o espólio de João Batista Viana Barroso, já encerrada por sentença transitada em julgado.

O Estado foi admitido na posse do imóvel objeto da ação, no dia 10 último, conforme se vê do auto de fls. 4, pelo que a guarda e responsabilidade do bem passou a ser obrigação do Estado.

Junto ao presente cópia do Decreto nº 1286 de 29 de maio de 1977, que declarou dito imóvel de utilidade pública, para efeito de desapropriação, tendo sido excluídos da mesma, posteriormente, por decisão governamental, os bens móveis existentes nas duas edificações.

Niterói, 16 de julho de 1984.

  
GERALDO ARRUDA FIGUEREDO  
PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA  
DE ASSUNTOS REGIONAIS



## Equipamento básico para Oficina de Conservação e Restauração

### - Equipamentos

- mesa grande com tampo de fórmica;
- mesa sucção (1m);
- obturadora de papéis;
- prensa manual;
- aspirador de pó;
- secadora para papéis;
- extintores de incêndio (CO2)
- material de proteção individual (máscaras cirúrgicas, luvas, guarda-pó, avental plástico, etc.);
- estojo de primeiros socorros;
- armário para guarda de material;
- vidros e recipientes com identificação;
- cubas de pvc (40 x 60, e outros tamanhos);
- deionizador;
- desumidificador;
- mapoteca e estante de aço;
- guilhotina de mesa;
- mesa de luz ou negatoscópio;
- mesa de higienização p/2 operadores.

### - Instrumentos

- termômetro e higrômetro;
- régua de aço (60 cm e 1 m);
- bisturis (cabo 4 e lâminas 22 e 24);
- tesouras;
- pinça e micro-espátula (dentista);
- pincéis (vários tamanhos);
- espátulas de osso – dobradeira – reta e curva;
- faca pequena e estiletes (tipo olfa: lâmina larga e estreita);
- esquadra de aço, martelo e serrote;
- pulverizador de água (manual);
- extrator de grampos;
- lente de aumento;
- lupa conta-fios.

#### - Materiais

- mata-borrão e papel kraft;
- agulhas e linhas de costura;
- tela plástica fina ou entretela sem goma;
- morim branco, brim Santista (bege claro), algodão;
- cadarço de algodão (1 a 2 cm – branco ou cru);
- cola de metilcelulose e PVA (tipo Cascarez);
- solventes (álcool, acetona, tolueno, paradiclorobenzol, etc.);
- caixas de polipropileno (15 x 30 x 42);
- lápis 6B /borracha sintética (staedtler);
- vulcapel;
- papel de acabamento.
- papelão corrugado duplo;
- papelão rígido (20 ou 30 kg) e papel cartão;
- papeis alcalino (90 e 120 g) e japonês (varias gramaturas);
- papel neurol (salto) 90 g/m<sup>2</sup>;

#### BIBLIOGRAFIA

- 1- La Conservación de los Bienes Culturales. Museus e Monumentos. UNESCO.
- 2- Manual de Preservación de Documentos. Ingrid Beck. Arquivo Nacional.
- 3- Bulletin Technique. Institut Canadién de Conservation.
- 4- Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. Projeto Cooperativo Arquivo Nacional / Mellow Foundation. 23 vol.
- 5- Conservação de Acervos Bibliográficos e Documentais. Jayme Spinelli Júnior. Fund. Biblioteca Nacional.

## Material Básico para Biblioteca de Apoio

- Livros sobre:

- história do município: livros e referências;
- legislação do município (tudo que for possível conseguir);
- Rio de Janeiro (estado);
- mapas da região (IBGE – outros);
- dados estado / município – estatísticas;
- atos da câmara e assembleia;
- autores e políticos campistas;
- biografias de personalidades regionais;
- obras de referência; dicionários (inclusive línguas); enciclopédias; catálogos; bibliografia sobre a região;
- periódicos de interesse (arquivo);
- normas de arquivo e biblioteconomia.

OBS: Não sendo possível exemplar impresso, fotocópia da obra integral ou partes com assuntos relativos.

Pré-Projeto de utilização ***Colégio dos Jesuítas***

Universidade Estadual do Norte Fluminense – Campos RJ

Sugestões

**Térreo**

**Fachada Norte**

. Igreja :

sala de leitura ( mesas, pontos de energia, iluminação);  
biblioteca de apoio;  
área de atendimento ao pesquisador.

. Sacristia

depósito de documentos I – Documentação Permanente – até séc. XX,  
todos os documentos históricos já recolhidos ou por recolher;  
portas e janelas reforçadas – isolar área do depósito;

. Circulação:

completar escada de acesso ao segundo andar.

**Fachada Oeste (fundos)**

Depósito de documentos II – documentos que venham a ser  
incorporados ( prefeitura, rede ferroviária, coleções particulares, etc.);  
Recepção e higienização de documentos;  
Portas e janelas reforçadas;  
Portão de ferro na passagem entre o pátio central e a área externa;  
Refazer jardim interno após pesquisa arqueológica.

**Fachada Leste (frente)**

Portaria e Loja (artesanato e produtos locais);  
Salas de exposição – Centro Cultural – utilizar materiais históricos da  
região, prospecção arqueológica local, história do uso do edifício;

**Fachada Sul**

Salas de exposições temporárias ( temas variados);  
Auditório;  
Cafeteria e refeitório na área já programada;  
Portas e janelas reforçadas;  
Fechar acesso ao segundo andar (quartos) pela escada externa.

**Segundo Pavimento**

**Fachada Oeste (fundos)**

Salas de trabalho técnico arquivístico;  
Sala de tratamento de acervo – laboratório de conservação.

**Fachada Leste (frente)**

Salas de trabalho administrativo: direção, secretaria, administração, reuniões, etc.

**Fachada Sul**

Área planejada para alojamento ou pousada – sem utilização imediata  
– poderá ser usada para professores visitantes ou turistas;  
Portas reforçadas para isolar o restante do andar e do prédio.

**OBSERVAÇÕES :**

- Estacionamento : programar em área afastada do prédio, lado N;
- Calçada em torno do prédio, usar mesmo tipo de cerâmica do piso;
- Cisterna para abastecimento;
- Prospecção arqueológica nas áreas da calçada, estacionamento, cisterna e pátio central ( fazer projeto para o IPHAN);
- Sistema de drenagem ( caixa de brita ???) em torno do prédio e do pátio, para diminuir o efeito da umidade nas paredes e piso;
- Retirar caixa d'água existente;
- Programar quebra-vento fachada Sul e arborização com frutíferas regionais na área vizinha;
- Substituição da cerca, entrada para automóveis e acostamento junto à estrada;
- Cafeteria, refeitório, loja e alojamento poderá ser explorado pela instituição ou arrendado a terceiros para auxiliar manutenção.

Carlos Roberto Bastos Freitas  
Museólogo

Campos dos Goytacazes, 23 de março de 2000

À

Profª. Lana Lage

Coordenadora da Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários

## CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Abaixo enumeradas, estão as necessidades materiais e de recursos humanos para o início das atividades técnico-arquivísticas no arquivo municipal.

### Recursos Humanos:

- **Nível superior:** para o suprimento desses cargos é indispensável que os candidatos tenham curso de nível superior completo em arquivologia, biblioteconomia, história, ciências sociais ou museologia. Para o início das atividades, visando a normatização das atividades técnicas, o treinamento, a capacitação do pessoal de apoio e dos estagiários e para o início do recolhimento de documentos, a equipe deve ser composta por: 1 coordenador para a instalação do arquivo e mais 4 profissionais com essas formações;
- **Nível médio:** funcionários de apoio técnico, com treinamento e práticas específicas para as funções que irão desempenhar. Podendo ser funcionários transferidos de outros setores ou contratados. Com formação escolar de no mínimo 2º grau completo ou em conclusão. Quantidade: 8 (oito);
- **Estagiários:** estudantes de cursos de graduação de instituições de ensino superior da cidade, com bolsas de iniciação científica. Essas bolsas seriam em número permanente, havendo apenas a substituição do bolsista quando de sua formatura ou troca. Quantidade: 8 (oito);
- **Apoio administrativo:** pessoal contratado ou transferido para exercer atividades de suporte no edifício em segurança (24 horas), manutenção, limpeza (interna e externa), transporte de materiais, etc. Com práticas e conhecimentos específicos para as atividades a serem desenvolvidas. Quantidade: 20 (vinte).

### Instalações e Recursos Materiais:

Para a ocupação do edifício é imprescindível que as obras civis tenham sido concluídas, mesmo que em etapas. Poderá ser feita uma ocupação gradativa, à medida que as obras em cada uma das áreas seja concluída. O desenvolvimento das atividades técnicas será gradual, de acordo com o trabalho e o treinamento do pessoal, em todos os níveis.



Móveis: é necessário um mobiliário para atender minimamente as atividades realizadas. Tais como: mesas, cadeiras, bancadas, estantes, armários, arquivos e mapotecas.

Recursos materiais: computadores, ferramentas, materiais de trabalho específico para cada atividade realizada, abastecimento de água, telefone, condições de acesso ao local.

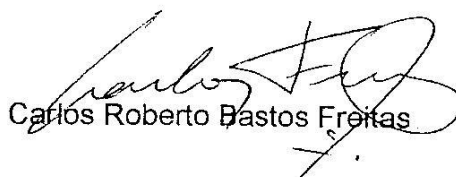
Material de limpeza e manutenção: a ser definido, de acordo com a utilização e atividades.

Material para tratamento técnico: mesa grande com tampo de fórmica, prensa manual, secador de papéis, material de proteção individual (máscaras, luvas cirúrgicas, luvas de algodão, guarda-pó, avental plástico), estojo de primeiros socorros, cubas de PVC (40 x 60 e outros tamanhos), mesa de luz ou negatoscópio, termômetro e higrômetros, trenas, régua de aço (60 cm e 1 m), bisturis (cabo 4, lâminas 22 e 24), tesouras, pincéis e trinchas, espátulas ou dobradeiras de osso, lâminas para corte, papelão corrugado duplo, papelão rígido, papéis alcalinos (gramaturas variadas – para acondicionamento), papel mata-borrão, papel kraft (rolo), tela plástica fina (silk screen), cadarço de algodão (branco ou cru), cola de metilcelulose, cola cascorez, álcool, acetona, fitas adesivas, canetas, lápis 6 B, caixas de polipropileno (orçamento com Profª. Lana).  
Lista completa com Profª. Lana)

Colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente

  
Carlos Roberto Bastos Freitas



## ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPOS

### DOCUMENTAÇÃO

#### 1 – JORNAIS - Palácio da Cultura

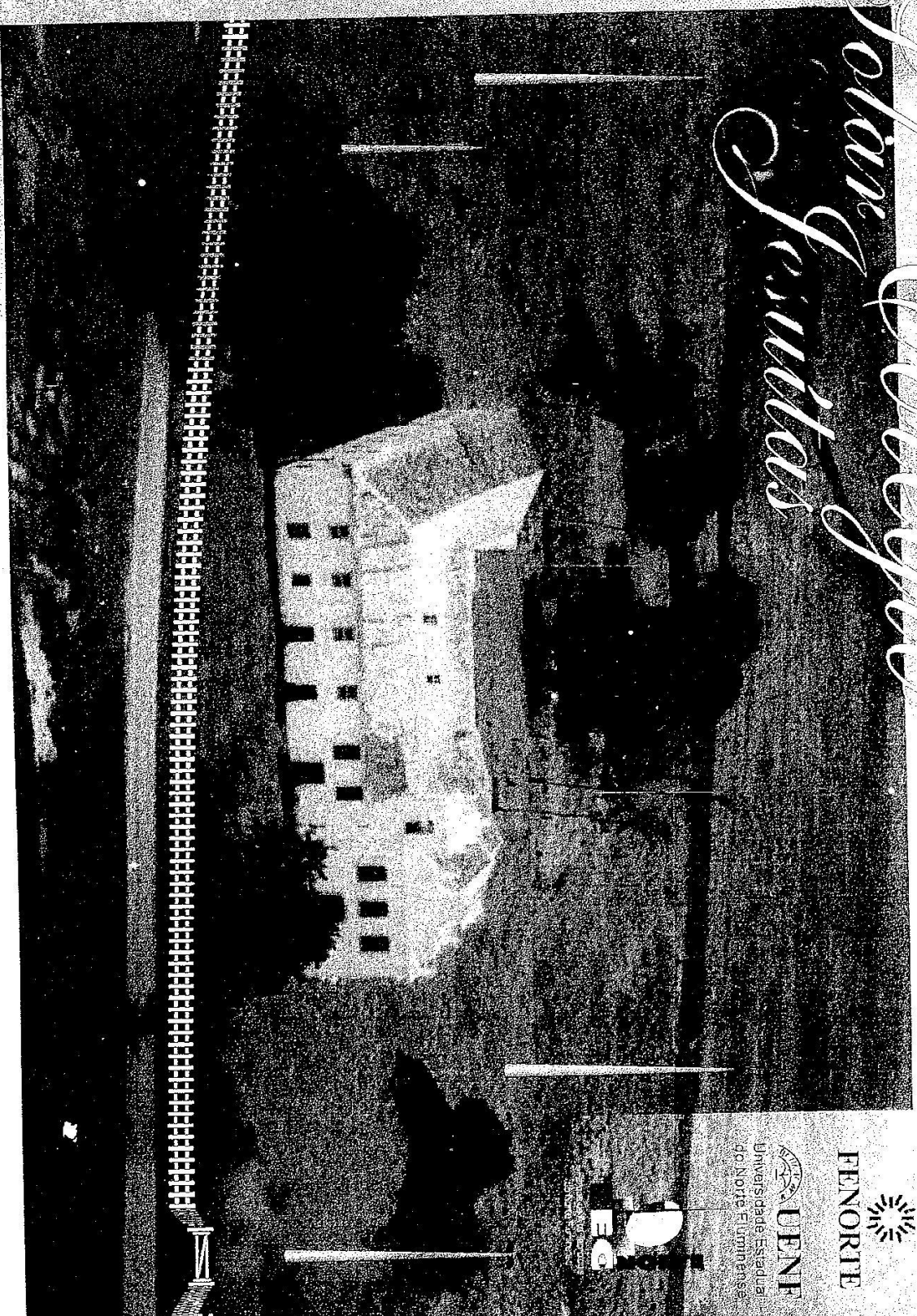
- Jornal A REPÚBLICA (Campos) – ano 1890 – 1891 – 1893 - ?
- FOLHA DO COMÉRCIO (Campos)– ano 1909 – 1910 - ? – (relacionados 110 volumes encadernados)
- GAZETA DO POVO (Campos) – ano 1894 - ? - (relacionados 11 volumes encadernados)
- MONITOR CAMPISTA (Campos) - anos ? – (relacionados 140 volumes encadernados e 120 pacotes e caixas)
- A CIDADE (Campos) – anos ? – (relacionados 37 volumes encadernados e 114 pacotes e caixas)
- A NOTÍCIA (Campos) - anos ? – (relacionados 48 volumes encadernados e 120 pacotes e caixas)
- FOLHA DO POVO (RJ) - anos ? – (relacionados 22 volumes encadernados)
- A NOITE ILUSTRADA (RJ) – anos ? – (relacionados 6 volumes encadernados)
- JORNAL DO COMÉRCIO (RJ) – anos ? – (relacionados 89 volumes encadernados)
- CORREIO MERCANTIL (RJ) – anos ? – (relacionados 37 volumes encadernados)
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (RJ) – anos ? – (relacionados 44 volumes encadernados)
- FOLHA DA MANHÃ (RJ) – anos ? – (relacionados 130 caixas e pacotes)

#### 1.1 – JORNAIS - Biblioteca Nacional

- Jornal A REPÚBLICA (Campos) – ano 1891 – 1892 – 1897 – ?
- GAZETA DO POVO (Campos) – ano 1903 – ?
- MONITOR CAMPISTA – anos 1877 a 1923 – 1948 / 1949 – 1951 / 1977 – encadernado
- FOLHA DO COMÉRCIO – anos ? -



# Dr. Polibegno Solar Fontes



GOVERNO DO ESTADO  
**PR**  
Roi de Janeiro



FENORTE



Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



EED

